UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

EDUARDO JOSÉ VIEIRA

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA EM UM
MUNICÍPIO ESCRAVISTA MINEIRO: LAVRAS/MG (1870 – 1888)

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2015

EDUARDO JOSÉ VIEIRA

Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista
mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Econômica
da FFLCH/USP, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Ciências, área de concentração História
Econômica.

Orientador: Alexandre Macchione Saes

SÃO PAULO
2015

EDUARDO JOSÉ VIEIRA

Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências, área de concentração História Econômica.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Alexandre Macchione Saes (orientador) – Universidade de São Paulo

Dr. Agnaldo Valentin – Universidade de São Paulo

Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi – Universidade Federal de Alfenas

Agradecimentos

Sempre que nos propomos a fazer agradecimentos corremos o risco de, traídos pela memória, nos esquecermos de pessoas que por sua participação direta ou indireta, foram fundamentais no desenvolvimento e finalização da empreitada. Antecipo então, meu pedido de desculpas a quem porventura sentir-se injustiçado por essas linhas.

Devo um especial agradecimento ao meu digníssimo orientador professor Dr. Alexandre Saes. Sua disponibilidade no atendimento e a qualidade de suas contribuições determinaram o que há de positivo nesta pesquisa. Todas as limitações deste trabalho são, portanto, de minha inteira responsabilidade.

Foram também de grande importância as contribuições recebidas nas oportunidades em que os resultados parciais da pesquisa foram apresentados. Alguns nomes em especial como o do professor Dr. Agnaldo Valentim, da professora Dra. Luciana Suares Lopez e do professor Dr. Nelson Nozoe, que em mais de uma oportunidade avaliaram o trabalho e sempre deram contribuições da maior relevância.

Devo especial agradecimento ao meu pai, Sr. Bernardo, apoiador incondicional da educação formal que não lhe foi possível garantir a si mesmo.

À minha esposa Fran, que suportou as frequentes crises de ansiedade que ocorreram durante o curso.

À Raphaela, à época responsável pelo arquivo do CEMEC. Sua dedicação à organização e guarda dos arquivos facilitaram em muito o trabalho de digitalização dos processos de inventário.

O trabalho de digitalização dos documentos foi difícil, os poucos horários disponíveis obrigaram a realização de verdadeiros mutirões para as visitas ao CEMEC. Nesses momentos, grandes amigas estiveram disponíveis: Rafaela Carvalho, Natânia Silva, Marina Siqueira, Marielle Costa e, mais uma vez, minha esposa Fran. O apoio delas foi determinante para que conseguíssemos aproveitar ao máximo cada oportunidade de visita ao arquivo.

Agradeço também ao CNPQ, pelo pagamento da bolsa, apoio fundamental para o custeio das viagens e aquisição de materiais.

Enfim, todos que, ao longo da pesquisa, contribuíram direta ou indiretamente, o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a população e a riqueza do município de Lavras/MG, nos anos finais do regime escravista brasileiro, observando a estrutura da riqueza acumulada e as principais atividades produtivas da localidade. Tratou-se da riqueza da população total e, em especial, da elite local, sendo considerado como tal os processos que somaram mais de trinta contos de reis ou que possuíam mais de vinte cativos. Foram utilizados como fontes o Recenseamento Geral do Império de 1872 e os inventários *post-mortem* disponíveis para o período. A partir dos dados do censo, buscou-se caracterizar a população lavrense acerca de indicadores como condição social, sexo, idade, condição conjugal e ocupação. De forma complementar, foram utilizados os dados dos inventários para caracterizar a população cativa de acordo com os diferentes tamanhos de escravarias. Os inventários foram utilizados também para identificar a estrutura da riqueza acumulada no município. Considerando os ativos divididos entre bens móveis, animais, escravos, imóveis rurais, imóveis urbanos, culturas e mantimentos, dívidas ativas, passivas e dinheiro e ações, foi possível identificar as principais opções de investimento da população local, considerando as diferentes faixas de riqueza e com especial atenção à riqueza da elite. Com os recursos apresentados foi possível concluir quanto à característica predominantemente rural e escravista do município, demonstrada tanto nos dados referentes à ocupação da população quanto na riqueza apresentada nos inventários, onde predomina a propriedade rural e o trabalho cativo. As principais atividades produtivas verificadas foram a criação de animais, o cultivo de alimentos como milho, arroz, feijão, e a produção de cana de açúcar, destinada à fabricação de açúcar e aguardente. As atividades comerciais se mostraram de grande importância no município, sendo que os maiores proprietários de riqueza eram, com frequência ao mesmo tempo, fazendeiros e comerciantes. Os altos valores aplicados em dívidas ativas também atestam a importância das atividades comerciais no município. Espera-se conseguir demonstrar, portanto, a importância das atividades de produção agropecuária e comércio na economia do município de Lavras e, em especial, no processo de acumulação de riqueza da elite lavrense.

Palavras chave: Lavras-MG. População. Produção. Riqueza Acumulada.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the Lavras / MG wealth, in the Brazilian slave final years, noting the structure of accumulated wealth and the main productive activities of the locality. It was focused the total population wealth and in particular the local elite, being considered as such processes which totaled more than thirty thousand reis or who had more than twenty captives. The Empire Census of 1872 and inventories postmortem available for the period were used as sources. From census data, we sought to characterize the Lavras population about indicators such as social status, gender, age, marital status and occupation. As a complement, the inventory data were used to characterize the captive population according to the different sizes of slave owners. The inventories were also used to identify the structure of the accumulated wealth in town. Considering the assets divided between movable, animals, slaves, rural properties, urban properties, crops and supplies, active debts, payables and cash and stock, it was possible to identify the main investment options of the local population, considering the different wealth groups and with special attention to the elite wealth. With the sources presented it was possible to conclude the predominantly rural and slave character of the city, demonstrated through the data regarding the occupation of the population and in wealth presented in inventories, dominated by rural property and bonded labor. The main productive activities verified were breeding, growing food such as corn, rice, beans, and the production of sugar cane, for the manufacture of sugar and brandy. Commercial activities showed great importance in the city, where the greatest wealth owners were often at the same time, farmers and traders. The high values applied to outstanding debt also attest to the importance of trade in the city. It is expected to demonstrate, therefore, the importance of agricultural production and trade activities in the economy of Lavras and in particular in the wealth accumulation process of Lavras elite.

Keywords: Lavras-MG. Population. Production. Accumulated Wealth

LISTA DE FIGURAS

Mapa 01 – Divisão política de Minas Gerais e localização do município de Lavras em 1872	15
Mapa 02 – Regionalização e níveis de desenvolvimento da província de Minas Gerais para a primeira metade do século XIX	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Pirâmide etária para os homens e mulheres livres em Lavras – 1873	59
Gráfico 02 – Pirâmide etária para os homens e mulheres escravos em Lavras – 1873	59
Gráfico 03 – Pirâmide etária para os homens e mulheres livres em Minas Gerais – 1873	60
Gráfico 04 – Pirâmide etária para os homens e mulheres escravos em Minas Gerais – 1873	60
Gráfico 05 – Participação das grandes faixas etárias na composição da escravaria conforme tamanho do plantel - Lavras 1870-88	69
Gráfico 06 – Escravos crianças e solteiros em Lavras 1870-88	72
Gráfico 07 – Preço Médio dos escravos nos inventários de Lavras por quinquênio - 1870-88	112
Gráfico 08 – Valor médio do monte-mor inventariado em Lavras por quinquênio - 1870-88	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição dos inventários da amostra e da elite por ano de abertura – Lavras 1870-88	18
Tabela 02 – Índice para deflação dos valores dos inventários – 1870-1888 (1870=100)	20
Tabela 03 - Fronteira Sudeste – Participação nas exportações por produtos, movimento entre 1858-84 (libras esterlinas, média anual)	42
Tabela 04 - Fronteira Sul Extremo – Participação nas exportações por produtos, movimento entre 1858-84 (libras esterlinas, média anual)	43
Tabela 05 – Principais atividades econômicas nos municípios de Campanha e Lavras em 1874 e 1884	48
Tabela 06 – Rendimento das Estações Fiscais do Sul de Minas no Exercício de 1881-82	52
Tabela 07 – População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros (1876 e 1885)	53
Tabela 08 – População total e por condição social – 1873 – municípios selecionados	57
Tabela 09 - População segundo condição social e sexo - Lavras 1873	58
Tabela 10 - População segundo condição social e idades - Lavras 1873	58
Tabela 11 – População segundo condição social e idades – Lavras 1873 – Grandes faixas etárias	61
Tabela 12 – População segundo condição social e idades – Minas Gerais 1873 – Grandes faixas etárias	61
Tabela 13 – População segundo condição social e conjugal - Lavras 1873	63
Tabela 14 – Porcentagem de casados e viúvos em relação à população adulta e idosa - Lavras 1873	63
Tabela 15 – Quantidade de processos de inventário por faixa de escravaria e número de escravos arrolados - Lavras 1870-88	64
Tabela 16 – Escravos inventariados segundo sexo e idades - Lavras 1870-1888	65
Tabela 17 – Escravos inventariados segundo sexo e idades - Lavras 1870-88 Grandes faixas etárias	66
Tabela 18 – Escravos inventariados segundo condição conjugal - Lavras 1870-88	67
Tabela 19 – Composição por grandes faixas etárias dos escravos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88	69
Tabela 20 – Composição por sexo e razão de sexo dos escravos adultos e idosos por tamanho	

da escravaria - Lavras 1870-88	71
Tabela 21 – Composição percentual por condição conjugal dos escravos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88	72
Tabela 22 – Representação percentual dos escravos casados e viúvos entre cativos adultos e idosos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88	73
Tabela 23 – Razões de dependência entre os escravos de Lavras segundo os inventários post mortem e por faixa de escravaria	75
Tabela 24 – Profissões da população segundo condição social – Categorias de ocupação do Censo de 1872 – Lavras 1872.....	78
Tabela 25 – Distribuição dos inventários da amostra por ano de abertura do processo - Lavras 1870-88	81
Tabela 26 – Distribuição dos processos da amostra por tamanho da riqueza – Lavras 1870-88	82
Tabela 27 – Distribuição dos inventários da elite por ano de abertura do processo – Lavras 1870-88	83
Tabela 28 – Distribuição dos processos da elite por tamanho da riqueza – Lavras 1870-88	83
Tabela 29 – Ocupação dos inventariados da amostra - Lavras 1870-88	85
Tabela 30 – Ocupação dos inventariados da elite - Lavras 1870-88	86
Tabela 31 – Número de ocorrências e concentração por tipo de ativo – Lavras 1870-88	87
Tabela 32 – Distribuição da riqueza dos inventários da amostra e da elite por tipo de ativo – Lavras 1870-88	89
Tabela 33 – Distribuição da riqueza dos inventários da amostra por tipo de ativo e por faixa de riqueza – Lavras 1870-88	92
Tabela 34 – Composição do rebanho inventariado na amostra por espécie de animal – Lavras 1870-88	100
Tabela 35 – Número de ocorrências e concentração da propriedade de animais por tipo de criação – Lavras 1870-88	101
Tabela 36 – Composição por espécie de rebanho e por faixa de riqueza - Lavras 1870-88.....	104
Tabela 37 – Distribuição da propriedade de cativos e monte-mor da amostra por faixa de escravaria – Lavras 1870-88	105
Tabela 38 – Distribuição da propriedade de cativos e monte-mor da elite por faixa de escravaria – Lavras 1870-88	107

Tabela 39 – Distribuição percentual da riqueza dos inventários da amostra por tipo de ativo e por período – Lavras 1870-88 **108**

Tabela 40 – Distribuição percentual da riqueza dos inventários da elite por tipo de ativo e por período – Lavras 1870-88 **109**

Tabela 41 – Preço dos escravos em Lavras-MG segundo avaliação nos inventários – 1870-88 **111**

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - O município de Lavras e sua vinculação jurídico administrativa durante o século XIX.....	39
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

CEMEC – Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	15
1.1- Metodologia e Fontes	17
1.2- Da divisão dos capítulos	21
2- LAVRAS E A ECONOMIA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX	23
2.1- O Brasil no Século XIX	23
2.2- Minas Gerais no século XIX	27
2.3- As Regiões Mineiras no século XIX	34
2.4- O Sul de Minas Gerais e o Município de Lavras	46
3- CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE LAVRAS EM FINS DO SÉCULO XIX	55
4- A RIQUEZA DE LAVRAS A PARTIR DOS INVENTÁRIOS <i>POST- MORTEM</i>	81
4.1- Bens Móveis	88
4.2- Dívidas Ativas, Dívidas Passivas e Dinheiro	89
4.3- Bens Imóveis Rurais e Culturas	94
4.4- Bens Imóveis Urbanos	97
4.5- Animais	98
4.6- Escravos	104
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
6- REFERÊNCIAS	118
7- APÊNDICE	123

1- INTRODUÇÃO

Lavras-MG é um município mineiro localizado na região limite do sul com o centro do estado de Minas Gerais. Foi elevado à categoria de cidade em 1868, já com o nome atual, após ter se tornado vila em 1831 e ser constituído o município em 1832. Sua localização, como podemos observar no mapa 01, certamente influenciou nas várias mudanças de comarca pelas quais passou. Em 1870, recorte inicial de nossa análise, Lavras era termo da comarca do Sapucahy. Embora nesse momento estivesse ligada a esta comarca, até 1882, quando se cria a comarca de Lavras, a localidade pertenceu a diferentes repartições jurídico administrativas, pertencendo ora à comarca do Rio das Mortes, ora à Comarca do Rio Verde ou, mais tarde, à do Sapucahy.

Mapa 01 – Divisão política de Minas Gerais e localização do município de Lavras em 1872

Fonte: IBGE. Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872 – 2010, 2011. (Adaptado).

O Almanach Sul-Mineiro traz a trajetória das transferências ocorridas¹ e, 10 anos mais tarde, nova edição do referido almanaque acrescenta que, em 1882, a comarca do Sapucahy

¹ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874. p 184.

“passa a denominar-se Lavras, sendo constituída apenas pelo termo deste nome”.² Os livros não entram no mérito da discussão sobre o que teria motivado essas mudanças, em curto espaço de tempo, se foram razões políticas, econômicas ou mesmo geográficas. Afonso Alencastro Graça Filho, em estudo sobre a comarca do Rio das Mortes, afirma que “as reivindicações de tantas mudanças, ao longo do século passado, se fundamentavam no crescimento econômico-demográfico dos povoados ou mesmo nas dificuldades de intercomunicações entre as jurisdições e as sedes das comarcas”.³ Segundo Marcos Ferreira de Andrade, a principal preocupação da Câmara de São João Del Rei, sede da comarca do Rio das Mortes, era a queda da receita causada pela perda do território onde as lojas, vendas e a criação de gado já eram abundantes.⁴

Certamente, tanto a questão geográfica quanto a econômica influenciaram o processo de repetidas mudanças, mas o desfecho com somente o termo de Lavras compondo a comarca indica que a cidade teve importância crescente no contexto regional sul-mineiro. Em 1874, o referido almanaque cita a composição do município pelas freguesias de Carmo da Cachoeira, Perdões, com o distrito de Cana Verde, e São João Nepomuceno, além da Freguesia da Cidade com os distritos do Rosário, do Angahy e de Luminárias.

Segundo Firmino Costa, os primeiros a povoar a localidade foram paulistas, ainda no século XVIII, impulsionados pela procura de metais preciosos. Essa exploração logo daria sinais de fraqueza, mas os moradores ali estabelecidos dariam o primeiro impulso para o desenvolvimento de uma economia de abastecimento na região.⁵

Como poderemos verificar ao longo do trabalho, essa característica de produtora de gêneros de abastecimento é recorrente nas descrições de memorialistas e estão alinhadas ao caráter rural da economia do município. Considerando que no início da década de 1870, a elevação de Lavras à categoria de cidade ainda era recente, cabe verificar aqui as principais características do núcleo urbano de Lavras no período aqui tratado.

A sede do município, em 1874, ainda ensaiava a construção de uma estrutura urbana e carecia de serviços como abastecimento de água e iluminação. O Almanaque de 1874 traz a seguinte descrição para o município de Lavras:

² Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884. p. 582.

³ Afonso Alencastro Graça Filho. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p. 31.

⁴ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008. p. 28.

⁵ Firmino Costa. *História de Lavras*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte. Vol. 16/p. 125-160, 1911.

há, lateraes à sua praça central, duas ruas, uma das quaes estreita e pouco ornada de habitações. (...) Antes porém, e em continuação d'aquella praça, existem muitas ruas bem providas de prédios. (...) As casas da cidade em número de 361, são em geral bem construídas e algumas de verdadeiro gosto e elegância. Há outras em construção e nestes últimos quatro anos cerca de 30 casas novas tem sido feitas - facto que demonstra o florescimento do lugar. (...) A cadeia carece de ser reconstruída e espera-se que sel-o-há brevemente. (...) Tem a câmara municipal casa própria onde funciona e que também serve para as audiências das autoridades e sessões do jury. É um vasto e solido edifício, com salões magníficos, boa mobília e perfeitamente adaptado ao fim á que foi destinado. (...) Conta a cidade um theatro de elegante e solida construção, mas ainda não acabado no interior. (...) O cemitério publico é vastíssimo e fechado com altos muros de pedra.⁶ (sic)

Para o ano de 1884, embora Saturnino da Veiga tenha destacado o aumento no número de casas e a construção de novos prédios no decorrer da última década, enfatiza a ausência do abastecimento de água na localidade, o que viria a ser concluído apenas no ano seguinte.

A cidade de Lavras, (...) tem mais de 400 casas, das quaes cerca de 60 construídas nos últimos 10 annos, havendo entre elas prédios de solida e elegante construção, como são o excelente paço da câmara municipal (...) o hospital de caridade, a casa de instrução publica; o theatro, construído por uma associação e infelizmente abandonado. etc. (...) Lavras não possui um só chafariz publico, provindo a agua de que se serve a população de poços existentes nos lugares mais baixos do lugar.⁷ (sic).

Enfim, Lavras, no momento de sua elevação à categoria de cidade, ainda ensaiava o desenvolvimento de seu mundo urbano. Como ficará evidente no estudo dos inventários, o universo rural parece determinar a vida dos lavrenses ao longo das décadas de 1870 e 1880. Esperamos com esse trabalho, subsidiar de alguma forma o melhor conhecimento do município e, por conseguinte, do sul de Minas Gerais, no período imediatamente anterior à abolição do trabalho cativo.

1.1- Metodologia e Fontes

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados como fontes um conjunto de inventários post-mortem do município de Lavras, o Recenseamento Geral do Império de 1872, além de obras de memorialistas que trataram da localidade, caso dos Almanagues Sul Mineiros de 1874 e 1884.

⁶ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1874. p 185.

⁷ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1884. p 582-83.

Os processos de inventário estão disponíveis no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC, situado em Campanha-MG. Para o período selecionado, as décadas de 1870 e 1880, existem no arquivo 554 processos. Como o objetivo da pesquisa passava pela identificação da estrutura da riqueza acumulada no município de Lavras e das características próprias da elite local foram selecionados dois conjuntos de processos dentre os que estavam disponíveis no arquivo. Do total de 554 processos, apenas 487 estavam completos e legíveis, os demais foram excluídos da lista. Dos que restaram foram selecionados dois conjuntos de inventários para leitura. O primeiro conjunto representa uma amostra de 20% dos processos disponíveis, distribuídos por todas as faixas de riqueza. Para a seleção desses processos, depois de verificar o valor do monte-mor e o tamanho da escravaria de todos os inventários, eles foram colocados em ordem crescente, sendo selecionado um a cada cinco processos, resultando nos 97 processos que ao longo do trabalho serão chamados de amostra. Com essa amostra objetiva-se verificar a estrutura da riqueza local verificando variações na composição da riqueza conforme se aumenta o valor do monte-mor. Também será observada a evolução dessas características ao longo do período aqui tratado. A distribuição dos processos por ano de abertura está apresentada na tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição dos inventários da amostra e da elite por ano de abertura – Lavras 1870-88

Inventários da amostra				Inventários da elite			
1870	5	1880	2	1870	5	1880	6
1871	3	1881	2	1871	3	1881	1
1872	5	1882	6	1872	2	1882	4
1873	8	1883	6	1873	9	1883	3
1874	6	1884	5	1874	8	1884	2
1875	5	1885	5	1875	5	1885	0
1876	7	1886	6	1876	9	1886	6
1877	6	1887	3	1877	4	1887	1
1878	5	1888	7	1878	6	1888	0
1879	5			1879	9		
Total	97			Total	83		

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888.

O segundo conjunto de inventários diz respeito à elite local. Nesse recorte foram selecionados todos os processos com monte-mor superior a 30:000\$000 (Trinta contos de réis) ou com escravaria igual ou superior a 20 cativos. Marcos Ferreira de Andrade, em seu estudo sobre Campanha, se refere aos proprietários de 20 cativos ou mais como aqueles “que

estavam no topo da pirâmide social escravista”.⁸ Foram 83 os processos que atenderam a esses critérios. Dentre eles, estão 19 processos que também integram a amostra. No total, portanto, foram lidos para a realização desta pesquisa 161 processos de inventário. O anexo I apresenta a lista de inventários disponíveis, já excluídos os incompletos e ilegíveis, com a identificação dos selecionados para leitura e utilização na pesquisa.

Cabem aqui algumas ressalvas acerca utilização dos processos de inventário como fontes. Em primeiro lugar, os resultados obtidos a partir dos processos de inventário não devem ser tomados como absolutos, no sentido de representarem a realidade completa de uma determinada localidade. A existência dos processos de inventário está condicionada pelo falecimento de algum morador local dentro do período de estudo, por isso, a importância maior ou menor de um ativo pode estar determinada apenas pela sobrevivência de uma pessoa aleatória ou o falecimento de outro. Por isso as afirmativas devem sempre ser relativizadas e tomadas como um caso específico e, no máximo, um indício para explicação da totalidade.

Os inventários apresentam a riqueza acumulada pelo inventariado ao longo de sua vida. Em todos os processos os ativos estão divididos entre bens móveis, imóveis e de raiz, semoventes, dívidas ativas e passivas. Os escravos quase sempre estavam listados à parte, mas também houve casos de estarem entre os semoventes. Alguns cuidados foram tomados no processo de leitura dos processos. Foi necessária a reorganização dos bens e o nivelamento dos conceitos para classificação, bem como a verificação dos valores e correção dos somatórios. A reorganização foi necessária, por exemplo, por haver casos em que o dinheiro foi listado junto aos bens móveis enquanto na maioria dos processos esse ativo foi tratado em separado. Já a correção dos valores foi feita devido a ocorrência de erros na soma dos bens. No inventário do Coronel José Antônio de Souza Lima, por exemplo, foram avaliados 10 cabeças de porcos, a três mil réis cada, e no total foram lançados apenas três mil réis⁹. Após a realização das correções, foram consideradas nesta pesquisa as categorias bens móveis, imóveis rurais, imóveis urbanos, culturas e mantimentos, animais, escravos, dinheiro, ações, dívidas ativas, dívidas passivas.

Para a leitura dos inventários, foram utilizados formulários padronizados com vistas a possibilitar a posterior tabulação e comparação dos dados. Para todos os ativos, foram anotados a descrição completa, a quantidade e o valor dos bens. Mas alguns ativos não corresponderam às expectativas quanto a qualidade da descrição. No caso dos escravos, não

⁸ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro*: Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p 37.

⁹ CEMEC – Inventário do Coronel José Antônio de Souza Lima, 1883. Caixa 223.

conseguimos informações com relação à cor e à origem dos cativos. Alguns processos omitiram até informações mais básicas como nome e idade. No caso dos animais, o dado mais inconsistente encontrado foi a idade. A ausência da informação de idade dos animais impossibilitou, inclusive, um estudo mais detalhado dos preços relativos a esse ativo, ficando a análise limitada à quantidade de cabeças e ao preço por espécie de animal. Quanto às dívidas ativas e passivas, em sua maioria, a descrição se limitou a informar o tomador do crédito e a data. A taxa de prêmio foi informada em poucos processos e a finalidade do crédito não foi detalhada em nenhum processo.

Para viabilizar a comparação dos valores dos ativos, em especial dos escravos, ao longo do período estudado, foi necessário realizar a deflação dos valores apresentados nos processos. Optou-se neste trabalho por utilizar o índice de preços apresentado por Luís Catão¹⁰ em estudo no qual trabalha com o período de 1870 a 1913. A variação por ano está apresentada na tabela 02.

**Tabela 02 – Índice para deflação dos valores dos inventários – 1870-88
(1870=100)**

Ano	Índice	Ano	Índice
1870	100	1880	87,52
1871	93,31	1881	89,24
1872	98,95	1882	90,62
1873	97,51	1883	89,38
1874	100,66	1884	86,82
1875	91,56	1885	87,03
1876	98,31	1886	83,36
1877	101,59	1887	80,15
1878	98,74	1888	78,19
1879	94,54		

Fonte: CATÃO, Luis A. V. A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913. Revista Brasileira de Economia, v. 46, nº 4, out./dez. 1992, p. 530, adaptado.

A variação máxima verificada entre 1870 e 1888, período estudado nesta pesquisa, foi de 21,81 pontos percentuais negativos em relação a 1870. Todos os valores apresentados nesta pesquisa estão deflacionados conforme esse índice e são apresentados em mil réis.

Os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872, que em Minas foi realizado em 1873, forneceram as informações básicas sobre a população de Lavras no período. Foram observadas nesta pesquisa variáveis como composição por condição social, por sexo, por condição conjugal, por idades e por ocupação. Os dados originais do censo também

¹⁰ CATÃO, Luis A. V. A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913. Revista Brasileira de Economia, v. 46, nº 4, out./dez. 1992, p. 519-533.

apresentam inconsistências principalmente no que se refere aos totais. Nesta pesquisa são utilizados os dados do censo após a correção feita pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG.

Também buscou-se observar nesta pesquisa a forma como as características de condição conjugal e estrutura etária são afetados pelas diferenças de tamanho das escravarias. Para isso foram utilizados novamente os dados dos processos de inventário. Nesse caso, foram utilizados todos os processos lidos que continham escravos.

Quanto ao recorte temporal, o marco inicial proposto para 1870 deriva da recente elevação da localidade à categoria de cidade (1868), admitindo-se que tal categoria atesta a importância da localidade no contexto regional. Considerando o grande peso do valor dos escravos na riqueza local, tem-se como marco final do período a ser analisado o ano de 1888, ano último do instituto servil em terras brasileiras. Embora este período compreenda a data de abertura de todos os processos de inventário utilizados nesta pesquisa, tem-se a consciência de que os referidos processos representam uma riqueza acumulada previamente. Significa dizer que um inventário da década de 1870, além de fornecer informações acerca da realidade do ano de abertura do processo, como valorização de um ativo em detrimento de outro, por exemplo, representa as opções de investimento de uma pessoa que fez suas escolhas no contexto dos anos anteriores. Portanto, poderão ocorrer ao longo do trabalho, referências e mesmo comparações com trabalhos que estudaram a economia mineira em períodos anteriores, sem que isso comprometa a pesquisa ou inviabilize a comparação.

1.2- Da divisão dos capítulos

Este trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro trata da economia de Minas Gerais no século XIX. Nesse capítulo serão apresentadas as principais leituras sobre a economia mineira oitocentista, tratando de forma geral o contexto brasileiro e buscando relacionar as informações regionalizadas sobre a província ao contexto sul-mineiro e ao verificado para o município de Lavras, apresentando, quando possível, comparações com outras localidades da região.

No segundo capítulo, utilizando os dados do Recenseamento Geral de 1872, serão verificadas as características gerais da população do município, sendo observados indicadores como a composição por sexo e condição social, condição conjugal, a estrutura etária da população livre e escrava e a sua ocupação. Serão observadas, ainda neste capítulo, agora com base nos inventários, as diferenciações das propriedades de cativos conforme se aumenta o

tamanho da escravaria. Com base nesses dados serão discutidas questões como liberdade matrimonial e crescimento natural.

No terceiro e último capítulo, será trabalhada a estrutura da riqueza no município de Lavras, além das características das propriedades dos diferentes estratos da sociedade, com especial atenção aos maiores proprietários que compunham a elite local. Admitindo-se que essa parcela da população controla a maior parte da riqueza da localidade, busca-se observar as peculiaridades da composição de suas propriedades e as atividades econômicas a que se dedicavam. Ao tratar dos escravos como importante parcela dos ativos da localidade, será abordada a questão da desvalorização dos escravos e do relativo empobrecimento de uma parcela da população lavrense.

Após a apresentação das três partes do texto, são feitas as considerações finais. Espera-se com essa divisão, conseguir caracterizar a população e a riqueza do município de Lavras e contribuir com mais uma pesquisa local que, junto aos estudos de outras localidades, vão construindo um conhecimento mais sólido para o entendimento da economia mineira do século XIX.

2- LAVRAS E A ECONOMIA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

2.1- O Brasil no Século XIX

Antes de qualquer análise acerca de uma localidade específica, faz-se necessário dedicar-se ao conhecimento do contexto no qual ela está inserida. Para esta pesquisa, torna-se fundamental pensar a economia brasileira do século XIX, com especial atenção para a província de Minas Gerais, para depois passar ao estudo específico do município de Lavras. Está posto o objetivo do presente capítulo: apresentar as principais interpretações sobre a economia brasileira do século XIX, com ênfase às transformações de Minas Gerais, percebendo a diversidade de suas regiões e a dinâmica de sua economia no contexto do período imperial brasileiro, buscando entender como se dava a inserção do município de Lavras neste cenário.

Para esta pesquisa, é fundamental buscar compreender o funcionamento do mercado interno, por entender que a dinâmica interna é, em grande medida, responsável pelo desenvolvimento da economia de Minas Gerais, no século XIX. Como veremos, o intenso crescimento demográfico verificado na província, ao longo do oitocentos, desencadeou importante debate sobre a razão de ser da economia mineira. Nesse sentido, entender a lógica do mercado interno está diretamente relacionado ao entendimento da participação de Lavras nesse contexto, já que este município está inserido na produção e comercialização de gêneros de abastecimento.

Em sua interpretação já clássica da formação econômica brasileira, Celso Furtado¹¹ vê a economia do país sempre como dependente de um produto de grande interesse internacional, dada a característica de grande dependência da economia brasileira em relação ao mercado externo. Partindo desse ponto de vista, o autor pensa o século XIX como um período de grande decadência da economia de Minas Gerais devido ao declínio da produção mineral e à ausência de um produto de exportação de importância análoga. Para o contexto mineiro, este autor faz um diagnóstico da decadência da economia da mineração:

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência –, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e

¹¹ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

geral decadência (...). Todo o sistema ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência.¹²

É importante ressaltar que com essa colocação bastante enfática sobre a desagregação da economia de Minas, o autor nega que exista uma autossuficiência interna na economia colonial. No contexto escravista, não teria se desenvolvido um mercado interno com capacidade para substituir a demanda internacional de produtos. Esse mercado teria se iniciado com a mineração, mas decai junto com a produção de metais preciosos. Não havendo um produto de grande interesse internacional, haveria uma desaceleração da economia interna, que realocaria a mão de obra escrava na produção de alimentos, voltando a redirecioná-la somente quando a conjuntura internacional o permitisse. Também característico do sistema colonial seria a extração do excedente produzido na colônia por meio dos mecanismos de comércio. Consequência desse desvio seria a baixa taxa de reinvestimento na produção e o não desenvolvimento de um mercado interno capaz de resistir às flutuações internacionais.

A interpretação voltada para o entendimento do sentido da economia brasileira no contexto colonial tem como precursor Caio Prado Júnior¹³ que vê na economia exportadora brasileira a forma de lucro da metrópole, localizando no comércio colonial a forma de extração da riqueza produzida na colônia. Esse modelo interpretativo determina a pouca expressão das relações econômicas internas, mas não as anula. Ao analisar a economia do período colonial, Prado Jr. estabelece a diferença entre o que chamou de economia de exportação e economia de subsistência, justificando a diferenciação pela razão de ser de cada setor. É importante ressaltar a diferenciação entre o conceito de “economia de subsistência” em Celso Furtado e em Caio Prado Junior. Em Furtado, a expressão é apresentada tanto como produção não geradora de excedentes como economia de abastecimento de baixa produtividade. Já Caio Prado Jr. considera o termo em oposição à economia de exportação, como a produção voltada ao consumo interno e manutenção do grande sistema exportador, abastecendo os núcleos produtores e os centros urbanos, daí a possibilidade de adquirir um relativo desenvolvimento do setor¹⁴.

¹² Celso Furtado. *Formação econômica ...*, 2007, p 132.

¹³ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, pp. 7-21.

¹⁴ Uma abordagem detalhada dos conceitos e do tratamento dado por Celso Furtado à economia de Minas Gerais pode ser observada em Maurício Chalfin Coutinho. *Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado*. Nova Economia: Belo Horizonte. 18(3) 361- 378, set. - dez. de 2008.

O setor de exportação, determinado pelo sentido geral da colonização, volta-se à produção de gêneros para o mercado internacional. Dada sua natureza, caracteriza-se pela grande lavoura, trabalhada por grandes escravarias. O setor de subsistência caracteriza-se pela produção para o abastecimento do setor voltado quase exclusivamente à produção para a exportação, e para a subsistência da camada da população não diretamente relacionada à grande lavoura. Teria como padrão a pequena propriedade, trabalhada unicamente pelo proprietário e sua família, raramente auxiliado por escravos. Mas essa estrutura poderia variar, surgindo propriedades especializadas no abastecimento. Segundo o autor:

Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente e separado da grande lavoura e cuja organização aliás varia. Vai desde a grande propriedade, aproximando-se neste caso, nos caracteres exteriores, da grande lavoura – o que é menos frequente –, até a insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravos ou assalariados e onde o proprietário ou simples ocupante da terra é ao mesmo tempo trabalhador.¹⁵

Como produtos desse setor de subsistência, Prado destaca que ele não exclui gêneros típicos da grande lavoura, estes também são consumidos pelo mercado interno, mas jamais alcançam a proporção das fazendas especializadas, sendo claramente distinguidas regiões cujo destino da produção é a exportação e regiões produtoras para o consumo interno. Partindo dessa concepção da economia brasileira, esses dois autores percebem o século XIX como um século de estagnação da economia de Minas Gerais, entre o declínio da mineração e o surgimento do café. A exceção a esse quadro seria, na abordagem de Caio Prado Júnior, a região sul da província, onde a economia de abastecimento teria possibilitado à região uma situação econômica diferenciada do contexto mineiro.¹⁶ Embora a abordagem desses autores evidencie o caráter dependente da economia brasileira e estes a analisem a partir do setor exportador, o mercado interno, como vimos, não é totalmente ignorado. Isso porque a especialização de um setor em um produto voltado para a exportação e a constituição de núcleos urbanos determina que se desenvolva um setor de abastecimento. A transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, foi determinante no aumento da demanda por produtos de abastecimento. Segundo Furtado

o abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul

¹⁵ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil...*, 2000, p 157.

¹⁶ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil...*, 2000.

da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deu origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais.¹⁷

Referindo-se ao período colonial, Caio Prado observa a especialização das lavouras e a pouca dedicação às culturas de abastecimento, as grandes propriedades dedicadas à produção para exportação seriam, nesse ponto, autônomas, mas pondera essa especialização das grandes propriedades frente à necessidade de abastecimento dos núcleos urbanos,

Por esse motivo [necessidade de abastecimento] constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros de manutenção. Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo.¹⁸

Esse autor enfatiza que o mercado interno é de expressão reduzida e vinculado ao setor exportador, já que se constituiria basicamente do movimento de produtos cujo destino final seria a exportação e de produtos importados. “O comércio interno, com exclusão do setor que vimos acima [circulação de mercadorias destinadas à exportação] e que deriva do comércio externo, só aparece com vulto ponderável na convergência de gêneros de subsistência para os grandes centros urbanos”.¹⁹

Essa visão, que enfatiza a dependência externa da economia brasileira, colocando o setor de abastecimento como subsidiário e de pouca importância, começou a ser questionada na década de 1970. O importante trabalho de Alcir Lenharo,²⁰ a partir da análise do movimento de tropas entre a região sul de Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, coloca o mercado interno sobre uma nova perspectiva, e conclui que esse mercado é de importância fundamental no contexto do século XIX, proporcionando a projeção social dos envolvidos, chegando estes a ocuparem posições importantes no cenário político nacional.²¹

¹⁷ Celso Furtado. *Formação Econômica ...*, 2007, p 170.

¹⁸ Caio Prado Junior. *História Econômica do Brasil*. 30ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p 42.

¹⁹ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil...*, 2000, p 231.

²⁰ Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

²¹ O trabalho de Alcir Lenharo segue a linha de outros estudos, como os de Maria Odila Leite da Silva e Maria Yeda Linhares, presentes em Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole: 1808-1853*. In.

João Luís Ribeiro Fragoso²² também questiona o modelo explicativo presente em Caio Prado e Furtado, considerando-o “tradicional”. Aponta que o foco na grande lavoura centraliza o debate em torno de apenas duas classes: “senhores e escravos”, e defende uma análise da economia brasileira em que sejam consideradas todas as parcelas da população, além dos senhores e escravos, a parcela livre não ligada diretamente à *plantation* exportadora, dando assim, especial atenção à dinâmica do mercado interno brasileiro. Apresenta a seguinte justificativa:

em 1819 a maior província escravista do país – Minas Gerais – não estava fundamentalmente ligada à exportação, mas ao mercado interno. Em 1874, nas três províncias do Sudeste que concentravam a produção cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), 60% da população cativa total encontrava-se em municípios não cafeeiros (...) Os números a pouco apresentados são suficientes para demonstrar que, apesar da presença hegemônica da produção escravista-exportadora, o país não pode ser limitado à *plantation* açucareira e cafeeira.²³

Fica claro que, embora o autor enfatize a necessidade de se reconhecer a importância de uma dinâmica interna de acumulação da economia brasileira, não nega que o elemento “hegemônico” da economia seja o setor escravista-exportador, o que, em última instância, não contradiz a ideia apresentada por Caio Prado ou Celso Furtado. Consideramos, portanto, que essas duas perspectivas de análise, com foco no mercado externo ou na dinâmica interna, devem ser tratadas como complementares e não antagônicas.

Buscaremos, no próximo tópico, verificar as principais correntes de interpretação da economia de Minas Gerais no oitocentos.

2.2- Minas Gerais no século XIX

Dentro do debate acerca da história econômica brasileira, a situação de Minas Gerais rendeu críticas importantes aos modelos que ressaltam a dependência da economia brasileira de um produto de grande importância no mercado externo. Entre as questões levantadas,

Carlos Guilherme Mota(org.). 1822: Dimensões. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 1986; e Maria Yedda Leite Linhares. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

²² João Luís Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça comercial do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992; e João Luís Ribeiro Fragoso. *Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: Maria Yeda Linhares (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

²³ João Luís Ribeiro Fragoso. *Economia Brasileira...*, 1990. p 144-145.

evidencia-se o confronto entre a teoria da decadência e estagnação versus o significativo crescimento demográfico ocorrido na província, juntamente à grande quantidade de escravos mantidos por Minas ao longo de todo o império. O crescimento demográfico médio anual esteve, na maior parte do século XIX, acima da média brasileira. A população, que em 1831/32 somava 718.191 habitantes, ultrapassa os dois milhões no censo de 1872, chegando a 2.050.509.²⁴ Serão apresentadas algumas propostas de explicação da economia mineira provincial.

Como já referido, mesmo os modelos “tradicionais” de explicação da história econômica brasileira fazem referência a um setor de abastecimento. O que há é a discordância sobre a importância a ser atribuída a esse seguimento. Dentro desse setor, Minas ocuparia um importante papel. A produção de gêneros de abastecimento, em Minas Gerais, inicia-se desencadeado pela demanda das áreas de mineração. Caio Prado Jr., após ponderar sobre a pobreza do solo nas áreas de mineração, principalmente as mineiras, afirma que “nessas condições os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora”.²⁵ Quanto à origem desses produtos observa que “servir-lhes-á sobretudo o sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral – alcançará um nível de relativa prosperidade”²⁶. Sobre o desenvolvimento da pecuária no sul do estado de Minas Gerais, Caio Prado observa:

Reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores de ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação vão proporcionando. Abastecendo-se a princípio no sertão do Norte e dos Campos-Gerais do Sul, os mineiros passarão logo para ela, mais acessível que é, e sobretudo mais aparelhada que seus concorrentes. O sul de Minas suprirá, em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os campos dos Goitacazes e os mesmos Campos-Gerais citados, estes ficam mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados, da nova proveniência.²⁷

²⁴ Para 1831/32, ver Clotilde Andrade Paiva. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo. FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado). Sobre o crescimento médio ver nota nº 2. Para 1872, ver Recenseamento Geral do Império do Brasil 1872.

²⁵ Caio Prado Junior. *História Econômica...*, 2008, p 65.

²⁶ Caio Prado Junior. *História Econômica...*, 2008, p 65.

²⁷ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil...*, 2000, p 196.

Além dessa observação sobre a produção para abastecimento, em Minas Gerais, que contrasta com as acusações de que os historiadores tradicionais ignoram o mercado interno, Caio Prado também faz uma interessante observação sobre a classe de produtores dedicados a esse mercado, o que atesta que há a possibilidade de acumulação também via mercado de abastecimento interno.

O que se dá em Minas (...), é que lá tais atividades secundárias, por circunstâncias especiais (a excelência das condições naturais, e um bom mercado próximo, como são os centros mineradores e o Rio de Janeiro), tomam vulto, adquirem certa importância que as atividades paralelas de outros lugares não lograram alcançar.²⁸

Fica evidente, entretanto, que o autor considera essa acumulação uma exceção, mas para a finalidade desta pesquisa, interessa a verificação da existência do mercado interno de abastecimento e a possibilidade de projeção econômica/social por essa via, já que se acredita que Lavras esteve ligada à produção e comercialização de gêneros de abastecimento desde a formação do povoado, ainda no século XVIII.

Embora haja essa referência à economia de abastecimento em Caio Prado, ela faz parte de sua leitura geral sobre a economia brasileira, não merecendo do autor um estudo pormenorizado de sua dinâmica, já que, em sua leitura, seria mero apêndice do setor exportador. Uma análise que se dedicou especificamente à economia mineira do século XIX e desencadeou uma importante discussão acerca da dinâmica econômica mineira foi a de Roberto Borges Martins, na década de 1980. Em sua tese de doutoramento, e em uma série de publicações posteriores, Martins critica duramente as interpretações que colocam Minas Gerais como decadente após o declínio da mineração e defende que a província, pela demanda de seu mercado interno, sustentou o importante crescimento demográfico verificado, inclusive se mantendo como a maior importadora de escravos do país.²⁹ Esse autor é enfático ao observar que

o maior obstáculo para um melhor conhecimento de Minas oitocentista tem sido uma enraizada distorção que permeia quase toda a historiografia econômica brasileira: a maior parte dela está ainda hoje enredada na noção,

²⁸ Caio Prado Junior. *Formação do Brasil...*, 2000, p 199.

²⁹ Roberto Borges Martins. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century: Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980; *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Texto para discussão N° 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; *Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora*”. *Estudos Econômicos*, Volume 13, Número 1, p. 181-209, Jan/Abr 1983.

herdada do colonizador, de que a atividade exportadora é a única coisa que importa. A evolução econômica do país é descrita como uma série de “ciclos de exportação”: açúcar no Nordeste nos primeiros séculos, ouro em Minas Gerais no século dezoito, e café no Centro-Sul nos séculos dezenove e vinte.³⁰

Para Martins, a dinâmica da economia mineira no oitocentos foi determinada pelo mercado interno provincial. A província teria vivido nesse período como autossuficiente no abastecimento dos mais variados gêneros e com poucas ligações a mercados externos à província. Nesse contexto, a mineração, setor evidentemente ligado ao mercado externo e predominante no século XVIII, é tido como de pouca importância. Nas palavras do autor, “a razão de ser da economia mineira era a própria Minas. Qualquer que tenha sido a importância das exportações mineiras no suprimento do Rio de Janeiro, elas representavam uma parcela mínima da produção provincial”³¹. Produtos como açúcar, aguardente, arroz e feijão teriam mais de 99% da produção consumida internamente. A principal exportação seria a de gado bovino, que representa aproximadamente 20% da produção total e era destinada principalmente ao mercado do Rio de Janeiro. A complementação da ideia de introspecção é dada com a caracterização da propriedade mineira típica.

A fazenda mineira não era uma *plantation*. Suas principais características eram a auto-suficiência e diversificação interna. Sua produção mercantil era limitada e ela praticamente não tinha ligações com mercados distantes. A fazenda mineira não era uma empresa: ela nunca se especializava na produção mercantil e suas decisões econômicas raramente eram determinadas por forças de mercado. O absenteísmo era raro, a própria fazenda constituía o centro da vida social da classe dominante.³²

Completando o quadro de interpretação da economia mineira, Martins argumenta que a Província se manteve, durante todo o século XIX, com a maior escravaria do país, preservando essa característica até as vésperas da abolição. O expressivo número de escravos da província seria fruto de importação recente determinada pela inexistência de mão de obra livre disponível. Embora aponte a expressiva quantidade de habitantes livres, o autor considera que a oferta de terras desocupadas impediu que o camponês livre se submetesse ao trabalho assalariado³³. Enfim, buscando questionar a ideia, presente em Celso Furtado, de que

³⁰ Roberto Borges Martins. *A economia escravista*..., 1981. p 2.

³¹ Roberto Borges Martins. *A economia escravista*..., 1981. p 43.

³² Roberto Borges Martins. *A economia escravista*..., 1981. p 45.

³³ Roberto Borges Martins. *A economia escravista*..., 1981. p 51-53.

Minas foi uma exportadora de escravos no século XIX, Martins apresenta a economia mineira como dinâmica, autossuficiente e introspectiva.

Com o desenvolvimento do debate e o aparecimento de pesquisas mais recentes sobre a dinâmica econômica mineira, Roberto Martins reconsiderou suas afirmações sobre os vínculos de Minas com o setor exportador, mas mantendo a ênfase no caráter diversificado dessa economia. A diversidade mineira incluía a mineração de ouro e diamantes, a agricultura e a pecuária comerciais voltadas para os mercados nacional e provincial, a produção de subsistência, algumas manufaturas (em especial o fabrico de ferro e têxteis de algodão), o comércio, os transportes e outros serviços.³⁴

A interpretação da economia mineira, feita por Martins, no início da década de 1980, resumidamente apresentada anteriormente, desencadeou importante debate acerca da dinâmica econômica da província de Minas Gerais. Logo em 1983, Francisco Vidal Luna e Wilson Cano questionaram alguns de seus pressupostos. Questionaram se uma economia pouco mercantilizada e desligada de mercados exteriores, como foi descrita, seria capaz de gerar o capital necessário à compra de numerosos escravos.³⁵ Para esses autores

parece inviável que uma economia sem um grau mínimo de mercantilização, que lhe permitisse gerar excedentes e que, portanto, exigisse determinados mercados, gerasse excedentes realizáveis em capital-dinheiro, com os quais pudessem adquirir escravos em grandes quantidades e persistentemente fora de suas fronteiras³⁶.

Como resposta aos questionamentos levantados, os autores apresentam uma resposta alternativa à importação maciça de escravos como meio de garantir o grande número de cativos. Defendem que “justamente no baixo grau de mercantilização reside a explicação do imenso plantel: a violenta diminuição da taxa de exploração e o “relaxamento dos costumes” (mestiçagem e “casamentos”) permitiram o crescimento demográfico”.³⁷ Como mostraremos mais adiante, as características demográficas apresentadas em trabalhos posteriores sobre Minas Gerais oitocentista não excluem a possibilidade da reprodução natural da escravaria, mas esta deve ser considerada como um elemento complementar à aquisição dos escravos no

³⁴ Roberto Borges Martins. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM. 1994. Texto para discussão nº 70.

³⁵ LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. *Economia Escravista em Minas Gerais*. 1. ed. Campinas: Cadernos IFCH-UNICAMP, 1983. v. 1.

³⁶ Francisco Vidal Luna & Wilson Cano, *Economia escravista ...*1983. p 11.

³⁷ Francisco Vidal Luna & Wilson Cano, *Economia escravista ...*1983. p 13.

mercado, já que a economia de abastecimento possibilitou, como veremos, a inserção de Minas no comércio interprovincial.

Outro autor que se dedicou a questionar os resultados apresentados por Roberto Martins foi Robert W. Slenes, que apresenta uma explicação alternativa à introspecção defendida por Martins.³⁸ Slenes concorda com a visão de Martins quanto à diversificação da economia mineira e quanto ao peso da escravidão na província, mas questiona a conclusão de que o mercado interno seria responsável pela geração dos recursos necessários à aquisição dos cativos. Mas este autor também não acredita no peso da reprodução natural apresentada por Luna e Cano³⁹, defende que Roberto Martins reduz demasiadamente o peso do setor exportador de Minas.

Acredito que os Martins subestimam em muito a importância do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro dinâmico – e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia – que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século.⁴⁰

A crítica feita pelo autor quanto à importância do setor exportador se traduz em duas afirmações básicas: em primeiro lugar, afirma que as exportações de ouro e diamantes não computadas nas estimativas dos Martins afetariam o resultado total, de forma a tornar aceitável a explicação do tamanho do plantel pela compra recente de escravos e, em segundo lugar, afirma que o entendimento do que seria o setor ligado à exportação, destinado ao mercado internacional,⁴¹ não deve se resumir aos produtores diretos dos gêneros exportáveis, mas incluir todos os setores que se organizam para abastecer e viabilizar os empreendimentos destinados ao mercado mundial. Dessa forma, a criação de gado, porcos, e toda sorte de produção de gêneros de abastecimento, deveria ser computada como setor ligado à exportação, pois a produção se destinava à Zona da Mata mineira e demais regiões produtoras de café, e, portanto, participaria dos rendimentos gerados por esse setor. Nesse sentido

³⁸ Robert Wayne Andrew Slenes. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), São Paulo, v. 18:3, p. 449-195, 1988. O texto apresenta uma crítica aos estudos publicados por Roberto Borges Martins, Amílcar Viana Martins Filho e Maria do Carmo Salazar Martins no início da década de 1980, todos sobre a economia de Minas Gerais no Século XIX.

³⁹ Francisco Vidal Luna & Wilson Cano, *Economia escravista ...* 1983.

⁴⁰ Robert Wayne Andrew Slenes. *Os múltiplos de porcos...*, 1988. p 453.

⁴¹ Deve-se ter em conta que por vezes o termo “exportação”, é referente à economia de *plantation*, ligada ao comércio internacional, mas também é utilizado para designar o comércio interprovincial.

a produção de Minas para mercado externos (...) gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias primas utilizadas pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas a esse setor.⁴²

Com essa perspectiva, Slenes afirma a inserção de Minas na economia nacional, vinculada à *plantation* pela via do abastecimento, conseguindo assim o capital necessário à aquisição de escravos e sustentando o crescimento demográfico vivenciado pela província no século XIX. Apresenta-se, portanto, com uma visão oposta à de Roberto Martins, que pensa a economia mineira como “a antítese da economia de plantation exportadora”, constituída sobretudo “de unidades agrícolas produzindo principalmente para o autoconsumo, e vendendo o excedente em mercados locais”⁴³. A partir dos inventários de Lavras, é possível verificar a ocorrência de grandes propriedades escravistas dedicadas à produção de gêneros de abastecimento que, embora apresentando uma produção diversificada como sugere Martins, não está desligada do circuito comercial de abastecimento das regiões produtoras de café e dos núcleos urbanos, especialmente o Rio de Janeiro.

Clotilde Andrade Paiva também se propôs, em sua tese de doutoramento, a analisar as Minas Gerais do oitocentos, a partir de sua população e economia. Em suas considerações, defende que o panorama verificado se aproxima da visão apresentada por Slenes, apontando o setor exportador como mais dinâmico e, como tal, determinante da economia de Minas.

A economia de subsistência não era a forma predominante em Minas, ainda que bastante disseminada e ocupando parcela significativa da população. O setor exportador mineiro não era inexpressivo ou pouco importante, ao contrário, ocupava a maior parte da população e constituía-se no centro dinâmico da economia; e era bastante complexo com uma pauta de produtos bem mais diversificada.⁴⁴

Tendo como base de informações demográficas as listas nominativas de 1831/32, Paiva também chegou a importantes conclusões acerca da volumosa escravaria de Minas Gerais. Partindo de uma proposta de divisão regional, esta autora identifica que os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões revelavam a forma predominante da manutenção/ampliação do número de cativos.

⁴² Robert Wayne Andrew Slenes. *Os múltiplos de porcos...*, 1988. p 480-481.

⁴³ Roberto Borges Martins. *A economia escravista...*, 1981. p 37.

⁴⁴ Clotilde Andrade Paiva. *População e Economia...*, 1996. p 164

A recomposição e ampliação do contingente mancipio processava-se de forma diferente nas regiões: observou-se um grupo onde a importação de cativos era o fator central, com grande desequilíbrio de sexo e idade e elevado contingente de africanos; em outro extremo, encontramos regiões onde o crescimento vegetativo era o fator central, com relativo equilíbrio de sexo e idade e pequeno contingente de africanos; em grupo intermediário, encontramos regiões onde ambos os fatores combinavam-se.⁴⁵

Percebe-se que as conclusões da autora não descartam as proposições dos autores anteriormente apresentados, apenas propõe uma diferenciação regional onde o nível de desenvolvimento determina a capacidade de aquisição de cativos ou uma reprodução natural mais elevada.

Esse painel acerca da economia mineira oitocentista, que aponta para uma realidade diversificada, determina que se faça a apresentação de uma análise regional mais detalhada. Buscaremos um melhor entendimento dessa economia, observando as suas diferenças regionais e identificando as especificidades das regiões para que se proceda à análise específica do município de Lavras dentro de um contexto regional determinado.

2.3- As Regiões Mineiras no século XIX

A busca de uma divisão regional adequada ao trabalho de quem se dedique à análise histórica é defendida como fundamental, principalmente para o estudo de Minas Gerais, cuja diversidade regional é enfatizada por diversos autores.⁴⁶ Mesmo entre estudiosos que defendem essa diversidade, a regionalização, por vezes, baseia-se em recortes propostos para o século XX e que não se adéquam aos estudos do século XIX.⁴⁷ No sentido da construção de uma regionalização própria para o espaço mineiro da primeira metade do oitocentos, os

⁴⁵ Clotilde Andrade Paiva. *População e Economia...*, 1996. p 162

⁴⁶ Marcos Lobato Martins. *Regionalidade e História: reflexões sobre regionalização nos estudos historiográficos mineiros*. Caminhos da História (UNIMONTES) , v. 15, p. 135-153, 2010.; Alexandre Macchione Saes, Daniel do Val Cosentino e Thiago Fontelas Rosado Gambi. *Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida*. In Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins (Orgs). *Sul de Minas em Transição: a formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: Edusc. 2012. p 13-36. Alexandre Mendes Cunha & Marcelo Magalhães Godoy. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003. Clotilde Andrade Paiva; Marcelo Magalhães Godoy. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

⁴⁷ Roberto Borges Martins. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; Douglas Cole Libby. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988; e John D. Wirth. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

trabalhos de Clotilde Andrade Paiva⁴⁸ e Marcelo Magalhães Godoy⁴⁹ foram inovadores e de grande importância. Em trabalho conjunto defendem que

a historiografia referente ao período não conseguiu traduzir a ideia de diversidade regional em expressões concretas. A relação com a espacialidade tendia a estar marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimentos excessivamente simplificadores. Neste sentido, a transposição de recortes do século XX para o XIX, a proposição de divisões do espaço sem a indicação dos critérios e fontes utilizados na definição das unidades regionais, a adoção de circunscrições judiciárias e político-administrativas enquanto unidades espaciais homogêneas ou a simples inexistência de delimitação do espaço foram procedimentos recorrentes.⁵⁰

A regionalização, apresentada no Mapa 02, proposta originariamente por Godoy e utilizada por Clotilde Paiva, propõe a divisão do espaço de Minas Gerais em 18 regiões.⁵¹ Utilizando como fontes os relatos de viajantes estrangeiros, essas regiões foram estabelecidas segundo as características socioeconômicas apontadas nos testemunhos. Marcelo Godoy e Alexandre Cunha argumentam que o processo de regionalização se desenvolve no século dezoito, com a configuração do que chamaram de “espaços econômicos”, que “orientado [s] pelas especificidades produtivas locais e os arranjos das rotas de comércio”, acabariam por consolidarem realidades regionais propriamente ditas.⁵²

⁴⁸ Clotilde Andrade Paiva. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo. FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado)

⁴⁹ Marcelo Magalhães Godoy. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1996.

⁵⁰ Clotilde Andrade Paiva; Marcelo Magalhães Godoy. *Território de contrastes...*, 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. p 11.

⁵¹ Clotilde Andrade Paiva. *População e economia...*, 1996. p 89.

⁵² Alexandre Mendes Cunha & Marcelo Magalhães Godoy. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003.

Mapa 02- Regionalização e níveis de desenvolvimento da província de Minas Gerais para a primeira metade do século XIX

A divisão proposta pelos autores ainda considera a classificação das regiões por níveis de desenvolvimento. Essa classificação foi construída considerando a espacialização da produção e do comércio articulada a dados demográficos disponíveis para as regiões. São regiões com alto nível de desenvolvimento a região Mineradora Central Oeste, a Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina e Sudeste. Como características desse nível de desenvolvimento, Clotilde Paiva afirma que

sua densidade demográfica mais elevada denotava a presença de mercado consumidor importante. Nestas regiões os viajantes detectaram hábitos de consumo mais sofisticados, uma infraestrutura de transportes e serviços urbanos mais consolidada, a presença de atividades mais lucrativas em termos provinciais e de atividade comercial mais intensa.⁵³

São regiões de nível de desenvolvimento médio as regiões: Mineradora Central Leste, Médio-Baixo Rio das Velhas, Sul Central, Sudeste, Mata, Araxá, Vale do Alto-Médio São

⁵³ Clotilde Andrade Paiva. *População e Economia de Minas* 1996. p 129.

Francisco, essa classificação decorre da ausência de características que as distinguiriam como de alto desenvolvimento, sem se aproximarem das características do baixo desenvolvimento econômico atribuído ao terceiro grupo de regiões. Este último grupo, com baixo nível de desenvolvimento, apresenta as regiões do Triângulo, Paracatu, Sertão, Minas novas, Sertão do Alto São Francisco, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce. Segundo Paiva, essas regiões “apresentavam extensas áreas ainda desocupadas e embora tivessem alguns núcleos de ocupação antiga, ligados à extração aurífera, eles se apresentavam em franca decadência de sua atividade original.”⁵⁴

Em estudo recente, em que discutem o desenvolvimento da rede dos transportes e o desenvolvimento econômico na província de Minas Gerais e que avança até a segunda metade do oitocentos, Lidiany Silva Barbosa e Marcelo Godoy reavaliam o nível de desenvolvimento das regiões Sul Central e Mata, que passam a ser consideradas como de alto desenvolvimento econômico⁵⁵. Mas, se por um lado, o decorrer do século XIX e as transformações da economia e sociedade mineiras trouxeram mudanças significativas na estrutura de algumas localidades, por outro lado, essas transformações em lugares específicos certamente contribuíram para o desenvolvimento de localidades onde as características apresentadas para a primeira metade do século permaneceriam as mesmas e seriam reafirmadas.

Dentro desse contexto de regiões diferenciadas, interessam especialmente a esta pesquisa as regiões Sudeste, Sul Central e Intermediária de Pitangui-Tamanduá. Essas regiões, seguindo os limites propostos por Godoy e Paiva, incluíam em sua circunscrição, porções territoriais que viriam a compor o município de Lavras, na segunda metade do século XIX. A sede do arraial e vila de Lavras do Funil é apresentada na região Sudeste, e também o distrito de Luminárias. Essa região apresentava intensa atividade comercial com o Rio de Janeiro, principalmente de gêneros agropecuários. São João Nepomuceno, já pertencente à freguesia de Lavras, foi listada no Sul Central, onde se encontravam grandes fazendas de criação de gado e alguma mineração. Os distritos de Cana Verde e Perdões integraram a lista da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá, onde se encontravam produtos importantes como o tabaco e os suínos, além de menores quantidades de gêneros variados, destinados também ao Rio de Janeiro⁵⁶. Considerando o que a autora apresenta como produção típica dessas regiões,

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Lidiany Silva Barbosa e Marcelo Magalhães Godoy. *Transportes, região e desenvolvimento econômico: a dinâmica da expansão da infraestrutura viária na província de Minas Gerais, 1840-1889*. In: X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas. Juiz de Fora, ABPHE, 2013.

⁵⁶ Clotilde Andrade Paiva. *População e economia...*, 1996. p 114-123; 198-200. Em 1874 o município de Lavras

pode-se afirmar que, no contexto de sua elevação à categoria de Vila, em 1831, Lavras estava associada à produção de gêneros básicos de consumo. Ao verificarem-se as indicações da produção regional para a segunda metade do oitocentos, observa-se a permanência da região como produtora de gêneros de abastecimento. Além dessas características, com a exclusão da Intermediária e a inclusão do Sudoeste, temos, com poucas variações, o que se convencionou chamar de Sul de Minas, sendo referida dessa forma em importantes obras que compõem o referencial desta pesquisa⁵⁷.

A partir da descrição dos limites regionais observados por Clotilde Paiva, confrontada com a lista de distritos das listas nominativas de 1831/32, podemos verificar a complexidade da localização do município de Lavras, na segunda metade do século. Torna-se evidente, portanto, tratar-se de uma região de fronteira. Mas não se trata de um limite desabitado onde se encerram as comunicações entre as localidades de características distintas, trata-se de uma fronteira onde há continuidade das dinâmicas produtivas, em que as características das regiões limítrofes se conjugam na formação do espaço econômico. Convivem então a produção de gêneros variados de abastecimento, apontada como típica do Sudeste e Intermediária de Pitangui-Tamanduá, e a criação de gado, característica do Sul Central.

A localização fronteira certamente foi determinante para desencadear as constantes mudanças de comarcas pelas quais passou o lugar. O quadro 01 apresenta a sequência das mudanças ocorridas, ao longo do século XIX, tendo como marco final o ano de 1882, quando é instituída a comarca de Lavras. Sobre a primeira metade do século XIX, Maria do Carmo Salazar Martins afirma que Minas teve “uma política administrativa dinâmica, em que as divisões política, administrativa, eclesiástica e judiciária se sobrepunham, fazendo com que distritos, vilas e comarcas fossem constantemente desmembrados, reagrupados, suprimidos e instalados”⁵⁸.

era composto pelas freguesias de Carmo da Cachoeira, Perdões e São João Nepomuceno. Em 1884 são pertencentes ao município as freguesias de Bom Jesus de Perdões, São João Nepomuceno, Bom Jesus da Canna Verde e Nossa Senhora do Carmo das Luminárias.

⁵⁷ Ver nota 34.

⁵⁸ Maria do Carmo Salazar Martins. *Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais*. In: V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p 16.

Quadro 01 - O município de Lavras e sua vinculação jurídico administrativa durante o século XIX

Ano	Ocorrência	Observações
1813	Criação da Paróquia de Lavras do Funil	
1831	Elevação à categoria de Vila com a Denominação de Lavras do Funil	Desmembrado de Turvo (mais tarde Andrelândia)
1832	Instalação do Município	Sede na antiga Vila de Lavras do Funil
1841	Declarado como pertencente à Comarca do Rio das Mortes	Lei nº 202 de 01-04-1841
1850	Incorporado à Comarca do Rio Verde	
1852	Retorna à Comarca do Rio das Mortes	
1855	Reorganizada a Comarca do Rio Verde	Composição: Municípios de Campanha, Três Pontas e Lavras.
1865	Deixa de existir a Comarca do Rio Verde e Lavras retorna à do Rio das Mortes	
1868	Elevação à Categoria de Cidade ⁵⁹ com a denominação de Lavras	
1870	Restaurada a Comarca do Rio Verde, tendo Lavras como integrante	Mês de setembro.
1870	Criada a Comarca do Sapucahy	Mês de outubro. Composição: Lavras, Três Pontas e Dolores.
1873	Criação da Comarca do Sapucahy	Composição: Lavras e Dolores da Boa Esperança
1882	A Comarca do Sapucahy passa a denominar-se Lavras	Composta apenas pelo termo de Lavras

Fonte: Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874 e 1884.

Observando o quadro 01, pode-se afirmar que as mudanças continuaram constantes ao longo do dezenove. Afonso Alencastro Graça Filho observa que as mudanças administrativas, ao longo do século XIX, eram resultado de reivindicações que “se fundamentavam no crescimento econômico-demográfico dos povoados ou mesmo nas dificuldades de intercomunicações entre as jurisdições e a sede das comarcas”.⁶⁰ Marcos Ferreira de Andrade trata especificamente da disputa pelo território da freguesia de Lavras:

a câmara de São João Del Rei não concordava em que as freguesias de Lavras do Funil, Baependi e Pouso Alto fizessem parte do termo da vila recém-criada. Depois de muita discussão, a Câmara da vila de Campanha da

⁵⁹ Cristiano Restitutti observa que, durante o Império, a categoria de cidade representava uma honraria, tendo como único impacto o aumento do número de vereadores. Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884*. Araraquara, 2006. Dissertação de mestrado.

⁶⁰ Afonso Alencastro Graça Filho. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p 31.

Princesa resolveu ceder o território da freguesia de Lavras do Funil, mantendo as outras duas freguesias sob sua jurisdição.⁶¹

A realidade de Lavras como uma localidade fronteiriça, heterogênea, que engloba características de mais de uma região, não é a única ressalva a se fazer sobre a regionalização apresentada. Esta não pode ser tomada como referência absoluta para este estudo, embora acreditemos que seja uma visão bastante completa e adequada para a análise econômica e demográfica. Para além de críticas a respeito dos critérios adotados, que desconsiderariam as questões como a “consciência de pertencimento” e o “imaginário das populações”,⁶² a principal limitação da adoção dos recortes apresentados por Godoy e Paiva, é que eles se aplicam à primeira metade do século XIX. Estudos sobre regiões específicas da Província, no decorrer do novecentos, apontam para transformações significativas na economia que representariam, certamente, transformações também nos aspectos demográficos.

O estudo de João Heraldo Lima, buscando observar para Minas Gerais a aplicabilidade da ideia de “complexo econômico” formulada por Wilson Cano⁶³ para o caso de São Paulo, demonstra que, desde a década de 1830, o café ocupa lugar de destaque na economia mineira, especificamente na Zona da Mata, tendência que só se reforça no decorrer do século.⁶⁴ Junto a esse desenvolvimento, verifica-se um intenso crescimento demográfico na região. Segundo o autor, esta passaria de 20.000 habitantes em 1822, para 430.000 em 1890. Essas transformações, seguindo os critérios de regionalização propostos por Paiva e Godoy, poderiam provocar, e certamente provocariam, a alteração no nível de desenvolvimento atribuído à região, já que passaria a contar com expressiva produção de um gênero de importância provincial e nacional, além de expressivo contingente populacional, e poderiam alterar também os limites propostos para ela.

Cristiano Corte Restitutti também aborda a economia mineira oitocentista de forma regionalizada, buscando estudar as rotas do comércio interprovincial mineiras no século XIX, faz um levantamento da produção regional e das rotas de escoamento. A partir de sua proposta de estudo, propõe a divisão regional a partir da segmentação da fronteira e utiliza como instrumento o agrupamento das recebedorias que perfazem as mesmas rotas de escoamento da produção, desse exercício resulta a divisão em cinco regiões de fronteira: Oeste, Sudoeste, Sul

⁶¹ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008. p 31.

⁶² Marcos Lobato Martins. *Regionalidade e História...*, 2010.

⁶³ Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL. 1977.

⁶⁴ João Heraldo Lima. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Campinas: UNICAMP, 1977. (dissertação de Mestrado)

Extremo, Sudeste e Norte⁶⁵. Destas, destacam-se a fronteira Sudeste, composta pelos segmentos Juiz de Fora, Barbacena (central), Chiador, Além Paraíba e São Fidelis; e a fronteira Sul Extremo, composta pelos segmentos de Campanha, subdividido entre Pouso Alegre e Pouso Alto, e São João Del Rei, subdividido entre Aiuruoca e Rio Preto. O exercício proposto por Restitutti interessa-nos especialmente pelo fato de sua abordagem abranger desde 1839 a 1884, período que, ao avançar pela segunda metade do século, possibilita verificar a evolução do painel demonstrado por Clotilde Paiva para a primeira metade do século.

É possível verificar que as regiões apontadas por Clotilde Paiva como de alto e médio desenvolvimento econômico na primeira metade do século XIX, situadas na porção central e sul/sudeste da província, ainda configuram como a porção mais dinâmica do território na segunda metade do dezenove. Considerando que “a distribuição do fluxo das rotas correspondentes denota as possíveis origens da produção ou da intermediação comercial”.⁶⁶ Restitutti afirma que

as grandes regiões de fronteira “Sudeste” e “Sul Extremo” concentram quase a totalidade das exportações, para todos os anos com informações desagregadas por recebedorias entre 1815 e 1884. [...] As fronteiras Sudoeste, Oeste e Norte representam rotas secundárias por onde as exportações verificadas compunham-se majoritariamente de excedentes eventuais⁶⁷.

De acordo com os dados apresentados pelo autor, a fronteira Sudeste respondeu por 85,2% do valor da exportação agrícola de Minas, sendo o café da Zona da Mata Mineira o responsável por quase 90% desse movimento. Já o Sul Extremo, pelos segmentos São João Del Rei e Campanha, responderam pelo comércio de 70,1% da produção pecuária. Importante destacar que a aparente especialização do comércio nas fronteiras não representa necessariamente a especialização das áreas a elas subsidiárias, já que a opção pelas rotas de escoamento levava em consideração o tipo de produto transportado, a modalidade de transporte e até mesmo a forma de taxação das diferentes recebedorias.⁶⁸ Os principais produtos que compuseram a pauta de exportações mineiras ao longo do século XIX foram o fumo, o algodão e derivados, gado bovino e queijos, gado suíno e toucinho e café.

⁶⁵ Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884*. Araraquara, 2006. Dissertação de mestrado.

⁶⁶ Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da província...*, 2006. p 145.

⁶⁷ Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da província...*, 2006. p 147.

⁶⁸ Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da província...*, 2006. p 146.

Partindo da concepção de que o tipo de produto podia determinar o caminho do comércio, interessa observar o predomínio dos gêneros agrícolas nos segmentos da fronteira sudeste. O que determina o caráter agrícola das exportações pela fronteira sudeste é o café. No segmento Barbacena, esse produto representa 63,1% da movimentação e no segmento da Mata, que equivale à Fronteira Sudeste menos o segmento Barbacena, o café representa 89,9% das exportações entre os anos de 1858 e 1884. Nessa região de fronteira percebe-se que produtos de pouca expressão na região Sul Extremo aparecem com maior peso, enquanto o gado perde importância.

Tabela 03 - Fronteira Sudeste – Participação nas exportações por produtos, movimento entre 1858-84 (libras esterlinas, média anual)

Gênero	Movimento entre 1858-1862	%	Movimento entre 1866-1870	%	Movimento entre 1871-1878	%	Movimento entre 1881-1884	%	Movimento total entre 1858-1884	%
Café	711.919	83,1	1.017.032	88,2	1.764.177	91,3	2.079.963	92,1	5.573.091	89,9
Panos	42.058	4,9	33.763	2,9	31.841	1,6	3.346	0,1	111.008	1,8
Toucinho	51.773	6,0	42.106	3,7	42.479	2,2	59.352	2,6	195.710	3,2
Gado vacum	27.669	3,2	24.266	2,1	36.962	1,9	39.272	1,7	128.169	2,1
Gado suíno	1.693	0,2	2.096	0,2	3.621	0,2	2.815	0,1	10.225	0,2
Gado equídeo	1.328	0,2	1.195	0,1	3.135	0,2	1.178	0,1	6.836	0,1
Algodão	105	0,0	14.190	1,2	8.523	0,4	33	0,0	22.851	0,4
Queijos	4.395	0,5	3.480	0,3	10.023	0,5	31.947	1,4	49.845	0,8
Couros	3.187	0,4	2.729	0,2	3.676	0,2	1.375	0,1	10.967	0,2
Fumo	2.421	0,3	3.868	0,3	17.579	0,9	26.409	1,2	50.277	0,8
Açúcar	892	0,1	3.045	0,3	1.211	0,1	213	0,0	5.361	0,1
Pedras e Cristais	101	0,0	516	0,0	245	0,0	336	0,0	1.198	0,0
Galinhas	2.281	0,3	871	0,1	1.021	0,1	1.836	0,1	6.009	0,1
Cereais	445	0,1	363	0,0	455	0,0	3.951	0,2	5.214	0,1
Doces	88	0,0	77	0,0	61	0,0	5	0,0	231	0,0
Mantas e Colchas	22	0,0	35	0,0	55	0,0	0	0,0	112	0,0
Outros	6.648	0,8	3.847	0,3	6.399	0,3	7.401	0,3	24.295	0,4
Total	857.025	100,0	1.153.479	100	1.931.463	100	2.259.432	100	6.201.399	100,0

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província....* p 266 e 280. Tabelas 10.2 e 10.8 adaptadas.

Embora nesse segmento de fronteira o café represente quase a totalidade do valor exportado, há uma série de produtos de pequena expressão que compõe esse comércio. Panos, toucinho, gado vacum, algodão, queijos, salitre, couros, fumo, açúcar, pedras e cristais, galinhas, doces, mantas e colchas eram exportados por estes caminhos, mas com valor relativo baixo, se comparado ao café. O que ocorre na fronteira Sul Extremo, é uma pauta de produtos também diversificada, mas com a concentração ocorrendo em três diferentes produtos: o gado vacum, o fumo e o toucinho são os principais gêneros exportados, representando 79,3% do total entre 1858 e 1884. Os demais produtos comercializados eram

queijos, panos, cereais, gado equídeo, gado lanígero, algodão e açúcar.

Interessa a esta pesquisa, especialmente, os números das exportações entre os anos de 1858 e 1884. Embora o período proposto para esta pesquisa se inicie em 1870, o fato das principais fontes utilizadas serem os processos de inventário determina que se explore o período que antecede este recorte. Isto porque a riqueza apresentada nos inventários que serão analisados deriva do que foi acumulado pelos inventariados ao longo dos anos passados. Espera-se que com a consideração do período entre 1858 e 1870 seja possível lançar luz sobre o período em que as riquezas inventariadas foram acumuladas. As tabelas 03 e 04 apresentam os números desse comércio. No conjunto da fronteira Sudeste, a participação do café se aproxima dos 90% do valor exportado com pequena participação de diversos outros produtos. Os produtos apresentados por Clotilde Paiva para as regiões subsidiárias a essa fronteira continuam a aparecer na pauta de exportações, nas décadas finais do século, embora com valor relativo baixo. Interessa observar que, embora haja o crescimento da participação do café, os demais produtos continuam na pauta de exportações, inclusive com aumento no valor das exportações de produtos como toucinho, gado vacum e queijos.

Tabela 04 - Fronteira Sul Extremo – Participação nas exportações por produtos, movimento entre 1858-84 (libras esterlinas, média anual)

Gênero	Movimento entre 1858-1862	%	Movimento entre 1866-1870	%	Movimento entre 1871-1878	%	Movimento entre 1881-1884	%	Movimento total entre 1858-1884	%
Gado Vacum	148.129	33,4	138.344	33,0	222.498	32,9	227.848	48,8	736.819	36,7
Fumo e mel de fumo	140.001	31,6	125.157	29,9	211.334	31,2	91.618	19,6	568.110	28,3
Toucinho	62.929	14,2	64.735	15,5	107.202	15,8	51.985	11,1	286.851	14,3
Gado suíno	46.366	10,5	30.928	7,4	46.346	6,8	29.768	6,4	153.408	7,6
Café	14.928	3,4	24.655	5,9	40.548	6,0	49.626	10,6	129.757	6,5
Queijos	17.648	4,0	20.382	4,9	30.610	4,5	8.684	1,9	77.324	3,9
Panos	1.826	0,4	1.529	0,4	4.538	0,7	163	0,0	8.056	0,4
Cereais	4.293	1,0	3.506	0,8	5.095	0,8	1.786	0,4	14.680	0,7
Gado equídeo	3.154	0,7	1.019	0,2	1.735	0,3	683	0,1	6.591	0,3
Gado Lanígero	2.021	0,5	1.470	0,4	1.262	0,2	123	0,0	4.876	0,2
Algodão	2	0,0	2.964	0,7	1.141	0,2	0	0,0	4.107	0,2
Açúcar	611	0,1	2.804	0,7	95	0,0	176	0,0	3.686	0,2
Outros	1.521	0,3	1.438	0,3	4.304	0,6	4.523	1,0	11.786	0,6
Total	443.429	100	418.931	100	676.708	100	466.983	100	2.006.051	100

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884*. Araraquara, 2006. Dissertação de mestrado. P 214. Tabela 9.1 adaptada.

A fronteira Sul Extremo, Campanha e São João Del Rei, da qual certamente se serve o município de Lavras, também apresenta uma lista diversificada de produtos, mas diferentemente da fronteira sudeste, onde o café domina a pauta de exportações, há, no sul,

uma distribuição maior na participação dos produtos nas exportações. O gado vacum aparece como principal produto, mas o fumo, o toucinho e mesmo o café apresentam valores expressivos, no conjunto das exportações. Segundo os dados apresentados por Restitutti, ao longo do século XIX, o gado vacum não perdeu seu posto de principal produto comercializado pela fronteira sul extremo. No período entre 1858-1884, representou 36,7% do valor comercializado nessa rota. O fumo e o mel de fumo sempre foram o segundo produto dessa rota, representando 28,3% do total e o gado suíno, somado ao seu principal derivado, o toucinho, representaram 21,9% do valor total exportado no período.

O algodão, apontado por Paiva como importante na primeira metade do dezenove, tem pouca expressão no conjunto das exportações pela rota Sul Extremo, representando 0,2% das exportações totais. O mesmo acontece com o açúcar, que tem a mesma participação no total. O café integra as exportações desse segmento de fronteira desde o começo do século, mas com pouco volume, sendo que, entre os anos de 1815 e 1828, a média anual de exportação foi de apenas três mil quilos, representando apenas 0,14% do valor exportado. Já no período aqui considerado, o produto representa 6,5% das exportações da fronteira Sul Extremo, com visível crescimento a partir da década de 1850. Os dados apresentados por Restitutti indicam que, embora tenham ocorrido mudanças no perfil do conjunto da produção mineira com o desenvolvimento da cultura cafeeira e o enfraquecimento relativo do comércio de outros produtos, o perfil diversificado se manteve ao longo do oitocentos e os principais itens da pauta de exportações apresentaram aumento em termos absolutos.

Essas transformações por que passaram as regiões mineiras podem ser exemplificadas com o caso do desenvolvimento da economia cafeeira na Zona da Mata. Temos aí uma especialização da região na produção de um gênero destinado à exportação, o que a torna um mercado para gêneros de abastecimento em geral, que seriam produzidos em boa medida dentro do território mineiro, reforçando as características das regiões produtoras para o abastecimento e estimulando sua produção. Em trabalho sobre a transição para a mão de obra livre na Zona da Mata Mineira, Ana Lúcia Duarte Lanna afirma que a especialização da região na produção de café, relegou os produtos básicos de consumo a segundo plano, chegando a ser totalmente abandonada a produção desses gêneros em épocas de mercado mais favorável ao café. Nas palavras da autora

Em fins do século XIX, a cultura do café se revigora na Zona da Mata, tendo em vista a alta dos preços alcançada no mercado internacional. Com isto abandona-se muitas lavouras de cereais e as atividades pecuárias. A

diversificação das atividades produtivas cede lugar ao monopólio da cultura do café. Com a impossibilidade de expansão da fronteira dada pelos limites naturais já explicitados, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas. (...) Em consequência, são abandonadas as outras atividades econômicas que conviviam com a expansão da cafeicultura até então, exceção feita à cultura de cereais desenvolvida pelos parceiros. Desta forma Minas Gerais passa a importar produtos básicos de alimentação que tradicionalmente exportava ou produzia em quantidade suficiente para atender às suas necessidades.⁶⁹

Ao passar por essa transformação, que se manifesta em uma profunda especialização da produção e em um crescimento demográfico acentuado, a Zona da Mata se converte em grande importadora de gêneros de abastecimento. Com isso, outras regiões reforçaram suas características de abastecedoras, é o caso das áreas mais ao Sul da província, onde a produção diversificada de gêneros de abastecimento e exportação parece ter se reforçado, o que seria o caso de Lavras. Marcel Pereira da Silva, em trabalho sobre o desenvolvimento do transporte ferroviário na Região Sul de Minas Gerais, constata o predomínio de gêneros de abastecimento entre os produtos transportados pela Estrada de Ferro Minas e Rio, que começara a operar em 1884, nas primeiras décadas de sua atividade na região. O café só apareceria como primeiro produto em 1896.⁷⁰ Este autor constata que o café fazia parte das exportações sul-mineiras na década de 1880, mas vários outros produtos compunham a pauta de exportações, superando este último.

Nos primeiros anos, entre as mercadorias de exportação se destacam o toucinho, fumo, queijos e por último café. Para a segunda e terceira décadas a aqueles se somam cereais e água mineral. Já em termos de receita, o gado aparece sempre à frente de qualquer produto até 1895. Em 1896 é ultrapassado pelo café, sempre disputando com este a liderança nas receitas nos anos posteriores.⁷¹

Alexandre Saes e Fábio Castilho tratam da temática do desenvolvimento da lavoura cafeeira junto a culturas de abastecimento e afirmam que “assim como o que ocorreria em São Paulo, a introdução do café no Sul de Minas teria que disputar espaço com outras atividades voltadas ao mercado interno, sem que a assimilação de uma fosse o fim da outra”.⁷² O

⁶⁹ Ana Lucia Duarte Lanna. *A organização do trabalho livre na Zona da Mata mineira: 1870-1920*. Comunicação apresentada no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1986. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A05.pdf> p 102.

⁷⁰ Marcel Pereira da Silva. *De Gado a Café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)*. FFLCH/USP. 2012. p 70. (Dissertação de mestrado).

⁷¹ Marcel Pereira da Silva. *De Gado a Café...*, 2012. p 70.

⁷² Alexandre Macchione Saes; Fábio Francisco de Almeida Castilho. *Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)*. Saeculum (UFPB), v. 29, 2013, p. 340.

consórcio entre as culturas de café e de abastecimento fora ocorrência comum no sul do estado, sendo mais frequente, segundo esses autores, em municípios onde a atividade de comércio de gêneros de abastecimento se desenvolveu mais. Em suas palavras

Cidades que, tradicionalmente, mantinham contato com o comércio interno, abastecendo a antiga Corte, continuariam apegadas às produções de milho, arroz, fumo, toucinho, gado entre outros. O café, aparentemente, encontra terreno fértil em cidades cujo papel comercial no século XIX não teria sido de grande destaque.⁷³

Essa observação acerca do desenvolvimento da lavoura cafeeira, juntamente às outras várias atividades agropecuárias presentes na província, nos dá a ideia de que, embora seja necessário usar de bastante cautela quanto à aplicação das interpretações da economia mineira da primeira metade do século para a segunda, salvo para a região fronteira com o Rio de Janeiro onde a cafeicultura se desenvolve rapidamente, a realidade das outras regiões não acompanha tal velocidade. Mudanças aconteceram, mas em um ritmo lento, de forma a não inviabilizar as interpretações para o conjunto do século. É importante destacar que o desenvolvimento da lavoura cafeeira não exclui de imediato a produção de gêneros de subsistência também em regiões fora da província⁷⁴.

2.4- O Sul de Minas Gerais e o Município de Lavras

Desse visível contexto de diferenciação regional, interessa-nos especialmente a porção Sul da província. Nessa região, a diversificação e a produção de gêneros de abastecimento são enfatizadas por diversos estudiosos, desde os clássicos até as interpretações que os questionaram. O relato de Saturnino da Veiga é esclarecedor, considerando sobre a produção do sul de Minas, salienta que

a máxima parte desses produtos, e particularmente o milho, feijão, arroz, gado cavalar, muar, etc., cultivava-se para o consumo local, sendo portanto exclusivamente objeto de comércio interno, devido à falta ou à dificuldade de transportes para exportá-los para os grandes mercados consumidores. Apesar disso porém, é já considerável a exportação que de muitos gêneros

⁷³ Idem. p. 340.

⁷⁴ Lélío Luiz de Oliveira, em estudo sobre a economia de Franca, defende que o desenvolvimento da lavoura cafeeira esteve junto à forte produção mercantil de abastecimento, o que também verificamos para a província mineira. Lélío Luiz de Oliveira. *Ao Lado do Café: produção de exportação e de abastecimento em Franca – 1890-1920*. FFLCH/USP. 2003. (Tese de doutorado)

faz o sul de Minas, tanto nos que tem origem nas lavouras como os provenientes da criação⁷⁵

Estudos recentes reafirmaram a tese da diversificação e produção para abastecimento, agregando novas perspectivas de análise ao conjunto de interpretações da economia mineira do XIX. Ao estudar sobre os entrantes mineiros no território paulista, Rodrigo Fontanari acaba por concluir pela “importância da economia de abastecimento estabelecida no sul de Minas Gerais, pautada na produção de uma gama variada de gêneros para alimentação. Tal atividade extrapolou as fronteiras daquela província, rumando para terras paulistas”.⁷⁶ Marcos Ferreira de Andrade, a partir da análise da elite escravista da Vila de Campanha da Princesa, também atesta a variedade de gêneros produzidos nas fazendas, enfatiza que “ao mesmo tempo em que se criava gado, cavalos, porcos e ovelhas, plantava-se arroz, milho e feijão, sendo que muitos desses produtos destinavam-se ao comércio inter e intraprovincial”.⁷⁷

A partir das atividades econômicas listadas nos almanaques organizados em 1874 e 1884⁷⁸ pode-se verificar a diversidade de atividades produtivas desenvolvidas na região. A tabela 05 apresenta as principais atividades listadas para os municípios de Campanha e Lavras⁷⁹. Para se utilizar dos dados dos referidos almanaques, faz-se necessário apresentar algumas ressalvas. Em primeiro lugar que, principalmente para os dados de 1874, Bernardo Saturnino da Veiga serviu-se de números apresentados por pessoas residentes nas diferentes localidades que ele não pôde visitar, vindo a se queixar na edição seguinte da imprecisão das informações prestadas, ora “deixando esquecidas notícias de interesse”, ora “alterando outras no sentido de conveniências particulares”.⁸⁰ E, em segundo lugar, o caráter político da publicação dos almanaques, já que estes fizeram parte da propaganda do movimento separatista da região,⁸¹ obriga a colocação de ressalvas aos números apresentados, mesmo na

⁷⁵ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1874. p 31.

⁷⁶ Rodrigo Fontanari. *Rompendo Fronteiras: a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista* (Casa Branca no meio do século 19). In: Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins (orgs) *Sul de Minas em Transição – A formação do capitalismo na passagem do século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012. p 90.

⁷⁷ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais-Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p 55.

⁷⁸ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874. Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

⁷⁹ A comparação com o município de Campanha se justifica pelo mesmo ter sido sede comarca do Rio Verde, à qual esteve envolvida na disputa pelo território de Lavras ao longo do século XIX.

⁸⁰ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1884. p 5.

⁸¹ Durante o século dezenove, o município de Campanha -MG, sediou o movimento separatista sul mineiro, que tinha por objetivo o desmembramento do território sul mineiro da província de Minas Gerais, criando a província de Minas do Sul. Ao lado da apresentação de numerosos projetos de lei propondo tal divisão, foram utilizados veículos de propaganda que enfatizavam as particularidades da região e exaltavam suas características, buscando

edição de 1884, em que o autor diz ter ido “pessoalmente visitar as localidades, ou nelas me fazer representar por pessoa minha.”⁸² Mas, mesmo reconhecendo que os números apresentados podem exagerar a importância das atividades econômicas da região, interessa sobretudo verificar a ocorrência das atividades produtivas nas localidades apresentadas. Com essa perspectiva, o número de ocorrências de uma determinada atividade deve ser utilizado como complementar a outras evidências. Não significa dizer que essas informações não tenham importância, pois, principalmente em 1884, foram utilizados os mesmos critérios para a listagem das atividades de todas as localidades, o que as reveste de valor comparativo, desde que utilizados somente os números informados na mesma obra.

Tabela 05 – Principais atividades econômicas nos municípios de Campanha e Lavras em 1874 e 1884

Tipo de Estabelecimento	Nº de Registros 1874		Nº de Registros 1884	
	Campanha	Lavras	Campanha	Lavras
Fazendeiros	231	172	101	104
Fazendeiros com engenhos de açúcar	70	50	101	60
Fazendeiros com engenho de serrar	14	-	13	15
Fazendeiros que plantam café	-	-	20	10
Capitalistas	17	30	23	20
Farmácias	7	11	7	9
Negociantes de fazendas, ferragens, armarinhos, molhados, gêneros da terra e açougues	153	102	134	102

Fonte: Bernardo Saturnino da Veiga. 1874 e 1884. Elaboração do autor.

A tabela 05 evidencia a ideia de que, embora algumas regiões possam ter passado por profundas transformações, como no caso da Zona da Mata, que se especializou na produção do café, o sul central, representado pelas localidades apresentadas, manteve sua estrutura, com a inserção mais lenta do café, apresentando poucas fazendas dedicadas à sua produção. Em 1874, Bernardo Saturnino da Veiga dedica pouca atenção ao café, afirmando que os produtos de exportação da região sul de Minas Gerais seriam o fumo, o algodão e a cana, enquanto o

ênfasis nas condições de geração de riquezas e autogoverno. Ao lado do periódico Monitor Sul-Mineiro, os almanaques de 1874 e 1884, todos produzidos na mesma tipografia situada em Campanha, serviram aos interesses do movimento. Para informações mais completas sobre o movimento separatista ver Pérola Maria Goldfeder e Castro. *Regionalismo Político no Sul de Minas Gerais: notas sobre o movimento separatista de 1892*. In Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins (orgs.). *Sul de Minas em Transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

⁸² Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1884. p 5.

café seria “plantado por enquanto quase que só para o consumo local”, já em 1884, considera-o o “mais importante produto da nossa lavoura”.⁸³ Mas a observação de Saturnino é feita para o conjunto do Sul da província e, de acordo com os números apresentados pelo autor, a plantação de café em Lavras ainda estaria se iniciando na década de 1880, com apenas dez dos mais de cem fazendeiros listados se dedicando ao cultivo da planta. Sem a dedicação ao plantio do café, as atividades de Lavras permaneceriam voltadas à produção de gêneros de abastecimento de localidades que passaram a se dedicar ao cultivo da rubiácea e ao abastecimento dos núcleos urbanos em processo de consolidação na região sul da província, além, é claro, de participar do abastecimento do mercado da corte. A principal variação verificada de uma década para outra é a expressiva queda no número de fazendeiros em Lavras. A variação se deve principalmente ao processo de emancipação de municípios e mudanças nas divisões administrativas da Província mineira. No caso de Lavras, por exemplo, a freguesia de Carmo da Cachoeira deixa de pertencer ao município em 1881, passando a integrar o recém criado município de Varginha.

A descrição de Veiga da produção no município de Lavras para as duas edições do seu almanaque é ilustrativa da inserção do café entre os produtos locais apenas no decorrer da década de 1880. Em 1874 escreveu

o solo produz abundantemente todos os cereais, e em seus belos campos criam-se anualmente milhares de rezes. A principal exportação consta de fumo, toucinho, queijos, e gado suíno, bovino e lanígero, para o mercado do Rio de Janeiro, e açúcar, aguardente e cereais para os municípios vizinhos⁸⁴

Já em 1884, escreve que

a cana e o fumo são as culturas principais da freguesia, além dos gêneros próprios para alimentação, mas também se cultiva café e algodão, que é consumido nos excelentes tecidos fabricados no lugar. A criação de gado e porcos está muito desenvolvida na freguesia, que dela faz grande exportação.⁸⁵

Ainda seguindo a tabela 05, nota-se uma parcela importante dos fazendeiros dedicados à produção de açúcar e aguardente, haja vista a quantidade de engenhos, e um importante número de negociantes, número este que acompanha o observado por Clotilde Paiva para o

⁸³ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1884. p 44.

⁸⁴ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1874. p 187.

⁸⁵ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro...*, 1884. p 585.

ano de 1836. Nessa data, havia, no Sul Central, 740 casas de negócios, sendo a segunda região com maior número de estabelecimentos desse tipo, atrás apenas da região Mineradora Central Oeste.

Se considerado o número de casas de negócio por mil habitantes, a região permanece com o segundo maior valor com 10,6 estabelecimentos por mil, agora atrás da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá. O número de negociantes das localidades apresentadas na tabela é bastante superior no município de Campanha, tendo aproximadamente 50% negociantes a mais que o município de Lavras. Mas interessa observar que o número de “capitalistas” do município de Lavras alcança quase o dobro apresentado por Campanha. Embora o autor não especifique os critérios para sua classificação, acredita-se tratar-se de grandes comerciantes, responsáveis pelo comércio de exportação e importação, além do fornecimento de crédito no mercado local.⁸⁶

Juliano Custódio Sobrinho, acerca da freguesia de Itajubá, faz uma observação que acreditamos poder ser aplicada às demais localidades da região:

mesmo possuindo uma atividade produtiva em destaque, a grande maioria das propriedades – independente da existência ou da quantidade de cativos, ou mesmo de uma produção de subsistência ou voltada para o mercado – desenvolviam atividades consorciadas. Assim, um pequeno ou um grande proprietário poderiam se dedicar a diversas atividades ao mesmo tempo, como as terras de culturas, a criação de animais, a extração da mineração ou até mesmo realizar comércio nas porteiras de suas fazendas ou se dedicarem ao comércio de loja ou ao comércio de tropa.⁸⁷

Na visão de Custódio Sobrinho, o consórcio de atividades pode ser entendido como uma forma de “assegurar o sustento das unidades produtivas, seja para satisfazer as necessidades de consumo de seus integrantes, como também uma maneira de ampliar a renda do proprietário para cobrir gastos da fazenda ou até mesmo expandir o patrimônio”.⁸⁸ Como poderá ser observado no decorrer deste trabalho, essa estrutura de propriedade se assemelha

⁸⁶ Interpretação análoga foi utilizada por Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero da Costa sobre os comerciantes das localidades de Iguapé e Xiririca para quem a riqueza dos “grandes capitalistas” fundava-se na comercialização do arroz, principal produto das localidades, e da oferta de crédito aos moradores locais. Tal interpretação pode ser observada em: Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero da Costa. *Quando os deveres eram muitos: Distribuição e concentração da riqueza a partir de inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu : Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. v. CD-ROM.

⁸⁷ Juliano Custódio Sobrinho. *Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro*. Freguesia de Itajubá, 1785-1850. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR-UFMG. 2010. p 6.

⁸⁸ Juliano Custódio Sobrinho. *Produção mercantil e diversificação...*, 2010. p 7.

ao encontrado em Lavras. Em estudo anterior, em que se buscou observar o padrão da grande propriedade nesta localidade, foi verificada forte semelhança entre as grandes propriedades, todas apresentando a base para a produção de gêneros diversos como a criação, a cultura de alimentos ou a fabricação de açúcar ou aguardente.⁸⁹

Como exemplo da diversificação das atividades, podemos citar o inventário de Dona Felícia Constança de Figueiredo, que faleceu em Lavras em 1880. O viúvo, o Coronel José dos Reis Silva Resende procedeu ao inventário dos bens do casal que somaram a expressiva quantia de 153:690\$310 reis. Entre os bens, encontrava-se a Fazenda da Serra, principal bem arrolado, já que somada às benfeitorias, foi avaliada em 79:250\$000 reis. Para o trabalho, contava com os serviços de 27 escravos e 9 ingênuos, que foram avaliados em 28:820\$000 reis. Na fazenda, havia plantações de milho e arroz, criação de gado vacum, suíno, equino e muares. Os animais foram avaliados em 9:577\$000 reis. Completam os bens da inventariada a quantia de 7:070\$510 reis, aplicado em dívidas ativas e apólices da dívida pública geral no valor de 10:000\$000 reis.⁹⁰ Nesse caso, percebe-se claramente a distribuição da propriedade em atividades de natureza distinta. O rendimento das atividades agropecuárias é somado aos juros recebidos dos empréstimos concedidos a prêmio e aos juros sobre as apólices da dívida pública.

Ainda seguindo informações publicadas nos almanaques, verifica-se que o município de Lavras ocupava importante função no fluxo de mercadorias da região. Tal inferência se baseia nos dados apresentados na tabela 06, sobre o rendimento das recebedorias e coletorias gerais e provinciais. A partir deles se verifica que Lavras apresentou os melhores resultados no exercício de 1881-1882, seguido de Campanha. Importante lembrar que o resultado apresentado pelas coletorias situadas nas localidades não pode ser interpretado como reflexo de uma produção maior ou menor. Por serem estações fiscais, os valores mais altos significam apenas que a localidade estava na rota de circulação das mercadorias que abasteciam a região ou eram importadas.

⁸⁹ Eduardo José Vieira. *A Riqueza do Município de Lavras-MG nas décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)*. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). 2012.

⁹⁰ CEMEC - Inventário de Felícia Constança de Figueiredo, 1880. Caixa 207.

Tabela 06 – Rendimento das Estações Fiscais do Sul de Minas no Exercício de 1881-82

	Coletoria Geral	Coletoria Provincial
Alfenas	18:179\$520	5:601\$527
Ayuruoca	16:607\$882	4:488\$110
Baependy	12:776\$446	15:460\$118
Caldas	12:015\$240	3:657\$092
Campanha	26:124\$123	7:043\$494
Christina	14:476\$212	5:697\$082
Carmo do Rio Claro	5:711\$589	3:364\$350
Dôres da Boa Esperança	6:538\$029	6:818\$972
Itajubá	15:445\$182	6:226\$987
Jaguary	12:674\$609	3:383\$906
Lavras	30:251\$682	16:063\$084
Ouro Fino	10:441\$893	4:389\$374
Passos	20:521\$486	6:378\$250
Pouso Alegre	23:098\$608	12:171\$395
Pouso Alto	12:608\$387	3:032\$208
São Gonçalo do Sapucahy	10:417\$480	4:157\$128
São José do Paraíso	11:392\$010	4:693\$800
São Sebastião do Paraíso	22:323\$594	10:671\$424
Três Pontas	14:525\$744	4:752\$324
Total:	296:129\$716	128:050\$625

Fonte: Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. p 71. Valores expressos em Réis. Grifos nossos.

Um indicador mais objetivo do dinamismo da economia de cada localidade no contexto da região é o número de cativos residentes em cada município. Quanto mais dinâmica uma economia, maior sua capacidade de adquirir e manter cativos. Embora essa lógica ainda seja válida nas décadas finais do regime escravista brasileiro, ela se reveste de um duplo significado. Ao mesmo tempo em que denota a importância econômica de uma localidade, também significa que a região não está se livrando da dependência do braço cativo, o que trará dificuldades de manutenção das atividades produtivas ao findar o regime.

Na tabela 07, podemos observar que Lavras manteve a maior escravaria da região durante as duas últimas décadas da escravidão no Brasil. Acompanhada de perto pelos municípios de Baependy e Campanha, manteve até as vésperas da abolição um significativo contingente escravo. Mas, enquanto algumas localidades como Baependy e Pouso Alegre apresentam perdas de quase 50% dos seus cativos até 1885, os municípios de Lavras e Campanha parecem resistir a esse decréscimo, já que sofreram perdas da ordem de 36% e

20%, não sofrendo grande impacto na representação relativa de sua escravaria no total regional.

Tabela 07 – População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros (1876 e 1885)

Municípios	1876		1885	
	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%
Alfenas	4170	5,6	4495	7,8
Ayruoca	3564	4,8	2654	4,6
Baependy	7248	9,7	3877	6,7
Cabo Verde	1510	2,0	1385	2,4
Caldas	2391	3,2	2492	4,3
Campanha	6750	9,1	5422	9,4
Carmo do Rio Claro	-	-	1227	2,1
Christina	4547	6,1	4610	8,0
Dores da Boa Esperança	4764	6,4	2477	4,3
Itajubá	4496	6,0	4048	7,0
Jaguary	1070	1,4	1069	1,8
Lavras	8380	11,3	5417	9,3
Passos	4065	5,5	4792	8,3
Pouso Alto	-	-	2282	3,9
Pouso Alegre	4075	5,5	2227	3,8
S. Sebastião do Paraíso	4164	5,6	1778	3,1
São Gonçalo	-	-	151	0,3
São Sebastião do Paraíso	3598	4,8	3537	6,1
Três Pontas	5997	8,1	2313	4,0
Ouro Fino	3574	4,8	1694	2,9
Total	74363	100	57947	100

Fonte: Maria Lúcia Prado Costa. *Fontes para a História Social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2002. p 36. Modificado. Grifos nossos.

Interessa saber de que forma estava distribuída a posse dos escravos. Douglas Cole Libby apresenta dados que informam uma expressiva concentração da propriedade de cativos. Apresentando dados da primeira metade do século XIX, o autor observa que entre 60% e 79% dos domicílios de Minas Gerais não possuíam escravos, variando de acordo com a região.⁹¹

O conjunto de fontes de que esta pesquisa dispõe requer cuidados quanto a afirmações categóricas sobre a não propriedade de cativos. Além de ser comum a não realização do inventário no caso de falecimento de pessoas sem grandes posses, não é possível garantir que todos os inventários *post-mortem* realizados no período foram conservados e chegaram até os dias de hoje. Mas, mesmo com o risco de excluir uma importante parcela da população, eles fornecem informações relevantes, ainda que parciais, sobre o conjunto de proprietários. A concentração da propriedade dos cativos parece ser também a realidade do município. Como

⁹¹ Douglas Cole Libby. *Transformação e trabalho...*, 1988. p 97.

será demonstrado no próximo capítulo, o índice de Gini para a propriedade de cativos é superior a 0,65. A característica de concentração da riqueza no município de Lavras pode também ser verificada se observados os valores acumulados do monte-mor dos inventários por faixa de riqueza.

Analisaremos mais à frente a composição desses processos, buscando observar as características de alocação da riqueza em todos os níveis de propriedade. As observações já feitas apontam na direção de uma característica fortemente rural dos investimentos, com a maior parcela investida em propriedades rurais com culturas de alimentos e criação de animais, mas também com expressivas quantias aplicadas no comércio, na oferta de crédito local e alguns casos de investimentos diferenciados como apólices e ações.

Antes de adentrarmos na temática específica da riqueza de Lavras, buscaremos, a partir dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872, bem como dos inventários utilizados nesta pesquisa, caracterizar a população lavrense quanto aos principais aspectos demográficos. É o capítulo que segue.

3- CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE LAVRAS EM FINS DO SÉCULO XIX

Clotilde Andrade Paiva traz como epígrafe de sua tese de doutorado as palavras de Pierre Chaunu: “Toda ciência humana, sem uma possante base demográfica, não passa de um frágil castelo de cartas; toda História, que não recorre à demografia, priva-se do melhor instrumento de análise”.⁹² E não há como discordar desta categórica afirmação, ainda mais, quando o objeto de estudo é o Brasil imperial, ainda escravista. Este fato reveste de ainda maior importância a caracterização da população. É claro que este trabalho não poderia alcançar o brilhante resultado conseguido por Paiva em sua tese, a começar pela própria dimensão da pesquisa. Enquanto esta autora tem como objeto de estudo todo o conjunto da província mineira, tem-se neste trabalho o foco apenas no município de Lavras, ficando o conjunto da província apenas como ponto de comparação, em especial o município de Campanha, por sua importância como sede da comarca do Rio Verde.

Busca-se no presente capítulo, analisar as principais características da população lavrense: composição por situação social, sexo, idade, origem e ocupação. Algumas variáveis serão analisadas de forma mais detida, principalmente as referentes à população escrava como idades, ocupação e condição conjugal. Considerando o grande número de escravos arrolados nos processos de inventário que integram às fontes desta pesquisa, será possível verificar se há similaridade entre as informações do censo e a estrutura encontrada na escravaria inventariada. Não se trata, é claro, de colocar à prova os dados do censo, mas de verificar, dentro de especificidades como tamanho dos planteis e monte-mor inventariado, as variações na estrutura da escravaria.

Para a finalidade proposta, serão utilizados os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 e, quando cabível, os dados das escravarias apontadas nos processos de inventário. Quanto aos dados do Censo de 1872, foram utilizados os dados corrigidos disponibilizados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFGM. Mesmo reconhecendo os problemas e limitações que poderiam vir a comprometer a qualidade dos dados, os autores afirmam que, sendo “o primeiro censo brasileiro e o único do período imperial e escravista. (...) o Censo de 1872 pode ser

⁹² Citado por Maria Luiza Marcílio (org). *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977, p.1.

considerado bem completo, mesmo para os padrões atuais, devido à quantidade de atributos da população que se conseguiu levantar”.⁹³

Alguns indicadores presentes no recenseamento não serão considerados neste trabalho devido à fragilidade das informações, como as variáveis que tratam de “cor” e “religião”. Quanto a informação relativa a cor, Luiz Felipe de Alencastro critica o fato de segundo o censo, 100% dos escravos do país serem pretos ou pardos. Segundo o autor

após 1850, com a intensificação do tráfico inter-regional de escravos, podia acontecer que aparecessem no Rio cativos brancos ou praticamente brancos. Por um motivo simples. Seguindo a norma do direito romano, o direito imperial brasileiro prescrevia que o estatuto do filho seguia o estatuto da mãe: o filho da escrava nascia escravo. Naquela altura, alguns escravos brancos – filhos, netos e bisnetos de escravas mulatas e de brancos -, até então isolados em fazendas sertanejas começaram a ser vendidos para a corte.⁹⁴

O autor critica, portanto, a inexistência de registros de escravos brancos no recenseamento e atribui o fato ao posicionamento dos organizadores da pesquisa, colocando assim o processo sob suspeita de manipulação. Mas essa ideia encontra a oposição em Jane Souto de Oliveira. Para esta autora, pesa a realidade de discriminação racial presente no período do recenseamento. Ela diz que defender a ideia de manipulação “significa desconsiderar o peso que o preconceito racial e a identificação do escravo ao negro, presentes no imaginário social da época, teriam exercido sobre as respostas dos informantes ao recenseamento”.⁹⁵ De toda forma, não há nas considerações da autora a negação do problema que é a tendência dessa variável do recenseamento.

Quanto a variável “religião”, as críticas se devem à existência, à época do recenseamento, do catolicismo como religião oficial do Estado, sendo o culto acatólico passível de dispersão e multa.⁹⁶ Ao considerar apenas a ocorrência de católicos e acatólicos, junto a esse contexto de proibição e coerção da liberdade religiosa, não se poderia esperar que as respostas dadas ao censo representassem a realidade dessa variável.

⁹³ Clotilde Andrade Paiva. et all. *Publicação crítica do recenseamento geral do império do brasil de 1872*. CEDEPLAR, 2012. p 4. (Relatório provisório)

⁹⁴ Luiz Felipe de Alencastro. *Vida privada e ordem privada no Império*, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *Historia da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p 87-88.

⁹⁵ Jane Souto de Oliveira. “*Brasil mostra a tua cara*”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000”. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Textos para discussão, n. 6. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p 13.

⁹⁶ Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Historia da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Além dos dados do Recenseamento, serão utilizados neste capítulo os números apresentados pelos processos de inventário acerca dos escravos. Com esses dados espera-se poder caracterizar a escravaria local e explorar a organização familiar e a possibilidade de reprodução natural dos cativos. Como o objetivo desse levantamento não é o de diferenciar a estrutura da posse de cativos de acordo com a riqueza do inventariado e sim perceber como estavam organizados os escravos da localidade optou-se por utilizar nesse capítulo todos os inventários em que ocorreram escravos. São, portanto, 142 processos que somaram 3020 escravos. Devido à ausência de informações padronizadas nos processos, para cada variável explorada, foram excluídos os inventários em que a informação não foi dada. Por exemplo, enquanto alguns inventários traziam uma descrição mais completa do cativo, com informações de sexo, idade, cor, condição conjugal, ocupação e preço, outros privilegiavam as informações de sexo, idade e preço.

De início, apresentaremos as características descritas no censo. Por se tratar do período escravista brasileiro, o quesito mais importante a ser observado é a composição por condição social. A tabela 08 apresenta a população total e por condição social do município de Lavras, de Campanha e também os totais da província.

Tabela 08 – População total e por condição social – 1873 – municípios selecionados

Localidade	Lavras	%	Campanha	%	Minas Gerais	%
Livres	23.430	73,7	20.771	75,5	1.669.276	81,8
Escravos	8.380	26,3	6.750	24,5	370.459	18,2
Total	31.810	100	27.521	100	2.039.735	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor.

Embora Lavras possua a maior população escrava entre os municípios selecionados e também o maior valor relativo, é possível afirmar que existe um certo equilíbrio entre as localidades quanto a condição social da população. A pequena variação, da ordem de 2%, é pouco expressiva. O que chama atenção é a grande diferença da composição por condição social do conjunto da província. Tanto Lavras quanto Campanha apresentam uma população escrava relativa bastante superior à proporção de cativos de Minas⁹⁷.

⁹⁷ Embora os municípios vizinhos também apresentem elevados percentuais relativos de população escrava, alguns municípios sul mineiros apresentam valores mais próximos aos provinciais. É o caso de Pouso Alegre que possuía, à época do censo, 18,5% de sua população na condição de cativa. Os municípios de Baependi, Boa Esperança e Três Pontas apresentavam os valores superiores de 24,4%, 23,3% e 24,8%, respectivamente.

Para avançarmos na análise das características do conjunto da população, serão apresentados agora a distribuição da população por condição social e sexo. A distribuição por sexo é bastante equilibrada, tanto entre livres quanto entre escravos. Essa característica pode ser melhor observada nos valores da razão de sexo⁹⁸ apresentada na tabela 09.

Tabela 09 - População segundo condição social e sexo - Lavras 1873

Condição	Homens	% *	Mulheres	% *	Soma	Razão de sexo
Livres	11836	50,5	11594	49,5	23430	102
Escravos	4409	52,6	3971	47,4	8380	111
Soma	16245	51,0**	15565	49,0**	31810	

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor. * Porcentagem relativa ao total por condição social. ** Porcentagem relativa ao total da população.

Para um maior detalhamento desses indicadores, apresentamos na tabela 10 a distribuição da população por condição social, sexo e idade. As faixas de idade consideradas são idênticas às apresentadas no recenseamento. Cabe aqui nova ressalva acerca da qualidade dos dados do censo. Embora sejam utilizados nesta pesquisa os dados ajustados disponibilizados pelo Cedeplar, os dados acerca da idade da população apresentam irregularidades visíveis.

Tabela 10 - População segundo condição social e idades - Lavras 1873

	Livres					Escravos					Total
	Homens	% *	Mulheres	% *	Razão de sexo	Homens	% *	Mulheres	% *	Razão de sexo	
0-5	1130	9,5	919	7,9	123	335	7,6	300	7,6	112	2684
6-10	639	5,4	758	6,5	84	209	4,7	185	4,7	113	1791
11-15	1052	8,9	1161	10,0	91	320	7,3	319	8,0	100	2852
16-20	1633	13,8	1564	13,5	104	644	14,6	595	15,0	108	4436
21-30	3574	30,2	3535	30,5	101	1053	23,9	1221	30,7	86	9383
31-40	1486	12,6	1346	11,6	110	696	15,8	589	14,8	118	4117
41-50	1007	8,5	1249	10,8	81	471	10,7	490	12,3	96	3217
51-60	656	5,5	596	5,1	110	356	8,1	131	3,3	272	1739
61-70	343	2,9	306	2,6	112	180	4,1	87	2,2	207	916
71-80	136	1,1	125	1,1	109	94	2,1	22	0,6	427	377
81-90	84	0,7	56	0,5	150	21	0,5	11	0,3	191	172
91-100	41	0,3	24	0,2	171	6	0,1	3	0,1	200	74
100 e +	12	0,1	9	0,1	133	4	0,1	1	0,0	400	26
Soma	11793	100	11648	100	101	4389	100	3954	100	111	31784

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor. * Porcentagem relativa ao total por sexo e condição social.

⁹⁸ A razão de sexo indica a quantidade de homens para cada grupo de 100 mulheres em uma localidade e período específicos.

À primeira vista percebe-se que os totais por sexo e condição social não são equivalentes aos dados gerais apresentados pelo censo e, ainda, a soma das colunas apresenta 26 habitantes a menos que o total da população. Considerando que em nenhuma das ocorrências a variação alcançou 0,5%, optou-se por ainda utilizar os dados aqui em evidência por entender que o erro não alcança uma escala que inviabilize a proposta, que é a de apresentar as características gerais da população lavrense. A distribuição da população pelas faixas de idade pode ser melhor visualizada a partir das pirâmides etárias apresentadas nos gráficos 01, 02, 03 e 04, produzidos para a população livre e escrava de Lavras e do conjunto da Província de Minas Gerais.

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor.

A partir da tabela 10 e das pirâmides etárias apresentadas é possível observar que a maior concentração está entre os adultos, tidos como mais produtivos⁹⁹, com idade entre 16 e 50 anos. Entre os livres são 65,1% e 66,4% os homens e mulheres adultos, respectivamente. Esses valores relativos estão acima do verificado para a totalidade da província que foi de 60,9% para os homens e 61,4% para as mulheres. Já entre os escravos, os homens adultos representam 65%, valor quase idêntico ao percentual da província que é 64,9%, e as mulheres escravas, ainda mais concentradas nesta faixa de idade, 72,9% do total, sete pontos percentuais acima do valor provincial, que é de 65,5%.

⁹⁹ Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1877 – 1887*. Est. Econ. São Paulo. V. 33. P 353 – 393, abril – junho de 2003.

Gráfico 03 – Pirâmide etária para os homens e mulheres livres em Minas Gerais - 1873 **Gráfico 04 – Pirâmide etária para os homens e mulheres escravos em Minas Gerais - 1873**

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor.

As crianças representam 23,8% da população livre masculina e 24,5% da feminina, aproximadamente 3% a menos que o conjunto mineiro, que é idêntico para crianças do sexo masculino e feminino, 27,3%. No caso das crianças escravas, os valores são de 19,6% e 20,2% para homens e mulheres respectivamente, pouco abaixo dos valores provinciais que são 22,4% e 22,8%, respectivamente. Os idosos representam a menor parcela da população, tanto livre quanto escrava. Entre os livres são 10,7% dos homens e 9,6% das mulheres, valores próximos dos encontrados para a província, que ficaram na casa dos 11% para ambos os sexos. Já entre os escravos são 15% entre os homens e 6,4% entre as mulheres. Os totais provinciais para os escravos idosos são de 12,7% para homens e 11,7% para mulheres. Evidencia-se, portanto, certo equilíbrio entre a distribuição da população por idades em Lavras e os valores encontrados para o conjunto da província. Em quase todas as grandes faixas etárias a variação fica próxima de três pontos percentuais. As diferenças mais marcantes se apresentam entre os adultos livres, relativamente mais velhos em Lavras que no restante da província, e entre as mulheres escravas que, em seu conjunto, se mostram mais jovens em Lavras que no restante das Minas Gerais. As tabelas 11 e 12 evidenciam esses valores.

Tabela 11 – População segundo condição social e idades - Lavras 1873
Grandes faixas etárias

	Livres					Escravos				
	Homens	%*	Mulheres	%*	Razão de sexo	Homens	%*	Mulheres	%*	Razão de sexo
0 - 15	2821	23,9	2838	24,4	99	864	19,7	804	20,3	108
16-50	7700	65,3	7694	66,0	100	2864	65,2	2895	73,2	99
51 e mais	1272	10,8	1116	9,6	114	661	15,1	255	6,5	259
Soma	11793	100	11648	100	101	4389	100	3954	100	111

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor. * Porcentagem relativa ao total por sexo e condição social.

Tabela 12 – População segundo condição social e idades - Minas Gerais 1873
Grandes faixas etárias

	Livres					Escravos				
	Homens	%*	Mulheres	%*	Razão de sexo	Homens	%*	Mulheres	%*	Razão de sexo
0 - 15	229849	27,3	223341	27,3	103	44352	22,4	38743	22,8	115
16-50	512570	60,9	503337	61,4	102	128338	65,0	111158	65,5	116
51 e mais	99658	11,8	92561	11,3	108	25044	12,6	19913	11,7	126
Soma	842077	100	819239	100	103	197734		169814	100	116

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor. * Porcentagem relativa ao total por sexo e condição social.

Pode-se observar ainda, quanto à estrutura etária da população, que entre o conjunto de habitantes livres, tanto em Lavras quanto para o total provincial, a razão de sexo é equilibrada em todas as faixas de idade, com picos entre as crianças de até 05 anos e entre os idosos com mais de 80 anos. Entre os escravos ocorre uma variação maior desse indicador. A razão é equilibrada até a faixa dos 41 a 50 anos, a partir daí, registra-se a ocorrência de um grande desequilíbrio entre a população masculina e feminina nos números de Lavras, o que não é verificado para o conjunto da província. Essa grande diferença apresentada entre as razões de sexo dos escravos idosos, pode encontrar explicação, segundo Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazo, ainda nos efeitos do tráfico atlântico de escravos. Eles afirmam, em trabalho sobre a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais-SP, que

A preponderância do escravo do sexo masculino no tráfico africano para o Brasil deixava suas marcas neste indicador [razão de sexo]. No censo notamos uma superioridade dos indivíduos do sexo masculino nas faixas entre trinta e quarenta anos.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazo. *A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos* (1975). XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto-MG, 2002, p 6.

Como observado, em Lavras o aumento na razão de sexo ocorre apenas entre os escravos acima de 51 anos. Por si, esse fato já afasta o caso de Lavras da hipótese levantada por Marcondes e Garavazo. Mas ainda deve-se observar dois fatores: a baixíssima razão de africanidade entre os escravos de Lavras, igual a 8,1¹⁰¹, e o fato de, entre os 680 escravos africanos presentes no município a razão de sexo ser igual a 178,6, bastante inferior à razão de 259 apresentada pelos escravos faixa de idade citada.

Outro determinante da razão de sexo elevada é apresentado por Jacob Gorender. Ele considera que o equilíbrio da razão de sexo no conjunto da população cativa está diretamente relacionado à atividade a que está dedicada a escravaria. Para localidades onde há uma maior ocorrência de pequenos agricultores e com alta proporção de escravos domésticos, o desequilíbrio da composição por sexo não seria a regra¹⁰². Robert Slenes também considera que a razão de sexo está ligada ao tipo de atividade econômica a que se vincula a população escrava. No entendimento do autor, regiões de *plantation* apresentariam razões de sexo mais elevadas do que as demais¹⁰³. Segundo essa linha de entendimento, da qual não discordamos, o conjunto da província mineira, bem como Lavras, apresenta, à época do recenseamento, uma estrutura de população escrava que se distancia do modelo das grandes propriedades produtoras de gêneros de exportação.

O equilíbrio na distribuição por sexo está diretamente relacionado ainda à possibilidade de se constituírem arranjos familiares. A tabela 13 apresenta os números da população de Lavras segundo condição social e condição conjugal. A maior parcela da população, tanto livre quanto escrava está entre os solteiros, com valores que se aproximam de 65% para o conjunto da população livre e ultrapassam os 80% do conjunto da população cativa. Cabe destacar a grande diferença apresentada entre o percentual de casados entre a população livre e entre os escravos. Enquanto a situação de casado ocorre em 27,7% dos homens livres, entre os escravos apenas 12,2% atendem a esse critério. Entre as mulheres os números são parecidos: entre as mulheres livres as casadas são 28,6% enquanto entre as escravas apenas 12%. Os viúvos representam 6,4% da população livre e 4,7% da população escrava.

¹⁰¹ Para São João Del Rei – MG, Afonso Alencastro Graça Filho observou, para a segunda metade do século XIX, uma razão de africanidade igual a 50, que foi considerada baixa. Ver: Afonso de Alencastro Graça Filho. *A princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*: São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p 223.

¹⁰² Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. 4. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1885, p 339. (Ensaio, 29)

¹⁰³ Robert W. Slenes. *The Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado. Stanford University, mimeografado. 1976, p 437.

Tabela 13 – População segundo condição social e conjugal - Lavras 1873

	Livres						Escravos						Total
	Homens	%*	Mulheres	%*	Soma	%**	Homens	%*	Mulheres	%*	Soma	%**	
Solteiro	7834	66,2	7499	64,7	15333	65,4	3640	82,6	3334	84,0	6974	83,2	22307
Casado	3280	27,7	3315	28,6	6595	28,2	538	12,2	476	12,0	1014	12,1	7609
Viúvo	722	6,1	780	6,7	1502	6,4	231	5,2	161	4,1	392	4,7	1894
Soma	11836	100	11594	100	23430	100	4409	100	3971	100	8380	100	31810

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor. * Porcentagem relativa ao total por sexo e condição social. ** Porcentagem relativa ao total por condição social.

Os altos valores relativos aos solteiros, tanto livres quanto escravos, podem ser explicados, em certa medida, pela influência do número de crianças no cálculo. A tabela 14 apresenta os valores percentuais de casados e viúvos relativos apenas ao conjunto da população adulta e idosa, ou seja, maiores de 15 anos. Percebe-se que os valores aumentaram aproximadamente 10% para homens e mulheres livres e aproximadamente 3% para os escravos. Considerados em conjunto, enquanto a população livre de Lavras que tem ou teve uma relação matrimonial no período estudado chega a 45,5% do total de habitantes com 15 anos ou mais, para a população escrava esse valor é de apenas 21% dos indivíduos na mesma faixa de idade.

Tabela 14 – Porcentagem de casados e viúvos em relação à população adulta e idosa - Lavras 1873

	Livres		Escravos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Casados	36,6	37,6	15,3	15,1
Viúvos	8,0	8,9	6,6	5,1
Total	44,6	46,5	21,9	20,2

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor.

Ainda referente à condição conjugal da população cativa, Slenes observa, em trabalho sobre Campinas, que existe a diferenciação dessa característica de acordo com o tamanho das posses de cativos. Segundo afirma, quanto maiores os planteis, maiores as ocorrências de escravos adultos casados e viúvos.

Nas pequenas posses de Campinas, ao longo do século XIX, a proporção de escravos adultos casados (na Igreja) ou viúvos era baixa, refletindo o pequeno *pool* de possíveis cônjuges dentro dessas propriedades e a virtual proibição, por parte dos senhores, de casamentos entre escravos de donos diferentes. Já a situação nas posses médias e grandes (com dez ou mais escravos) era diferente. Nessas propriedades, a proporção casada ou viúva entre mulheres acima de quinze anos era alta, variando entre 60% e 69% em

1801, 1829 e 1872. A porcentagem entre homens da mesma faixa de idade era bem mais baixa (entre 23% e 30% de casados e viúvos nos anos indicados), refletindo o desequilíbrio numérico entre os sexos.¹⁰⁴

José Flávio Motta, em trabalho acerca da população cativa de Bananal no começo do século XIX, afirma existirem padrões diferenciados entre as províncias no que tange à estrutura da população cativa. A partir de dados trabalhados por Robert Slenes, Motta afirma, por exemplo, existirem “substanciais diferenças nos percentuais de mulheres cativas casadas entre as diversas províncias”. A mesma diferenciação pode ser encontrada, segundo o autor, entre localidades de uma mesma província¹⁰⁵ A constatação dos diferentes padrões inter e intraprovinciais da condição conjugal dos cativos determina a importância do estudo de estruturas locais. É o conjunto de estudos locais que contribui para refinar o entendimento sobre o conjunto da realidade provincial.

Embora os dados do censo não tragam informações suficientes para fazer uma classificação análoga para o caso de Lavras, a partir dos dados coletados nos inventários foi possível ensaiar algumas observações sobre o padrão das escravarias e estrutura familiar dos escravos na localidade. A tabela 15 apresenta a quantidade de inventários trabalhados por faixas de escravaria.

Tabela 15 – Quantidade de processos de inventário por faixa de escravaria e número de escravos arrolados - Lavras 1870-88

Faixas de escravaria	Número de ocorrências	%	Número de escravos arrolados	%
1 a 5	33	23,2	86	2,8
6 a 10	27	19,0	211	7,0
11 a 20	26	18,3	400	13,2
21 a 30	22	15,5	547	18,1
31 a 40	12	8,5	419	13,9
41 a 70	14	9,9	694	23,0
70 e mais	8	5,6	663	22,0
Total	142	100,0	3020	100,0

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

Com base em 142 processos¹⁰⁶ com escravos (os 23 processos de inventariados sem

¹⁰⁴ Robert W. Slenes. *Senhores e escravos no Oeste Paulista*. In: In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p 274.

¹⁰⁵ José Flávio Motta. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp: Annablume, 1999, p 216.

¹⁰⁶ Como informado na introdução, dentre os processos de inventário disponíveis, foram lidos uma amostra com

escravos não foram considerados nesse momento) e um total de 3020 pessoas, buscou-se verificar as características gerais da escravaria, diferenciando por faixa de tamanho de plantel, com o objetivo de verificar a ocorrência ou não das características apresentadas anteriormente. Uma primeira observação possível, se refere à distribuição da posse de escravos no município de Lavras. Os dados apontam para uma forte concentração da propriedade de cativos. Considerada a distribuição dos cativos na década de 1870 e 1880, o Índice de Gini é 0,659 e 0,681 respectivamente. A ideia de concentração da propriedade escrava no município está alinhada a resultados alcançados por pesquisas que se utilizaram de bases de dados mais amplas. A já referida pesquisa de Douglas Cole Libby, a partir dos dados das listas nominativas de 1831-32, afirma que a propriedade de escravos era privilégio de aproximadamente um terço da população mineira e, ainda, que entre os proprietários, apenas um terço possuía de mais de 5 escravos¹⁰⁷. Este tema será melhor abordado no próximo capítulo, no qual será examinada a estrutura da propriedade e a distribuição da riqueza no município de Lavras.

Tabela 16 – Escravos inventariados segundo sexo e idades - Lavras 1870-88

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Razão de sexo
0-5	173	10,0	151	11,6	115
6-10	162	9,3	136	10,6	119
11-15	160	9,2	144	11,2	111
16-20	136	7,8	127	9,9	107
21-30	266	15,3	195	15,2	136
31-40	204	11,8	198	15,4	103
41-50	215	12,4	138	10,7	156
51-60	188	10,9	87	6,8	216
61-70	86	5,0	35	2,7	246
71-80	17	1,0	4	0,3	425
81 e mais	4	0,2	2	0,2	200
Não informado	123	7,1	69	5,4	178
Soma	1734	100	1286	100	135

Fonte: Inventários post mortem do município de Lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor. * Porcentagens relativas ao total por sexo.

97 processos, buscando representar a totalidade da população lavrense, e 83 processos que são todos os casos que reuniram características que os enquadraram como pertencentes à elite local. Nesse capítulo, com o objetivo de perceber as características gerais da escravaria do município de Lavras, se baseando principalmente na diferenciação por tamanho da escravaria, foram considerados, de forma conjunta, todos os inventários lidos em que ocorreram cativos, independente se pertencentes à amostra ou à elite.

¹⁰⁷ Douglas Cole Libby. *Transformação e trabalho em ...*, 1988. p. 82 - 97.

A tabela 16 apresenta a estrutura etária da população cativa inventariada e a razão de sexo, considerando as faixas de idade apresentadas no Censo de 1872. Após a análise dos documentos, mostrou-se importante que a razão de sexo fosse calculada principalmente considerando as grandes faixas etárias devido a grande variedade de combinações de idade encontradas nos arranjos familiares. Podemos exemplificar com o caso dos escravos do Coronel José Antônio de Souza Lima, falecido em 1883, proprietário de 97 cativos. Dentre esses escravos estão 19 casais que apresentam uma diferença média de idade entre marido e mulher da ordem de 12 anos, apresentando como moda a diferença de 18 anos. Da mesma forma, entre os 89 escravos de Domingos Marcelino dos Reis, falecido em Lavras no ano de 1873, havia 14 casais que apresentaram a diferença média de idade também de 12 anos, apresentando como moda a diferença de 16 anos. O mesmo ocorre entre escravos que integram planteis menores. Entre os 07 casais que pertenciam a Francisco Antônio Pereira, falecido em 1875, a diferença média de idades entre marido e mulher foi de 13 anos, não apresentando um valor modal, mas com diferenças pontuais expressivas como 29, 23 e 18 anos. A tabela 17 apresenta a composição dos escravos por sexo segundo as grandes faixas etárias.

Tabela 17 – Escravos inventariados segundo sexo e idades - Lavras 1870-88
Grandes faixas etárias

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Razão de sexo
0 a 15	495	28,5	431	33,5	115
16 a 50	821	47,3	658	51,2	125
51 e mais	295	17,0	128	10	230
Não informado	123	7,1	69	5,4	178
Soma	1734	100	1286	100	135

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

A estrutura etária da população inventariada difere profundamente dos totais encontrados no recenseamento para o total da população cativa de Lavras. Enquanto no levantamento censitário os valores referentes às crianças cativas eram próximos de 20% do total, entre os cativos inventariados as crianças representam 28,5% dos inventariados do sexo masculino e 33,5% das crianças do sexo feminino. Este aumento no percentual de crianças corresponde à diferença relativa dos cativos adultos. Na contagem do censo, 65,2 dos homens e 73,2% das mulheres eram pessoas adultas.

Entre os escravos inventariados esses valores caem para 47,3% e 51,2% para homens e mulheres, respectivamente. Entre os cativos idosos a variação foi menor, de mais 1,9 pontos percentuais para os idosos do sexo masculino e de mais 3,5 pontos percentuais para as idosas cativas.

Essas variações não expressam mudanças na estrutura da população cativa do município. Respondem, antes, à incompletude dos dados coletados nos processos de inventários. Mas como o objetivo do estudo dos escravos inventariados assenta sobre as características da condição conjugal e estrutura familiar dos cativos, principalmente nas grandes escravarias, a estrutura etária do conjunto dos escravos assume menor importância. Dito isso, dois aspectos da estrutura etária dos escravos inventariados ganham destaque. Primeiro, a grande participação de crianças na amostra sinaliza a participação da reprodução natural da população escrava na manutenção do grande plantel escravo apresentado pelo município. E segundo, o equilíbrio na razão de sexo referente aos cativos adultos, que, como visto, assinala a maior propensão a arranjos matrimoniais.

Considerando a condição conjugal, apresentado na tabela 18, observa-se também, grandes diferenças entre os valores apresentados no censo e os dados coletados nos inventários. A proporção de solteiros entre os escravos é menor em 20,7 pontos percentuais. Entre os homens a diferença é de 12,8 pontos e entre as mulheres cativas 30,4. A diferença na participação dos solteiros evidentemente implica no aumento da proporção dos não-solteiros, os casados e viúvos. Mas, nos dados dos inventários, toda a queda do percentual foi absorvida pela categoria casados, já que o percentual de viúvos se manteve estável entre as mulheres e caiu quase 4 pontos no que se refere aos homens.

Tabela 18 - Escravos inventariados segundo condição conjugal - Lavras 1870-88

Condição conjugal	Masculino	%	Feminino	%	Soma	%
Solteiros	1113	69,8	697	53,6	1810	62,5
Casados	458	28,7	437	33,6	895	30,9
Viúvos	23	1,4	58	4,5	81	2,8
Não informado	126	7,9	108	8,3	234	8,1
Total	1594	100	1300	100	2894	100,0

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

O percentual de casados foi, como dito, significativamente maior entre os

escravos inventariados do que os resultados do censo apresentaram. No conjunto, o grupo de casados representa 30,9% dos cativos apresentados nos processos, frente a 12,1% relativo ao total da população cativa, segundo o recenseamento. O aumento da representação dos homens casados foi de 16,5 pontos percentuais e a participação das mulheres cativas casadas inventariadas foi 33,6% frente aos 12% em relação ao total de cativos apresentados no censo. É preciso ressaltar que 8,1% dos escravos inventariados não tiveram a condição conjugal informada.

Essa grande diferença nos indicadores da condição conjugal da população pode ser explicada, pelo perfil dos processos de inventário utilizados e, pelos objetivos a que se destinavam esses arrolamentos de bens, além, é claro, de possibilitar a observância das determinações legais¹⁰⁸. Slenes, em seu já referido trabalho sobre Campinas, apresenta uma explicação possível para a informação acerca da condição conjugal dos cativos nos processos de inventário. Segundo o autor “as cifras mostram, indiretamente, uma forte tendência nas propriedades médias e grandes de não separar cônjuges ou pais e crianças pequenas, por venda ou processo de herança”.¹⁰⁹ Dessa forma, a informação acerca da condição conjugal nos inventários visaria, segundo esta interpretação, evitar a separação dos cônjuges no processo de partilha. Dentre os inventários utilizados nessa pesquisa, 57,8% podem ser enquadrados na faixa de tamanho a que o autor faz referência. Nela estão concentrados 90,2% dos cativos inventariados.

Considerando a referida alusão às características diferenciadas conforme o tamanho da escravaria, passaremos a observar como o tamanho do plantel influencia indicadores como idade, sexo e condição conjugal. A tabela 19 apresenta a composição por idade dos cativos inventariados considerando o tamanho das escravarias e as grandes faixas etárias.

¹⁰⁸ Ainda vigora no período a que se referem os processos de inventário utilizados nessa pesquisa, as determinações do Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, que dizia em seu parágrafo 2º “Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos” (Collecção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, typ. Nacional, 1869, p.129-30). Em 1871, a Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, confirma a proibição no § 7º do artigo 4º: “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 annos, do pai ou da mãe” (sic). (Idem, 1871, p.147-51, disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf17.pdf>, acesso em 09/09/2014.)

¹⁰⁹ Robert W. Slenes. *Senhores e escravos no Oeste Paulista...*, 1997. p. 275.

Tabela 19 – Composição por grandes faixas etárias dos escravos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88

	Crianças (0 a 15 anos)	%	Adultos (16 a 50 anos)	%	Idosos (51 anos ou mais)	%	Não Informado	%	Total
1 a 5	16	18,6	51	59,3	6	7,0	13	15,1	86
6 a 10	54	25,6	122	57,8	20	9,5	15	7,1	211
11 a 20	94	23,5	203	50,8	71	17,8	32	8,0	400
21 a 30	158	28,9	273	49,9	93	17,0	23	4,2	547
31 a 40	154	36,8	188	44,9	57	13,6	20	4,8	419
41 a 70	227	32,7	316	45,5	75	10,8	76	11,0	694
71 e mais	223	33,6	332	50,1	95	14,3	13	2,0	663
Total	926	30,6	1485	49,2	417	13,8	192	6,4	3020

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

É possível perceber o aumento da participação das crianças escravas conforme o tamanho dos planteis aumenta. A variação chega a 18 pontos percentuais e encontra seu ápice nas propriedades com 31 a 40 escravos, que apresenta, entre seus escravos, 36,8% de crianças. Por outro lado, é possível observar a queda na representação dos escravos adultos, sendo a menor participação verificada nas escravarias com 41 a 70 escravos, nas quais representam apenas 45,5% do grupo. Os idosos representam a menor parcela dos cativos inventariados independentemente do tamanho dos planteis. Apresentam a maior participação percentual entre os cativos dos planteis com 11 a 20 e 21 a 30 escravos, onde representam respectivamente 17,8% e 17,0% do total de indivíduos. O gráfico 05 ajuda a ilustrar os dados aqui apresentados.

Fonte: CEMEC – Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. MG. Elaboração do autor.

Acredita-se que a maior ocorrência de crianças verificada nos planteis maiores está relacionada à maior possibilidade de arranjos familiares em escravarias com essa característica. Não se trata aqui de reduzir a possibilidade de reprodução à existência de união matrimonial legítima¹¹⁰ ou reduzir a possibilidade de união apenas ao universo do plantel de apenas um senhor. Há, nos dados dos inventários, evidências que nos permitem afirmar sobre a possibilidade de uma gama variada de modelos de famílias: relacionamento entre escravos de senhores diferentes; relacionamento de escravos com pessoas livres e mesmo sobre a existência de famílias matriarcais, compostas pela mãe solteira e seus filhos. Entre os escravos listados nos processos de inventário, três eram casados com escravos de outro senhor e todas as ocorrências se encontram entre os escravos de um mesmo proprietário. Sete escravos, três homens e quatro mulheres, eram casados com livres. E ainda, 49 escravas mulheres eram mães solteiras e destas, 21 ocorrências estão na faixa de 41 a 70 escravos. Importante enfatizar que, seja qual for a forma de união, e mesmo a ausência de união, estava submetida à vontade do senhor. José Flavio Motta enfatiza que a legitimação da união dependia da disposição do proprietário em viabilizar a regularização da união.¹¹¹ Mas a constituição das famílias escravas pode ser pensada como benéfica ao proprietário de cativos. Slenes considera que a família escrava pode ser entendida como um elemento estabilizador do sistema escravista, uma possível fuga de um escravo, por exemplo, poderia desencadear retaliações aos familiares, ou até mesmo a venda de membros da família poderia ser uma forma de represália.¹¹²

Faz-se necessário então verificar a condição conjugal dos escravos, diferenciando por faixa de tamanho dos planteis, buscando observar se o comportamento dos indicadores de matrimônio segue os mesmos movimentos observados para a estrutura etária. A tabela 19 apresenta a distribuição dos cativos inventariados segundo o sexo por faixas de tamanho da escravaria. A partir desses dados buscasse verificar diferenças nas razões de sexo apresentadas de acordo com

¹¹⁰ Segundo José Flávio Motta “Somente com o regime republicano, que promove a separação entre Igreja e Estado, é que se procede no Brasil ao registro civil como definidor da legalidade dos matrimônios; antes de 1889, havia tão somente o sacramento religioso”. Ver nota de rodapé nº 220 em José Flávio Motta. *Corpos Escravos, Vontades Livres...* 1999, p 210.

¹¹¹ Idem, p 213

¹¹² Robert W. Slenes. *Senhores e escravos no Oeste Paulista...*, 1997. p. 276. Para uma maior discussão sobre o significado da família escrava ver Hebe Maria Matos. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; e Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1997.

cada faixa.

Tabela 20 - Composição por sexo e razão de sexo dos escravos adultos e idosos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88

Faixa de escravaria	Masculino	%	Feminino	%	Razão de sexo
1 a 5	34	3,0	23	2,9	148
6 a 10	80	7,2	62	7,9	129
11 a 20	168	15,0	107	13,6	157
21 a 30	211	18,9	155	19,7	136
31 a 40	137	12,3	108	13,7	127
41 a 70	230	20,6	161	20,5	143
71 e mais	257	23,0	170	21,6	151
Total	1117	100	786	100	142

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

Considerando a já referida diferença de idade apresentada pelos casais de escravos inventariados, foram utilizados na tabela os números de escravos adultos e idosos somados. Como é possível verificar na tabela 20, não há uma grande variação nos valores encontrados como razões de sexo para os diferentes tamanhos de plantel. Todos os valores variam entre 127 e 157. Cabe ressaltar o fato de que não ocorre um crescimento da razão de sexo em função do crescimento dos planteis. Os maiores valores, acima de 150, ocorrem todos nas escravarias com mais de 10 indivíduos, mas também foi verificada, entre as escravarias com 31 a 40 cativos, a menor razão de sexo, ou seja, grandes escravarias com uma distribuição por sexo relativamente equilibrada.

Considerados os valores encontrados para as razões de sexo, faz-se preciso verificar como se mostrarão os dados acerca da condição conjugal. A tabela 21 apresenta a composição percentual por condição conjugal, novamente considerando o tamanho das escravarias. À primeira vista, salta aos olhos novamente o largo predomínio dos escravos solteiros dentre os inventariados. É visível ainda o crescimento da participação desta categoria conforme se aumenta a faixa de escravaria.

Tabela 21 – Composição percentual por condição conjugal dos escravos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88

Faixas de escravaria	Casado	Solteiro	Viúvo	Não Informados
1 a 5	25,6	46,7	0	27,8
6 a 10	17,8	54,8	3,4	24
11 a 20	28,9	63,2	5,3	2,6
21 a 30	27,9	60,5	3,4	8,2
31 a 40	32,8	63,7	3,5	0
41 a 70	35,1	62,9	2	0
71 e mais	32,8	65,8	1,4	0
Total	28,7	59,7	2,7	8,9

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

Verifica-se, no entanto, analisando o conjunto dos dados apresentados até aqui, que a maior ocorrência de escravos solteiros nessas faixas com grandes escravarias são o reflexo do aumento de ocorrências de escravos crianças. Essa afirmação é possível por se basear no fato, demonstrado no gráfico 06, de que o aumento do número de solteiros ocorre conforme aumenta a representação das crianças no conjunto. E, por conseguinte, o aumento do número de crianças pode ser entendido como viabilizado pelo maior número de ocorrências de uniões matrimoniais.

Fonte: CEMEC – Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. Elaboração do autor.

Considerando o exposto, deve-se verificar então a representatividade dos casados e viúvos considerando apenas os escravos adultos. A tabela 22 apresenta a representação percentual dos escravos casados e viúvos no total dos cativos inventariados considerando apenas os escravos em idade adulta e idosos, ou seja, maiores de 15 anos.

Tabela 22 – Representação percentual dos escravos casados e viúvos entre cativos adultos e idosos por tamanho da escravaria - Lavras 1870-88

Faixas de escravaria	Casados e Viúvos	
	Homens	Mulheres
1 a 5	35,3	47,8
6 a 10	25,0	38,7
11 a 20	38,3	61,7
21 a 30	36,0	56,8
31 a 40	52,6	67,6
41 a 70	55,7	73,9
71 e mais	42,4	66,5
Total	40,8	59,2

Fonte: Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. CEMEC/Campanha-MG. Elaboração do autor.

Embora com pequenas oscilações é visível o aumento da representatividade dos escravos casados conforme aumenta o tamanho dos planteis. Entre os cativos do sexo masculino, os valores variam de 25%, na faixa de 06 a 10 cativos, até 55,7% nas escravarias que contam com 41 a 70 pessoas. Quanto às mulheres escravas, nota-se a maior representatividade das casadas e viúvas no total de cativas. A grande diferença com relação aos valores apresentados pelos homens se explica pelas razões de sexo encontradas para as faixas de escravaria.

Os dados referentes aos menores planteis, especificamente com propriedades que detinham entre 1 e 5 cativos. Parecem comprovar a afirmação de Slenes¹¹³ sobre a limitação do universo do escravo à escravaria do seu senhor. Entre as ocorrências de casados nesta faixa, todos estão nas escravarias com mais de 3 cativos, o que permite que os cônjuges pertençam ao mesmo plantel. A exceção, quanto ao tamanho da escravaria, mas não quanto ao relacionamento entre escravos do mesmo senhor, é o casal de escravos possuídos por D. Maria Inocência do Nascimento, que não tinha outros cativos. Não houve, nesta faixa de

¹¹³ Robert W. Slenes. *Senhores e escravos no Oeste Paulista...* 1997, p 274.

escravaria, nenhuma ocorrência de relacionamento entre escravos de senhores diferentes. José Flavio Motta também observa que

a menor participação de indivíduos casados ou viúvos nos planteis com menos escravos deriva inclusive da menor possibilidade de escolha do cônjuge em tais planteis, a qual é condicionada pelos obstáculos impostos aos casamentos de cativos, restritos amiúde aos limites internos de cada plantel.¹¹⁴

Não obstante à observação sobre as dificuldades do estabelecimento das relações matrimoniais em planteis com poucos cativos, a ocorrência de casamentos entre os escravos adultos nos planteis maiores parece ser a regra. A partir dos dados da tabela 22 pode-se observar que, nas propriedades com escravarias superiores a 10 cativos, mais da metade da população feminina adulta é casada ou viúva, sendo esse valor superior à 65% nas escravarias com mais de 30 cativos, e apresentado o maior percentual na faixa de 41 a 70 escravos, com 73,9% das escravas nessa condição. Os menores valores apresentados pelos homens se devem à composição por sexo da escravaria que apresenta, via de regra, contingentes masculinos sempre superiores aos femininos.

Como dito anteriormente, o grande número de cativos casados acompanha o grande número de crianças inventariadas nas diferentes faixas de tamanho da escravaria. Por sua vez, a maior participação de crianças no conjunto de uma população aumenta a razão de dependência apresentada.¹¹⁵ Esses valores estão diretamente relacionados aos dados de ocupação apresentados para o município de Lavras no Censo de 1872. Naquela ocasião, 34,3% da população foi considerada desocupada.

Para calcular a razão de dependência entre os escravos dos grandes fazendeiros de São João Del Rei, Afonso de Alencastro Graça Filho considerou como dependentes os escravos de zero a 14 anos, e os maiores de 45 anos.¹¹⁶ Considerando os recortes utilizados ao longo de todo esse trabalho, aqui serão considerados como dependentes os escravos entre 01 e 15 anos e os com 51 anos ou mais, restando como “ativos”, os escravos com idade entre 16 e 50 anos. Interessa observar que os atributos de “ativos” e “inativos” são potenciais. Entre os escravos inventariados, foram várias as ocorrências de crianças e idosos ativos. Essa característica pode

¹¹⁴ José Flávio Motta. *Corpos Escravos, Vontades Livres...* 1999, p 219.

¹¹⁵ A razão de dependência é o peso da população considerada inativa, neste trabalho, crianças de até 15 anos, e idosos, com mais de 50 anos, sobre a população potencialmente ativa, neste trabalho, entre 16 e 49 anos.

¹¹⁶ Afonso de Alencastro Graça Filho. *A princesa do Oeste ...*, 2002, p 222.

ser verificada ou a partir da indicação da profissão do cativo inventariado ou a partir do valor atribuído aos mesmos, que se iguala, e por vezes supera, os valores dos escravos adultos.

Segundo os dados do censo, a razão de dependência entre a população escrava de Lavras é 44,8. Quando consideradas as diferentes faixas de escravaria, esse valor apresenta variações expressivas. A tabela 23 apresenta a razão de dependência observada para a população cativa de Lavras com base nos dados dos inventários. Ainda com base no citado trabalho de Graça Filho, a razão de dependência equilibrada, igual a 98 e 90 para a primeira e segunda metade do século XIX, respectivamente, sinaliza “a tendência de reprodução natural da mão de obra e uma longevidade maior dos escravos, devido a uma taxa menor de exploração do trabalho compulsório e às condições mais favoráveis de sobrevivência”.¹¹⁷

Tabela 23 – Razões de dependência entre os escravos de Lavras segundo os inventários post mortem e por faixa de escravaria

Faixa de escravaria	Razão de dependência
1 a 5	43,1
6 a 10	60,7
11 a 20	81,3
21 a 30	91,9
31 a 40	112,2
41 a 70	95,6
71 e mais	95,8
Total	82,9

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872 e CEMEC – Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. Elaboração do autor.

Em Lavras, a razão de dependência apresentada pelos dados do Censo é bastante baixa se comparada ao observado para São João Del Rei. O mesmo ocorre entre os escravos pertencentes aos menores planteis, de 1 a 5 e 6 a 10 cativos. Os maiores valores encontrados entre as maiores escravarias seguem o movimento, já observado, do aumento do número relativo de crianças e mulheres casadas e esses resultados combinados permitem afirmações de natureza similar às das apresentadas por Graça Filho: a reprodução natural como complemento à importação de cativos para manutenção dos plantéis e condições mais favoráveis de sobrevivência, embora a noção acerca das “condições favoráveis de sobrevivência” no regime escravagista não seja bem clara. Ainda que esses valores sejam

¹¹⁷ Idem.

considerados equilibrados, as razões de dependência próximas a 100, como vistas entre os escravos das maiores faixas etárias, significam dizer que cada escravo potencialmente ativo sustenta, com seu trabalho, pelo menos mais um cativo. Talvez esteja aí a maior evidência de uma condição propícia à reprodução, tal como aventada por Luna e Cano¹¹⁸.

Passaremos agora a analisar as características acerca da ocupação da população lavrense. Serão utilizados os dados do Censo e, novamente, os dados apresentados nos processos de inventário, embora esses últimos tenham apresentado informações incompletas sobre a ocupação, tanto dos inventariados quanto dos escravos arrolados nos processos. Como auxiliares às informações dos inventários, foram utilizadas mais uma vez as informações contidas dos Almanques Sul Mineiros de 1874 e 1884. Esses levantamentos trazem ao final dos capítulos referentes a cada localidade, listas informando as profissões dos cidadãos que consideravam mais importantes.

De início observaremos os dados referentes à ocupação apresentados no Censo. As categorias e atividades consideradas no recenseamento foram: 1 – Profissões liberais, onde estavam inseridos os seculares (religiosos), empregados públicos, professores e homens de letras, parteiros, farmacêuticos, cirurgiões, médicos, oficiais de justiça, procuradores, notários e escrivães, advogados, juizes, mulheres (relig. Regular), homens (relig. Regular) e artistas; 2 – Profissões industriais e comerciais, onde se listaram os manufactureiros e fabricantes e os comerciantes, guarda-livros e caixeiros; 3 – Profissões manuais e mecânicas, com pondo-se de costureiras de chapéus, de vestuários, em tinturaria, em couros e peles, de edificações, em tecidos, em madeiras, em metais, canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros e de calçado; 4 – Profissões agrícolas, com lavradores e criadores; 5 – Sem profissão; e 6 – outros, categoria na qual estavam os militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários, criados e jornaleiros, serviço doméstico e os sem informação.

Embora a maioria das denominações utilizadas no censo sejam bastante claras, tornando evidente a natureza da atividade realizada, algumas possuem denominações mais genéricas, em especial, as profissões “capitalistas” e “proprietários”, enquadradas na categoria “outros”. Essas denominações, embora não sejam muito específicas, tinham uso corrente à época do censo. Os almanques de 1874 e 1884 também se utilizam dos mesmos termos, no entanto, não se dedicam a descrever as atividades dos ocupantes. Rodrigo Fontanari, em estudo sobre a estrutura do crédito no complexo cafeeiro paulista¹¹⁹, considerando a

¹¹⁸ Francisco Vidal Luna & Wilson Cano, *Economia escravista de Minas Gerais*. 1983.

¹¹⁹ Rodrigo Fontanari. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo*

classificação apresentada nos livros cartoriais, identificou um padrão nas classificações. Afirma que

a designação *capitalista* não pressupunha empréstimos eventuais, mas sim enquadravam aqueles sujeitos que praticavam a atividade creditícia com certa constância, uma espécie de agiota dos dias de hoje. (...) Quanto aos classificados como *proprietário* há uma grande alternância nas escrituras, designando: proprietários urbanos, como era mais comum; donos de casas de aluguel ou de prédios para negócios, rentistas e até mesmo proprietários rurais de pequenas posses, como os donos de chácaras. Foi o segmento mais lacônico, ou seja, o mais difícil de se avaliar, pois não especificava realmente uma ocupação em si; mas, no geral, foi utilizado para designar um agente do meio citadino”¹²⁰. (grifos do autor)

Percebe-se que, mesmo com o auxílio de fontes qualitativas, ainda não foi possível à Fontanari afirmar categoricamente, acerca da designação “proprietários”. Mas suas indicações são, certamente, esclarecedoras. A tabela 24 apresenta o panorama geral da ocupação em Lavras segundo a condição social e tendo como referência as categorias de atividades utilizadas no recenseamento. A primeira observação a ser feita é referente à exclusividade que algumas categorias de profissões apresentam com relação ao sexo, à condição social livre/escravo ou a ambas. As profissões liberais, por exemplo, além de ser uma exclusividade de pessoas livres, ainda apresentam um forte predomínio masculino. As mulheres ocupadas nesta categoria são 4 professoras, 1 artista e 4 parteiras, sendo esta última profissão realizada apenas por essas mulheres. Atividades como empregados públicos, farmacêuticos, médicos, escrivães, advogados e juízes eram desempenhadas somente por homens, tanto em Lavras como em toda a província.

O mesmo ocorre com as profissões industriais e comerciais. Não há registro de escravos ocupados nas duas profissões que compõem a categoria. E, novamente, predominam largamente os homens entre os associados a essas atividades. São apenas 3 mulheres manufactureiras e fabricantes, além de outras 2 comerciantes e há, ainda, 4 mulheres estrangeiras listadas entre as comerciantes.

cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914). 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.

¹²⁰ Idem, p. 98-99.

Tabela 24 – Profissões da população segundo condição social – Categorias de ocupação do Censo de 1872 – Lavras 1872

Grupos	Escravos				Livres							
					Brasileiros				Estrangeiros			
	Homens	%	Mulheres	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%
Prof. liberais	0	0,0	0	0,0	87	0,7	9	0,1	6	4,4	0	0,0
Outros	1301	29,5	1086	27,3	3322	28,4	3567	30,9	19	13,9	7	13,5
Prof. Industriais e comerciais	0	0,0	0	0,0	178	1,5	5	0,0	49	35,8	4	7,7
Prof. Manuais e Mec.	85	1,9	347	8,7	460	3,9	2488	21,6	21	15,3	41	78,8
Prof. Agric.	1584	35,9	895	22,5	3616	30,9	1680	14,6	42	30,7	0	0,0
Sem profissão	1439	32,6	1643	41,4	4039	34,5	3790	32,8	0	0,0	0	0,0
Total	4409	100,0	3971	100,0	11702	100,0	11539	100,0	137	100,0	52	100,0

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Elaboração do autor.

Também ocorrem categorias em que predominam as mulheres trabalhadoras. Além da referência feita às parteiras, caso em há exclusividade do trabalho feminino, na categoria “outros” predomina o trabalho de mulheres entre as pessoas livres, embora por uma pequena diferença. Isso se deve claramente ao serviço doméstico, 97,5% das mulheres classificadas nessa categoria tem essa ocupação. O restante são 78 criadas e jornaleiras e 11 capitalistas e proprietárias. Embora entre os escravos, a participação masculina nessa categoria ainda seja superior, na profissão “serviço doméstico”, as mulheres são a maioria, embora os valores apresentados sejam bem mais equilibrados do que entre os livres. Entre os homens dessa categoria 69% são trabalhadores domésticos e 31% são criados e jornaleiros, profissão que inclui os escravos de aluguel.

A categoria de atividade em que o predomínio feminino é mais marcante, tanto entre livres quanto entre escravos, é a “Profissões Manuais e Mecânicas” e isto está claramente determinado pelas várias profissões ligadas à costura. Mas deve ser ressaltado que a costura em couros e peles e de vestuários¹²¹, segundo o censo, eram exercidas apenas por homens.

A categoria profissões agrícolas apresenta apenas duas ocupações, Lavradores e Criadores, e elas também passam pelo problema de classificação. Segundo os números do censo, apenas 11 homens livres eram criadores no município de Lavras. Como poderemos observar a partir dos dados dos inventários, a criação é atividade comum a quase todos os inventariados. Por esse motivo, optou-se por considerar essas profissões em conjunto. A maior parte dos homens, tanto livres quanto escravos, foram contabilizados nesta categoria de ocupação. O número relativamente baixo de mulheres nesta categoria sinaliza novamente para a divisão dos trabalhos entre os sexos. Enquanto as mulheres predominam no trabalho

¹²¹ Acredita-se que a costura de vestuário referida neste item do censo seja apenas a confecção de peças masculinas de alfaiataria. O vestuário feminino, ou mesmo o masculino menos especializado, ficaria então por conta das 801 costureiras em tecidos contadas no censo.

doméstico, os homens predominam nas atividades agrícolas, embora nessas últimas, o nível de exclusividade seja bem menor que o observado para aquela categoria.

Chama atenção os expressivos valores da categoria “Sem profissão”. Entre os escravos são 32,6% dos homens e 41,4% das mulheres. Já entre os livres a parcela de homens sem ocupação é de 34,5% e de mulheres 32,8%. Entre os estrangeiros não houve registro nesta categoria. São valores altos e representam a maior parcela de quase todos os seguimentos analisados, com exceção dos homens escravos, entre os quais a maioria exerce atividade agrícola.

O número de lavrenses sem profissão está diretamente relacionado aos dados de dependência informados anteriormente. São 1439 escravos homens desocupados enquanto a soma das crianças e idosos escravos do sexo masculino é igual a 1525, o que supera o número de desocupados em 86. Dever-se-ia somar, ainda, a esse número, os 22 escravos apontados no censo como portadores de defeitos físicos¹²² que, em sua maioria, podem ser considerados incapacitantes para o trabalho. O número de mulheres escravas sem profissão, igual a 1643, foi superior ao valor da soma das crianças, idosos e com defeitos físicos, igual a 1074. Entre a população livre, tanto para os homens quanto para as mulheres, o valor da soma das categorias tidas como sem atividade superou o número de pessoas sem profissão. Entre os homens a diferença foi de 181 e entre as mulheres de 228. Essa variação, seja positiva ou negativa, encontrada indistintamente entre livres e escravos, reafirma a observação já feita acerca da razão de dependência. A dependência de crianças e idosos, bem como a atividade da população adulta é apenas potencial. Para o cálculo preciso desse indicador, seria necessário acesso à base de dados do censo com informação individualizada, o que se tornou um limite intransponível para essa pesquisa, dada a característica da fonte utilizada.

Mas, mesmo com algumas limitações, acredita-se ter demonstrado, a partir dos dados do recenseamento geral do império de 1872, a grande participação dos escravos no conjunto da população lavrense, sendo os valores verificados superiores aos apresentados para o total da província e mesmo para outras localidades da região sul mineira.

A estrutura etária da população mostrou que, embora a maior parcela da população fosse adulta, um percentual significativo dos habitantes era composta por crianças, com idades entre 0 e 15 anos. As razões de sexo apresentadas pelo município, tanto para livres quanto para escravos, se mostraram equilibradas, apresentando valores mais elevados apenas

¹²² Quanto à saúde da população, o censo de 1872 considerou como com defeitos físicos os cegos, surdos-mudos, aleijados, dementes e alienados. A maioria das ocorrências está entre os aleijados.

para os escravos com idade acima de 50 anos. Esse equilíbrio entre os sexos, no entanto, não determinou, segundo o recenseamento, uma grande ocorrência de casamentos entre os escravos. Somadas, as ocorrências de casados e viúvos entre os cativos ficaram perto dos 20% do total.

Considerados os dados dos inventários, foi possível perceber que, quanto maior a escravaria, maiores as ocorrências de uniões matrimoniais entre os cativos e, por conseguinte, maior a participação do número de crianças no conjunto da escravaria. Significa dizer que entre os maiores proprietários de cativos, a reprodução natural aparece como uma forma de manutenção da escravaria, certamente associada à aquisição de novos cativos.

Os dados de ocupação da população revelaram a existência de profissões exclusivas para pessoas livres e do sexo masculino, como os empregos públicos e algumas profissões manuais e mecânicas. Por outro lado, ocupações como o serviço doméstico e a costura mostraram-se predominantemente femininas. As principais atividades desenvolvidas na cidade eram as profissões agrícolas, que integram lavradores e criadores. Essa característica será evidenciada verificando-se a estrutura da propriedade acumulada pelos lavrense. A segunda ocupação mais frequente é o serviço doméstico. Essas características são comuns à livres e escravos. Verificou-se também que o grande número de pessoas desocupadas no município é determinado pela estrutura etária da população, já que os valores dos “sem profissão” se aproximam dos totais de crianças e idosos recenseados.

Espera-se ter conseguido, neste capítulo, fornecer as características essenciais da população lavrense, de forma a subsidiar a análise seguinte. A grande parcela cativa da população do município, bem como os detalhes de sua composição, atestam a importância do braço escravo na localidade. No próximo capítulo, a partir dos dados coletados nos processos de inventário, serão apresentadas as características da produção local, a composição da riqueza e a estrutura das propriedades.

4- A RIQUEZA DE LAVRAS A PARTIR DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

Como dito anteriormente, o objetivo do presente capítulo é identificar a estrutura da riqueza da população lavrense, em especial da sua elite econômica, verificando de que forma estava investida a riqueza da localidade. Dessa forma, espera-se identificar quais atividades possibilitaram a acumulação das fortunas encontradas no município. Para tanto, serão utilizados como fontes os processos de inventário abertos na localidade entre os anos de 1870 e 1888. Dentre os 487 processos de inventário disponíveis, foram selecionados dois conjuntos de processos que fundamentarão a análise proposta. O primeiro grupo representa uma amostra com 20% do total de processos. Para a escolha desse grupo, todos os inventários disponíveis foram dispostos em ordem crescente e foi feita a seleção de um em cada cinco processos. Essa forma de seleção seleciona inventários entre todos os níveis de riqueza distribuídos aleatoriamente pelo período ora pesquisado (Tabela 25).

Tabela 25 – Distribuição dos inventários da amostra por ano de abertura do processo - Lavras 1870-88

Ano	Nº de processos	Ano	Nº de processos
1870	5	1880	2
1871	3	1881	2
1872	5	1882	6
1873	8	1883	6
1874	6	1884	5
1875	5	1885	5
1876	7	1886	6
1877	6	1887	3
1878	5	1888	7
1879	5		
Total	55		42

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Essa amostra, que conta com 97 processos, 55 para a década de 1870 e 42 para a década de 1880, permitiu identificar as diferenças entre a forma de alocação da riqueza conforme os níveis de propriedade, desde os mais pobres até os mais abastados. A disposição dos processos conforme as faixas de riqueza é apresentada na tabela 26. Aqui cabe novamente a ressalva de que os inventários post mortem, ao serem utilizados como fontes, naturalmente excluem a parcela da população que, por não possuir bens ou herdeiros, não passam por esse

processo. Os casos dos inventariados pobres são, via de regra, determinados pela existência de credores ávidos pela recuperação dos valores devidos pelo inventariado.

Tabela 26 – Distribuição dos processos da amostra por tamanho da riqueza – Lavras 1870-88

Intervalos de riqueza	Ocorrências	%	Soma	%
até 1:000\$000	9	9	5.318.050	0
1:000\$001 a 2:000\$000	8	8	11.123.797	0
2:000\$001 a 10:000\$000	38	39	184.368.514	7
10:000\$001 a 50:000\$000	32	33	723.320.096	27
50:000\$001 a 200:000\$000	8	8	737.084.824	28
maior que 200:000\$000	2	2	1.015.413.336	38
Total	97	100	2.676.628.617	100

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Embora a maior concentração de processos, 72% das ocorrências, esteja nas faixas de riqueza entre dois e cinquenta contos de réis, o montante acumulado encontra-se concentrado nas faixas com inventários que apresentaram monte-mor superior a cinquenta contos de réis, são 10% dos processos que detêm 66% da riqueza inventariada. O índice de Gini verificado para esse grupo de inventários foi de 0,752.

O segundo grupo de inventários selecionados representa a elite local. Acredita-se que, embora não representem a totalidade da população, é a elite que dita a dinâmica da economia local e é responsável pela maior parcela da produção destinada à comercialização fora da localidade. O termo “elite” nessa concepção “qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”.¹²³ Representada nesta pesquisa pelos inventariados que possuíam mais de 20 cativos entre seus bens ou possuíam monte-mor superior a trinta contos de réis, são 83 os processos selecionados que se enquadram nessa característica, sendo 60 para a década de 1870 e 23 para a década de 1880 (Tabela 27). Essa diferença no número de processos torna fundamental a discussão sobre o perfil da elite nos anos finais do regime escravista. A diminuição do valor das propriedades parece estar diretamente ligada à desvalorização do escravo ou a sua inexistência entre os bens inventariados. Retomaremos essa questão mais à diante.

¹²³ BUSINO, Giovanni. *Elites et élitism*, citado por HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p 7.

Tabela 27 – Distribuição dos inventários da elite por ano de abertura do processo - Lavras 1870-88

Ano	Nº de processos	Ano	Nº de processos
1870	5	1880	6
1871	3	1881	1
1872	2	1882	4
1873	9	1883	3
1874	8	1884	2
1875	5	1885	0
1876	9	1886	6
1877	4	1887	1
1878	6	1888	0
1879	9		
Total	60		23

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

A distribuição dos processos por tamanho da riqueza, apresentada no Tabela 28, demonstra que, embora ainda haja um grupo de 5 proprietários que detêm 29,9% da riqueza, há uma melhor distribuição entre os inventariados que compõem o grupo e isso se deve claramente aos critérios utilizados na seleção. O índice de Gini para a propriedade da elite é de 0,450.

Tabela 28 – Distribuição dos processos da elite por tamanho da riqueza – Lavras 1870 - 88

Intervalos de riqueza	Ocorrências	%	Soma	%
até 30:000\$000	8	9,6	212:326.650	2,9
De 30:000\$001 a 50:000\$000	32	38,6	1.238:626\$000	16,7
50:000\$001 a 200:000\$000	38	45,8	3.748:130\$627	50,5
maior que 200:000\$000	5	6,0	2.217:618\$239	29,9
Total	83	100,0	7.416:701.516	100

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Visando uma melhor caracterização dos inventariados, foi realizado um esforço de classificação conforme a ocupação. Busca-se em especial perceber o perfil da ocupação de acordo com as diferentes faixas de tamanho da propriedade. Para classificar os inventariados por ocupação, serão utilizados critérios próximos aos aplicados por Marcos Ferreira de Andrade para o município de Campanha. Em seu trabalho, este autor considera que “a classificação adotada permite perceber que tipos de atividades eram mais recorrentes entre os

proprietários, indicando também o padrão das fazendas sul-mineiras.”¹²⁴ Foram consideradas pelo autor 6 categorias de atividades: agricultura, pecuária, agropecuária, mineração, comércio e engenho de açúcar. Andrade esclarece os critérios observados para as principais categorias encontradas:

Foram considerados como agricultores aqueles indivíduos que tinham arrolado entre seus bens algum tipo de produção de alimentos (milho, feijão, arroz, mandioca); como pecuaristas, todos os que se dedicavam exclusivamente à criação de animais (gado, cavalos, bestas, porcos e ovelhas); e como agropecuaristas, todos os proprietários que aparecem claramente envolvidos com as duas atividades, ou seja, os que se dedicavam à plantação e coleta de alimentos bem como à criação de animais.¹²⁵

O principal problema desta classificação é a possibilidade de o inventário não registrar a ocorrência de plantações de diferentes gêneros devido à sazonalidade da maioria das culturas encontradas na localidade. Plantações como a de milho, feijão e arroz podem não ser encontradas em uma propriedade unicamente em razão da época em que está sendo feito o inventário dos bens. Por essa razão, optou-se por considerar nesta pesquisa apenas a grande categoria, alinhada à categorização encontrada no recenseamento de 1872, “profissões agrícolas”, que abarcará todas as ocorrências de agricultores e pecuaristas.

Para viabilizar a classificação dos comerciantes, as ocorrências de dívidas ativas em “contas de livro” serão consideradas como principal indicador, além de referências mais diretas como aos “fundos do negócio” ou às “fazendas do comércio”. A ocorrência de valores alocados em dívidas ativas em que predominam as descritas como “crédito a prêmio” determinará a classificação do inventariado como “capitalista”. Também há ocorrências de inventários em que todo o valor está alocado em escravos e dívidas ativas. É o caso de Luísa Pimenta de Alvarenga, falecida em 1871, cujo monte-mor no valor de 5:552\$181 constitui-se de 3 escravos que representam 65,5% do total, e dívidas ativas que representam os outros 34,5%. Nesses casos, a ocupação considerada foi o aluguel de escravos. Essa classificação é possível se considerarmos que, mesmo sem a posse de terras, a profissão declarada na matrícula dos escravos era a de “roceiro”. São apenas 3 ocorrências desta natureza, todos com monte-mor inferior a dez contos de réis.

Igualmente ao encontrado por Andrade em Campanha, o padrão da ocupação em Lavras são as profissões agrícolas, em sua maioria representadas pelo consórcio das

¹²⁴ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008, p 40.

¹²⁵ Idem, 2008, p 40-41.

atividades de criação de animais e o cultivo de cereais. 79,4% dos inventariados estão nesta categoria. Foi verificada apenas uma ocorrência de comerciante que não se dedicava também a atividade agrícola. Trata-se de Ana Jacinta da Boa Morte, pequena comerciante falecida em 1871, cujo inventário somou a quantia de 2:827\$993 reis, e tinha entre seus bens uma escrava, uma casa assoalhada com espaço dedicado ao comércio, e o conjunto de tecidos e panelas que compunham seu modesto estoque. Os outros 4 comerciantes encontrados associavam a atividade comercial com atividades agrícolas. É o caso de Manoel Ignácio Dutra, falecido em 1873, cujo monte-mor somava 5:230\$690 reis, que associava o comércio em sua “botica homeopática” à uma pequena criação de animais. A associação entre produção e comércio também é verificada entre inventariados mais afortunados. Dona Maria Rita de Jesus, falecida em 1883, teve o conjunto de seus bens avaliados em 44:494\$364. Entre seus bens foi listado um “rancho de passageiros” e uma sorte variada de itens do comércio como ferraduras, tecidos, ferramentas e utensílios domésticos. A tabela 29 apresenta a ocupação dos 97 inventariados selecionados na amostra.

Tabela 29 – Ocupação dos inventariados da amostra - Lavras 1870-88

Ocupação	Nº	%
Profissões Agrícolas	77	79,4
Prof. Agrícolas/Comerciantes	4	4,1
Prof. Agrícolas/Capitalistas	2	2,1
Comerciante	1	1,0
Comerciante/capitalista	1	1,0
Aluga escravos	3	3,1
Impossível classificar	9	9,3
Total	97	100

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Os inventariados da amostra que foram classificados como capitalistas também estavam ligados a outro tipo de atividade. O Capitão José Antônio de Souza Lima, falecido em 1883, além de possuir mais de 250 contos de réis em dívidas ativas, 49,3% do monte-mor, o que o coloca seguramente como capitalista, possuía, entre seus bens, aproximadamente 70 contos de réis, 14% do monte-mor, em culturas como café, milho, arroz e feijão. Possuía também uma expressiva criação de gado, que representava 12% de sua riqueza e foi avaliada em pouco mais de 11 contos de réis.

Entre os inventariados da elite lavrense as profissões agrícolas também predominam. Como demonstrado na tabela 30, além de representarem 80,7% da ocupação dos

inventariados deste grupo, se somados os casos em que a ocupação agrícola aparece consorciada a outras atividades, temos 97,6% dos inventariados vinculados a essa atividade econômica. Tal fato não deixa dúvidas quanto a serem as atividades de cultivo e criação as formas mais eficazes de acumulação utilizadas pela elite lavrense. A atividade comercial, via de regra associada à produção, também aparece como forma de acumulação, haja vista a ocorrência dessas atividades consorciadas entre os inventários mais abastados do município.

Tabela 30 – Ocupação dos inventariados da elite - Lavras 1870-88

Ocupação	Nº	%
Profissões Agrícolas	67	80,7
Prof. Agrícolas/Comerciantes	11	13,3
Prof. Agrícolas/Capitalistas	3	3,6
Comerciante/capitalista	1	1,2
Impossível classificar	1	1,2
Total	83	100

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

As duas exceções que impediram que as atividades agrícolas estivessem em todos os inventários são um caso em que a classificação não foi possível e outro em que o inventariado que era comerciante/capitalista. A impossibilidade de classificação foi encontrada no inventário de Luciana Antônia de Jesus, falecida em 1886 na cidade de Lavras. Em seu inventário não foram listados nenhum dos ativos que a classificariam em alguma categoria de ocupação considerada nesta pesquisa. Dos 49 contos de réis que compõem sua riqueza, 40 são referentes a fazenda do “Mato Dentro” que, embora não tenha detalhes suficientes para permitir a classificação, traz a descrição genérica das terras contendo “culturas, campos e matas virgens”. Considerando essa descrição, é bastante provável que a atividade principal da fazenda fosse a cultura de alimentos, mas a ausência de qualquer valor alocado especificamente nesse ativo impede que ela seja considerada como tal. O segundo caso não ligado às atividades agrícolas não deixa dúvidas. Trata-se do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, falecido em 1879, cuja propriedade não contava com nenhum ativo de caráter rural.

A importância da categoria agrícola na ocupação será evidenciada na estrutura da riqueza apresentada nos inventários. Antes de tratarmos sobre a participação de cada ativo na riqueza do município, buscaremos observar o que de comum nas propriedades, para além das diferentes dimensões e faixas de riqueza. A tabela 31 traz a frequência em que cada tipo de ativo foi encontrado nos inventários da amostra e da elite, bem como a concentração da

propriedade de cada tipo de ativo.

Tabela 31 – Número de ocorrências e concentração por tipo de ativo – Lavras 1870-88

Ativos	Amostra			Elite		
	Ocorrências	%	Índice de Gini	Ocorrências	%	Índice de Gini
Bens móveis	93	95,9	0,633	82	98,8	0,40
Animais	85	87,6	0,699	81	97,6	0,494
Escravos	75	77,3	0,713	83	100	0,368
Ingênuos	25	25,8	0,88	48	57,8	0,644
Imóveis Rurais	81	83,5	0,73	81	97,6	0,484
Imóveis Urbanos	44	45,4	0,918	57	68,7	0,779
Culturas e Mantimentos	44	45,4	0,931	67	80,7	0,745
Dinheiro	22	22,7	0,962	35	42,2	0,859
Dívidas Ativas	49	50,5	0,95	59	71,1	0,863
Ações	7	7,2	0,974	6	7,2	0,963
Dívidas Passivas	60	61,9	0,839	45	54,2	0,777

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor. O Gini de todos os ativos foi calculado considerando o valor monetário dos bens.

Embora os bens móveis sejam os ativos mais frequentes nos inventários, os ativos que parecem caracterizar a economia local são os imóveis rurais, os escravos e os animais. Embora apresentando um alto índice de concentração, considerando o fato de 83,5% dos inventariados serem proprietários de terras, não há como negar que era no universo rural que a vida econômica lavrense se realizava. A ocorrência de animais em 87,6% dos inventários também atesta a importância da criação de animais para a economia local, principalmente se observarmos a frequência quase absoluta entre os inventariados da elite. Além da alta concentração da propriedade deste ativo, será observado mais adiante que a estrutura da propriedade é bastante diferenciada entre as faixas de riqueza. Os escravos, presentes em 77,3% dos inventários, atestam o predomínio do braço cativo como mão de obra na localidade.

As dívidas ativas, frequentes em 50,5% dos inventários da amostra e 71,1% dos inventários da elite, e representativas de expressiva parcela do total inventariado, são determinadas em certa medida pela baixa ocorrência de dinheiro em espécie entre os bens arrolados. Este ativo, além de estar presente em apenas 22,7% dos inventários da amostra, apresenta uma concentração bastante elevada, atestando a necessidade de crédito para movimentação de mercadorias na localidade. A expressiva ocorrência de dívidas passivas ajuda a fortalecer este argumento.

A maior frequência de ingênuos entre os inventários da elite está ligada a constatação apresentada no capítulo anterior, de que em escravarias maiores há a maior propensão ao matrimônio e conseqüentemente à reprodução. Os imóveis urbanos também são mais frequentes entre a elite, mas como veremos, sua participação relativa no montante da riqueza é baixa. Feita essa observação sobre a ocorrência dos tipos de ativos no conjunto dos inventários, passemos a análise da composição da riqueza observando o peso relativo dos ativos.

4.1- Bens Móveis

Como dito, os bens móveis são os ativos mais comuns, tanto entre a amostra quanto entre a elite. Todos os casos em que não foram avaliados os bens móveis estão entre os inventariados mais pobres, onde um nível maior de detalhamento parecia não interessar aos herdeiros. Entre os inventariados mais abastados, a ocorrência de joias, metais preciosos, porcelanas importadas determinava que a avaliação fosse mais detalhada, devido ao interesse dos beneficiários da partilha. No inventário dos poucos bens de Felisberto Pimenta de Oliveira, falecido em 1882, os bens móveis avaliados se resumem ao mobiliário de sua casa, roupas de cama e mesa, utensílios de cozinha e algumas ferramentas. Tudo isso avaliado em 79 mil réis. O monte-mor do processo é inferior a um conto de réis¹²⁶. Quando se considera propriedades um pouco maiores, com monte-mor entre dois e dez contos de réis, a quantidade, variedade e qualidade dos móveis começa a alterar-se, iniciando o registro de algumas joias, por exemplo. No inventário de Justina Martyr de São Pedro, pequena criadora de gado falecida em 1878, cujo monte-mor chegou a quase 5 contos de réis, foram listados entre os bens móveis um cordão, um rosário e um par de brincos, todos de ouro, avaliados 45 mil réis. Além desses objetos foram listados o mobiliário da casa, utensílios de cozinha, ferramentas e duas rodas de fiar. Todos os móveis somaram pouco mais de 496 mil réis¹²⁷.

¹²⁶ CEMEC – Inventário de Felisberto Pimenta de Oliveira, 1882. Caixa 217.

¹²⁷ CEMEC – Inventário de Justina Martyr de São Pedro, 1878. Caixa 202.

Tabela 32 – Distribuição da riqueza dos inventários da amostra e da elite por tipo de ativo – Lavras 1870-88

Ativos	Amostra	%	Elite	%
Bens móveis	67:085\$597	2,5	153:863\$072	2,1
Animais	126:625\$526	4,7	367:438\$336	5,0
Escravos	667:485\$104	24,9	1.867:550\$937	25,2
Ingênuos	7:430\$975	0,3	10:244\$101	0,1
Imóveis Rurais	702:858\$427	26,3	2.593:899\$364	35,0
Imóveis Urbanos	101:050\$243	3,8	138:812\$058	1,9
Culturas e Mantimentos	103:188\$065	3,9	164:773\$187	2,2
Dinheiro	125:070\$115	4,7	286:273\$616	3,9
Dívidas Ativas	761:971\$506	28,5	1.811:457\$233	24,4
Ações	13:868\$070	0,5	22:389\$620	0,3
Monte-mor	2.676:628\$617	100	7.416:701\$516	100
Dívidas Passivas	257:229\$118	9,6	539:069\$742	7,3
Monte-menor	2.419:399\$497	90,4	6.877:631\$767	92,7

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Já é possível perceber uma mudança considerável no conjunto dos móveis em inventários com monte-mor próximo a vinte contos de réis. É o caso de Joaquim Bueno Goulart Brum, um agropecuarista falecido em 1875. Seu inventário somou a quantia aproximada de 19 contos e seiscentos mil réis. Seus bens móveis, que representam 9% desse total, são os recorrentes mobiliários domésticos e utensílios de cozinha, mas em seu conjunto constam itens diferenciados como “os utensílios pertencentes à adega”, avaliados em 44 mil réis, estante para livros com uma coleção de 98 livros diversos avaliados em 176 mil réis, além de louça chinesa e alguns talheres e copos de prata¹²⁸. Fica evidente que, à medida que se aumenta a fortuna do inventariado, o padrão dos bens móveis se altera, já que o mesmo passa a consumir objetos de luxo, certamente importados, que o identificam como possuidor daquela riqueza.

4.2- Dívidas Ativas, Dívidas Passivas e Dinheiro

Afonso de Alencastro Graça Filho, em seu já referido trabalho acerca do município de São João Del Rei, relaciona a ocorrência frequente de dívidas ativas à escassez de moeda. Ele afirma que “a presença de grandes valores em dívida ativa fora frequente nos inventários dos maiores negociantes sanjoanenses até fins do império, podendo ser vista como uma evidência da restrição crônica de numerário em Minas”.¹²⁹ Os números expressos nos inventários parecem corroborar com essa afirmação. Há uma importante frequência de dívidas ativas e

¹²⁸ CEMEC – Inventário de Joaquim Bueno Goulart Brum, 1875. Caixa 188.

¹²⁹ Afonso Alencastro Graça Filho. *A princesa do oeste e o mito...*, 2002. p 72.

passivas junto à ocorrência um tanto tímida de valores em dinheiro. Entre os inventários, tanto da amostra quanto da elite, o dinheiro não chega a representar nem 5% do monte-mor total.

A tabela 32 apresenta a distribuição da riqueza da amostra e da elite por tipos de ativos. Entre os inventariados da amostra, o ativo com a maior representação no monte-mor são as dívidas ativas. Estas representam 28,5% do total inventariado enquanto os imóveis rurais representam 26,3% do montante. Em estudo sobre o município de Campanha, Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho encontraram a maior parcela da riqueza inventariada alocada em bens imóveis rurais, representando 46,5% da riqueza inventariada, enquanto as dívidas ativas representam a parcela de 13,5%¹³⁰. O predomínio dos bens imóveis no valor dos inventários também foi observada por Luciana Suarez Lopes em estudo sobre Ribeirão Preto¹³¹. Os bens imóveis rurais são preponderantes entre a elite lavrense, embora as dívidas ativas ainda representem uma parcela importante da riqueza total.

Os principais detentores de dívidas ativas são o capitalista e agropecuarista Coronel José Antônio de Souza Lima, falecido em 1883, que possuía pouco mais de 250 contos de réis aplicados em dívidas ativas, aproximadamente 49% do total inventariado¹³², e o capitalista e negociante Capitão Silvestre Alves de Azevedo, falecido em 1879, cujo valor aplicado em dívidas ativas alcança os 350 contos de réis, representando 70% do total inventariado¹³³.

Dos 97 processos lidos na amostra, 49 também apresentam quantias aplicadas em dívidas ativas, não com o mesmo vulto desses últimos, mas o fato é que existem e indicam a existência de uma oferta de crédito local, seja de pequeno valor, principalmente nos casos de contas correntes em casas de comércio, seja de maior peso, emprestado a prêmio pré-fixado. Infelizmente, a listagem dos devedores dos dois inventários citados não tem detalhes suficientes para identificarmos a destinação final dos recursos emprestados, mas há registros de empréstimos a pessoas jurídicas como o registrado no inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo “que deve João Fernandes de Oliveira e Companhia (sic), dezoito contos, trezentos e setenta e quatro mil e oitocentos e vinte réis”¹³⁴. E também há empréstimos pessoais, como o encontrado entre os ativos do Capitão José Antônio de Souza Lima “que deve o Capitão José Caetano de Lima, por crédito firmado em seis de maio de mil oitocentos e oitenta e dois, a prêmio de oito por cento ao ano, no valor de Setenta e dois contos, cento e

¹³⁰ Alexandre Macchione Saes e Antoniel Avelino Filho. *Campanha da Princesa na última década do escravismo*. VII Seminário Nacional do Centro de Memória UNICAMP – CMU. Campinas, 2012.

¹³¹ LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14riqueza.pdf>, acesso em 02/04/2012.

¹³² CEMEC – Inventário do Coronel José Antônio de Souza Lima, 1883. Caixa 223.

¹³³ CEMEC – Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, 1879. Caixa 206.

¹³⁴ Idem.

onze mil e trezentos e quinze réis”¹³⁵. Entre os inventários da elite a ocorrência de dívidas ativas nos inventários é maior, dos 83 processos desse grupo, 59 possuem este ativo entre os bens arrolados. As características dos créditos são as mesmas, variando apenas o volume de riqueza aplicado por empréstimo, sendo mais frequentes os empréstimos de maior valor.

Os mecanismos de garantia desses créditos são, primeiramente, os bens do solicitante e, como acessório, aparecem os abonos, que são garantias dadas por terceiros ao crédito efetuado. Quanto ao custo do crédito, o inventário do Capitão Flávio Antônio da Silva, falecido em 1873, traz em suas dívidas passivas o registro de dívidas por crédito a prêmio de 8 e 10% ao ano¹³⁶. Os passivos do Alferes Manoel Corrêa Affonso, agropecuarista falecido em 1876, registram créditos efetuados a custo de 6 e 8% ao ano¹³⁷. Enfim, de todos os dados de dívidas não houve nenhum registro de taxa superior a 1% ao mês.

É importante deixar claro que essa grande importância das dívidas ativas na composição da riqueza não é o padrão quando consideradas as diferentes faixas de riqueza. A tabela 33 apresenta essa diferenciação. Entre os inventariados com propriedade de até um conto de réis não há ocorrência deste ativo. Na faixa de inventariados que somam a partir de 1 conto até 10 contos de réis, esse ativo não representa mais que 5% da riqueza. Entre os inventariados com riqueza entre 10 e 50 contos e 50 e 200 contos, a representatividade das dívidas ativas é de 13,7% e 6,9%, respectivamente. Somente entre os inventariados que possuem riquezas superiores a 200 contos de réis é que as dívidas ativas alcançam os valores mais expressivos, representando 59,5% do total inventariado nessa faixa de riqueza e alcançando valor pouco superior a 600 contos de réis. Esse valor elevado encontrado entre os maiores processos é que responde pela grande participação das dívidas ativas no conjunto da riqueza local, não representando, portanto, o padrão da composição da riqueza lavrense.

¹³⁵ CEMEC – Inventário do Coronel José Antônio de Souza Lima, 1883. Caixa 223.

¹³⁶ CEMEC – Inventário do Capitão Flávio Antônio da Silva, 1873. Caixa 177.

¹³⁷ CEMEC – Inventário do Alferes Manoel Corrêa Affonso, 1876. Caixa 193.

Tabela 33 – Distribuição da riqueza dos inventários da amostra por tipo de ativo e por faixa de riqueza – Lavras 1870-88

Intervalos de riqueza	até 1:000\$000	%	1:000\$001 a 2:000\$000	%	2:000\$001 a 10:000\$000	%	10:000\$001 a 50:000\$000	%	50:000\$001 a 200:000\$000	%	maior que 200:000\$000	%
Bens móveis	721\$009	13,6	1:119\$628	10,1	10:538\$422	5,7	32:702\$514	4,5	14:996\$654	2,0	7:007\$370	0,7
Animais	1:516\$726	28,5	1:947\$241	17,5	13:317\$527	7,2	47:711\$452	6,6	50:715\$450	6,9	11:417\$130	1,1
Escravos	0	0,0	1:682\$850	15,1	79:160\$747	42,9	246:081\$592	34,0	267:151\$245	36,2	73:408\$670	7,2
Ingênuos	0	0,0	0	0,0	44\$855	0,2	3:990\$050	0,6	1:691\$290	0,2	1:303\$780	0,1
Imóveis Rurais	1:843\$386	34,7	5:203\$384	46,8	61:145\$313	33,2	247:392\$192	34,2	295:451\$427	40,1	91:822\$725	9,0
Imóveis Urbanos	1:164\$840	21,9	480\$600	4,3	9:387\$050	5,1	12:688\$005	1,8	17:774\$480	2,4	59:555\$268	5,9
Culturas e Mantimentos	0	0,0	179\$928	1,6	2:296\$698	1,2	15:003\$679	2,1	13:931\$992	1,9	71:775\$768	7,1
Dinheiro	72\$090	1,4	4\$698	0,0	52\$685	0,3	18:264\$002	2,5	22:775\$969	3,1	83:427\$671	8,2
Dívidas Ativas	0	0,0	505\$470	4,5	7:377\$618	4,0	98:886\$666	13,7	50:903\$298	6,9	604:298\$454	59,5
Ações	0	0,0	0	0,0	178\$600	0,1	599\$950	0,1	1:693\$020	0,2	11:396\$500	1,1
Monte-mor	5:318\$050	100	11:123\$797	100	184:368\$514	100	723:320\$096	100	737:084\$824	100	1.015:413\$336	100
Dívidas Passivas	553\$139	10,4	2:898\$150	26,1	32:134\$647	17,4	111:666\$538	15,4	71:532\$813	9,7	38:443\$831	3,8
Monte-menor	4:764\$910	89,6	8:225\$649	73,9	152:233\$866	82,6	611:653\$555	84,6	665:552\$012	90,3	976:969\$505	96,2

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Entre os inventariados mais pobres, as dívidas passivas passam à posição de destaque, chegando a representar 26,1% do valor dos bens dos inventariados com riqueza entre um e dois contos de réis. É o caso de Severino da Silva Guedes, falecido em 1872, cujos bens somaram pouco mais de um conto de réis. Suas dívidas passivas somam 521\$880 e representam 49,4% do total inventariado. Essas dívidas são referentes a 21 pequenos créditos efetuados pelo inventariado com diferentes credores, sendo o principal deles o comerciante Luís Crescêncio Carlos de Alvarenga, a quem devia nove diferentes créditos que representam aproximadamente um terço do total devido.¹³⁸ Mas entre os inventariados mais abastados também há ocorrências de grandes devedores. É o caso de Dona Maria José do Nascimento, pecuarista e comerciante falecida em 1877, que teve seu monte-mor avaliado em pouco mais de cinquenta e oito contos de réis. Suas dívidas chegavam a quase quarenta contos de réis e representavam 67,8% do total inventariado¹³⁹. Também Francisco Afonso Correa, agropecuarista falecido em 1882, teve a maior parcela de seus ativos subtraída pelas dívidas ativas. São 86,9% do monte-mor, cerca de trinta e três contos e quinhentos mil réis, em passivos¹⁴⁰.

¹³⁸ CEMEC – Inventário de Severino da Silva Guedes, 1872. Caixa 175.

¹³⁹ CEMEC – Inventário de Dona Maria José do Nascimento, 1877. Caixa 197.

¹⁴⁰ CEMEC – Inventário de Francisco Afonso Correa, 1882. Caixa 218.

O fato das dívidas passivas serem mais frequentes entre os inventários de menor valor atestam o que seria a principal motivação para abertura desses processos. O arrolamento dos bens, mesmo que escassos, servia para atender aos credores ávidos pela recuperação de seus recursos. Mas não havia garantia de pagamento total das dívidas, pois ocorrem casos de riquezas líquidas negativas. É o que se pode inferir de registros como Jacintho Eusébio Faria, pequeno criador de gado falecido em 1872. Suas posses, avaliadas no total de 3:256\$200, não foram suficientes para quitar suas dívidas que somaram mais de dez contos de réis. Entre os inventariados da amostra, trata-se do único caso verificado¹⁴¹. Esse fenômeno também ocorre entre os inventariados com maior monte-mor. Foram verificados dois casos entre a elite. O Capitão Joaquim Custódio Pereira, agropecuarista falecido em 1878, cujos bens somaram uma quantia pouco superior a quarenta contos de réis, teve suas dívidas passivas avaliadas em montante superior a cinquenta contos de réis¹⁴².

O que acreditamos ser o impacto dessas ocorrências de riquezas líquidas negativas é o efeito cascata, no qual a ausência do pagamento de uma pessoa determina o não pagamento dos seguintes. O segundo caso de riqueza negativa está no inventário de Leandro Rodrigues da Silva, falecido em 1877, é esclarecedor sobre essa questão. Leandro é um comerciante cujos bens foram avaliados em pouco mais de trinta e sete contos de réis. A parcela dos seus bens que são referentes ao comércio são “as fazendas do negócio”, avaliadas em pouco mais de quatro contos de réis, e as dívidas ativas, no valor de onze contos de réis. Ocorre que o total das dívidas ativas aparece dividido entre “ativo cobrável” e “ativos perdidos”, e estes representam aproximadamente 50% das dívidas ativas. Essa parcela de ativos perdidos contribui para o resultado negativo da riqueza de Leandro, que tem dívidas passivas no valor de cinquenta e nove contos de réis, quase vinte contos a mais que o total de sua riqueza¹⁴³. Nesses casos em que a soma dos ativos não é suficiente para cobrir as obrigações deixadas pelo inventariado, procedia-se ao rateio para destinar quantia proporcional aos valores devidos a cada credor.

Como vimos, a ocorrência expressiva de dívidas entre os inventários se deve, em grande medida, à escassez de moeda. A tabela 33 apresenta de forma clara a realidade da maior parcela da população. Entre os inventariados com propriedades com monte-mor de até 10 contos de réis, que representam 56% da população inventariada, mesmo somadas, as quantias em dinheiro encontradas não chegam a um conto de réis.

¹⁴¹ CEMEC – Inventário de Jacintho Eusébio Faria, 1872. Caixa 174.

¹⁴² CEMEC – Inventário do Capitão Joaquim Custódio Pereira, 1878. Caixa 200.

¹⁴³ CEMEC – Inventário de Leandro Rodrigues da Silva, 1877. Caixa 197.

Encontrados tanto em moedas de ouro e prata como em papel, este último mais frequente, o dinheiro só aparece com maiores valores entre os inventariados mais abastados. No inventário de Dona Maria do Carmo da Conceição, agropecuarista falecida em 1879, foram listados 3 contos de réis em moedas de ouro, 451 mil réis em “dinheiro em prata”, e 27 contos de réis em dinheiro, que representam 20,1% do seu monte-mor¹⁴⁴. O capitão Silvestre Alves de Azevedo possuía entre seus bens a quantia de 83 contos de réis em dinheiro em notas¹⁴⁵. Embora mais frequente entre os inventariados da elite, havendo o registro desse ativo em 42,2% dos inventários, a maioria das ocorrências é de pequenos valores. As importâncias em dinheiro de maior vulto, superiores a 10 contos de réis, ocorrem em apenas sete casos, no entanto, detêm 68,4% de todo o dinheiro inventariado.

4.3- Bens Imóveis Rurais e Culturas

Como visto, o número de ocorrências coloca os imóveis rurais¹⁴⁶, juntamente com os escravos, que serão tratados mais adiante, como os principais ativos que compõem a riqueza local. Não raro, os imóveis rurais representam parcela superior a 50% do valor total dos inventários, isso ocorre em 36% dos casos. Novamente, a tabela 33 ajuda a ilustrar essa informação. Em quase todas as faixas de riqueza há o registro de imóveis rurais ocupando parcelas superiores a 30% do total e superando os 40% entre as propriedades de valor entre um e dois contos de réis e cinquenta a duzentos contos de réis. Apenas entre os maiores inventários, com monte-mor superior a duzentos contos, os imóveis rurais representam menos de 10% do total inventariado, esta característica pode ser atribuída à maior diversidade dos investimentos dos proprietários mais abastados¹⁴⁷.

Os imóveis rurais se compõem principalmente das fazendas e benfeitorias encontradas nas mesmas. A principal diferença aqui é a dimensão dessas propriedades. Enquanto entre os inventariados das menores faixas de riqueza a propriedade consiste da morada e um pequeno quintal, na medida em que se aumenta a faixa de riqueza, a fazenda adquire uma melhor

¹⁴⁴ CEMEC – Inventário de Dona Maria do Rosário da Conceição, 1879. Caixa 205.

¹⁴⁵ CEMEC – Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, 1879. Caixa 206.

¹⁴⁶ A classificação dos imóveis quanto à natureza, se rurais ou urbanos, foi feita com base na descrição dos inventários. Os imóveis rurais tinham sua localização informada vinculando o bem descrito a alguma fazenda, já os imóveis urbanos tinham sua localização vinculada à algum distrito.

¹⁴⁷ O baixo valor relativo dos imóveis rurais entre os inventários com monte-mor superior a 200 contos de réis se deve ao inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, que somava importância superior a quinhentos contos de réis e não possuía imóveis rurais entre seus bens. Se desconsiderado o seu inventário, a participação dos imóveis rurais no monte da referida faixa de riqueza sobe para próximo de 20%.

estrutura, tanto ligada ao suporte à produção quanto ao conforto dos proprietários. Entre os mais abastados, a propriedade adquire ares de autossuficiência e imponência nas benfeitorias.

Podemos ilustrar o caso dos inventariados mais pobres com base nos inventários de José Marciano de Souza, falecido em 1884, cujo inventário soma a pequena quantia de 458 mil e quinhentos réis. Sua propriedade rural consistia da “sexta parte da metade de terras de cultura” avaliadas apenas em 37 mil réis¹⁴⁸. Falecido em 1870, José Bernardo de Freitas, teve os bens avaliados em 899 mil réis. Seus bens rurais são “as benfeitorias do terreiro da fazenda Triste Vida” e “as terras de cultura e pasto da mesma fazenda”¹⁴⁹, somando juntos 605 mil réis, 67% do total de seus bens.

Já entre os grandes proprietários, os imóveis rurais ganham importância, e trazem em suas descrições a estrutura de grandes fazendas. Tenha-se como exemplo a Fazenda da Serra, de propriedade de Domingos Marcelino dos Reis, agropecuarista falecido em 1873, que tem “casa de vivenda, engenho de pilões, dois moinhos, dois paiois, casa de despejo, senzalas, tenda de ferreiro, monjolo, curraes (...)”¹⁵⁰ e a fazenda da Cachoeirinha, de propriedade do Alferes Manoel Corrêa Affonso, também agropecuarista, falecido em 1876, que conta com “casa de vivenda, dois paiois, casa de despejo, tenda de ferreiro, moinho, monjolos, ranchos para carro (...) engenhos de cana (...)”¹⁵¹.

Diretamente ligada à estrutura das propriedades rurais está a ocorrência de engenhos, necessários à produção de rapaduras, açúcar e aguardente. Cabe aqui uma ressalva acerca da ocorrência de alambiques nas propriedades. Por vezes, o pequeno número de alambiques verificado é determinado pela descrição dos bens nos inventários. Em grande parte dos processos, os engenhos são listados em conjunto com seus pertences que incluem, além dos tachos utilizados na fabricação de açúcar e rapaduras, o alambique, utilizado na fabricação de aguardente. É o que ocorre entre os bens de Francisco Antônio Pereira, agropecuarista falecido em 1875. Em seu inventário, a descrição do engenho acabou por descrever o que se entendia por pertences do mesmo. Foi avaliado um engenho de cana cujos pertences eram “trinta e quatro formas, um gamelão, quatro tachos, um alambique e uma pipa”¹⁵². Portanto, a ausência de alambiques nos processos não deve ser interpretada como inexistência dos mesmos, pois, além do grande número de ocorrências como as referidas, é frequente a ocorrência, em propriedades onde não são encontrados engenhos e alambiques, grandes

¹⁴⁸ CEMEC – Inventário de José Marciano de Souza, 1884. Caixa 230.

¹⁴⁹ CEMEC – Inventário de José Bernardo de Freitas, 1870. Caixa 166.

¹⁵⁰ CEMEC – Inventário de Domingos Marcelino dos Reis, 1873. Caixa 177.

¹⁵¹ CEMEC – Inventário do Alferes Manoel Corrêa Affonso, 1876. Caixa 193.

¹⁵² CEMEC – Inventário de Francisco Antônio Pereira, 1875. Caixa 187.

quantidades de unidades de armazenamento de aguardente. Entre os inventários da amostra, há engenhos de cana arrolados em 21 propriedades. Destas, 16 possuem monte-mor superior a 30 contos de réis. A concentração das ocorrências em propriedades maiores é confirmada pelo número de engenhos listados entre os inventariados da elite. São 42 registros de proprietários de engenhos nessa categoria.

Embora Bernardo Saturnino da Veiga faça referência a uma produção de açúcar destinada apenas ao mercado interno e a uma “diminuta” exportação de aguardente¹⁵³, foram encontradas grandes quantidades desses produtos em algumas propriedades onde foram listados engenhos de cana. Por exemplo, no inventário de Rita de Cássia Andrade, agropecuarista falecida em 1886, a existência de “1500 Kg de açúcar em formas e 20 pipinhas de aguardente” além de plantação de milho, feijão, cana e mandioca¹⁵⁴. Também há o caso de José Antônio Pereira da Silva, também agropecuarista falecido em 1886, que possuía 1800 Kg de açúcar e 50 barris de aguardente, além de uma pequena plantação de café, fumo e mandioca.¹⁵⁵

As culturas e mantimentos também estão diretamente relacionadas aos bens imóveis rurais por representarem, ao lado da criação de animais, a produção das fazendas. Entre os inventários da amostra, o maior registro de culturas e mantimentos foi verificado entre os bens do Coronel José Antônio de Souza Lima. Avaliados em mais de 70 contos de réis, foram listados basicamente culturas de café plantadas em propriedades no interior de São Paulo, em São José do Rio Pardo, termo de Casa Branca¹⁵⁶. Cabe ressaltar que apenas 9 dos inventariados da amostra apresentaram plantações de café entre as culturas. Entre os inventariados da elite lavrense, são 13 ocorrências de plantações de café. O café encontrado em fazendas da localidade frequentemente estava em pequenas plantações em consórcio com outros produtos agrícolas.¹⁵⁷

¹⁵³ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach* ..., 1874. p. 31.

¹⁵⁴ CEMEC – Inventário de Rita de Cássia Andrade, 1886. Caixa 243.

¹⁵⁵ CEMEC – Inventário de José Antônio Pereira da Silva, 1886. Caixa 240. Marcelo Magalhães Godoy, em trabalho sobre a atividade canavieira na Minas Gerais oitocentista, afirma a proeminência de Minas como produtora de açúcar e aguardente no período, tendo como foco o abastecimento do mercado interno. Ver Marcelo Magalhães Godoy. *O primado do mercado interno – A proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucazeiras tradicionais no Brasil*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 815-848, out.-dez. 2008.

¹⁵⁶ CEMEC – Inventário de José Antônio de Souza Lima, 1883. Caixa 223.

¹⁵⁷ O cultivo do café da região sul da província, iniciado em algumas localidades na década de 1860, passaria a ter expressão nas exportações provinciais apenas a partir da década de 1880. Ver Alexandre Macchione Saes; Fábio Francisco de Almeida Castilho. *Cortando a Mantiqueira*..., 2013. Também, segundo o já referido trabalho de Cristiano Restitutti, as exportações de café registradas pela fronteira Sul Extremo chegam à década de 1880 com baixa participação nas exportações totais. Ver tabela 04. Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da província*..., 2006.

Na fazenda do Barreiro, arrolada entre os bens de Manoel Antônio Pereira, agropecuarista falecido em 1873, foi registrada uma pequena plantação de café junto a um bananal, avaliada em conjunto pela modesta quantia de 60 mil réis. Na mesma propriedade foram registradas plantações de fumo, milho, algodão, mamona, cana e mandioca. O conjunto das culturas foi avaliado em pouco mais de dois contos e seiscentos mil réis¹⁵⁸. Entre os bens de Maria dos Santos da Fonseca, agropecuarista falecida em 1878, foi listada “uma chácara contendo cafeeiros, algumas mangueiras e mais plantações”, avaliada em 200 mil réis. Além dessa chácara foram citadas culturas de milho, feijão, arroz, mamona, algodão e cana¹⁵⁹. É fato que o café não aparece com frequência razoável nos inventários para que possa ser considerado uma cultura comum na localidade. Ele é, antes, um tipo de plantação que parece estar sendo descoberta e experimentada pelos produtores lavrenses, sendo cultivado paralelamente aos demais gêneros já tradicionais da localidade. Há estudos que comprovam que, em várias regiões onde tradicionalmente se cultivava alimentos, o café foi sendo introduzido na lavoura sem que fosse abandonado o plantio dos mais variados gêneros de abastecimento¹⁶⁰.

A cultura mais frequente entre os inventariados foi a do milho, importante para a alimentação dos animais e manutenção das fazendas. Mas também foram verificadas ocorrências de arroz, feijão, cana, algodão, fumo, mamona, mandioca e amendoim. Em seu Almanaque de 1874, Bernardo Saturnino da Veiga destaca o fumo e o algodão como culturas de expressão em Lavras, destinadas à exportação¹⁶¹. Enfim, considerando a já referida limitação dos processos de inventário como fontes para afirmação quanto à dimensão da produção de gêneros agrícolas, o que se mostra relevante ao verificar a ocorrência dessas culturas é constatar na localidade a produção de todos os gêneros apontados pela historiografia.

4.4- Bens Imóveis Urbanos

¹⁵⁸ CEMEC – Inventário de Manoel Antônio Pereira, 1873. Caixa 181.

¹⁵⁹ CEMEC – Maria dos Santos da Fonseca, 1878. Caixa 202.

¹⁶⁰ Lélío Luiz de Oliveira. *Ao lado do café...*, 2003; RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província...*, 2006; Marcel Pereira da Silva. *De Gado a Café...*, 2012.

¹⁶¹ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach* ..., 1874. p. 31.

Os imóveis urbanos¹⁶² estão presentes em 45,4% dos inventários da amostra, representando 3,8% do total do monte-mor, e aparecem em 68,7% dos processos de inventário da elite, representando 1,9% do valor total arrolado.

Apresentando também uma forte concentração da propriedade, chama atenção a grande participação desse ativo na riqueza dos inventariados pobres, com riqueza inferior a um conto de reis. Isso se deve ao fato de não haver entre os inventariados desta categoria a ocorrência simultânea de imóveis rurais e urbanos. O contrário ocorre entre os proprietários da elite, o padrão dos imóveis rurais, onde ocorrem, é ser complementar à propriedade rural.

Vejamos como exemplo o caso de Felisberto Pimenta de Oliveira, falecido em 1882. Seu único ativo imóvel é “uma morada de casas no distrito desta cidade [Lavras]”, avaliada em 500 mil réis e representando 84% do valor de seu monte-mor. Além da casa, Felisberto possuía alguns móveis, avaliados em 79.490 réis e um “cavalo pangaré”, que valia outros 16 mil réis¹⁶³. A ausência de outros bens de valor no inventário de Felisberto supervaloriza a representação do imóvel urbano entre seus bens, o que acaba por influenciar a participação desse ativo na composição da riqueza de toda a parcela de inventariados menos favorecidos. Já Dona Maria Rita de Jesus, comerciante e agropecuarista falecida em 1883, possuía, além de uma propriedade rural avaliada em quase oito contos de réis, “uma morada de casas, com parte assoalhada e mais cômodos cobertos de telhas, quintal e mais benfeitorias na rua do largo da Matriz”, avaliada em um conto e quinhentos mil réis. Além dessa casa principal, ainda possuía outros cinco imóveis na cidade, três outras casas menores e dois terrenos.

Mas embora haja a maior frequência de imóveis urbanos entre as posses da elite, o que predomina são os imóveis rurais. Somente predomina a propriedade urbana entre os bens do já citado Capitão Silvestre Alves de Azevedo. Cabe salientar, nesse caso, que dos 61:131\$500 referentes aos bens imóveis, 44:000\$000 representam duas casas e um terreno situados no Rio de Janeiro. O restante são casas em Lavras, parte na “casa que se fez para o colégio junto a casa de instrução” e “parte no teatro desta cidade”¹⁶⁴. Vale reforçar tratar-se de uma exceção, um desvio, o que define os ativos imóveis entre os inventariados lavrenses é a propriedade rural, conforme analisado anteriormente.

4.5- Animais

Bernardo Saturnino da Veiga informa em seu almanaque de 1874 que

¹⁶² Ver nota 147.

¹⁶³ CEMEC – Inventário de Felisberto Pimenta de Oliveira, 1882. Caixa 217.

¹⁶⁴ CEMEC – Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, 1879. Caixa 206.

dos animais domésticos úteis para a alimentação, serviço e indústria do homem, como sejam: bois, cavalos, bestas, carneiros, cabras, porcos, etc., entre os quadrúpedes; e galinhas, patos, perús, marrecos, etc., entre os bípedes; possuímos quantidade extraordinária, e tão superior às necessidades da população que são esses animais vendidos por ínfimo preço (sic)¹⁶⁵.

Há também, conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, recorrentes afirmações acerca da criação de gado em terras mineiras, em especial no triângulo mineiro e no sul da província¹⁶⁶. Embora a criação de galinhas, patos e perus informada por Saturnino da Veiga como de grande expressão não tenha sido verificada em nenhum dos inventários utilizados nesta pesquisa, tanto entre a amostra quanto entre a elite, suas informações acerca dos bois, cavalos, porcos, bestas e carneiros parecem ser acertadas.

Presente na grande maioria dos inventários, os animais, juntamente às culturas e mantimentos, parecem caracterizar a economia do município de Lavras. Embora a participação do rebanho no monte-mor total seja de 4,7% entre os inventariados da amostra e 5% entre os inventariados da elite, a importância dos animais pode ser verificada em todas as faixas de riqueza, apresentando valores relativos mais expressivos entre as faixas de riqueza de menor valor.

Ainda utilizando a tabela 33 pode-se observar que a criação de animais representa 28,5% da riqueza dos inventários com monte-mor de até um conto de réis e 17,5% entre as propriedades da faixa entre um e dois contos de réis. Entre os inventariados mais abastados o percentual relativo à criação de animais é reduzida, mas uma observação mais cuidadosa da estrutura do rebanho atesta sua importância. Os tipos de animais encontrados nas propriedades inventariadas foram: bovinos, equinos, muares, suínos, e ovinos. Buscando um melhor entendimento sobre a lógica da criação de animais, buscou-se separar os animais de criação para corte ou comercialização, dos animais destinados ao serviço nas propriedades. Com esse objetivo, foram contabilizados separadamente dos bovinos os bois de carro. A tabela 34 apresenta a composição do rebanho inventariado por espécie.

¹⁶⁵ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach* ..., 1874. p. 28.

¹⁶⁶ Roberto Borges Martins. *A economia escravista*..., 1981; Robert Wayne Andrew Slenes. *Os múltiplos de porcos*..., 1988; Caio Prado Junior. *Formação do Brasil*..., 2000; Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação*..., 1993; Clotilde Andrade Paiva. *População e Economia*..., 1996.

Tabela 34 – Composição do rebanho inventariado na amostra por espécie de animal – Lavras 1870-88

Espécie de Animal	Quantidade	%	Valor	%
Equinos	271	5,1	10:537\$912	9,0
Bovinos	1.673	31,3	45:122\$834	38,7
Bois de Carro	633	11,4	28:008\$172	24,0
Muare	225	4,2	15:247\$344	13,1
Suínos	2.381	43,1	16:980\$768	14,6
Ovinos	269	4,8	483\$404	0,4
Asininos	3	0,1	213\$060	0,2
Total	5.455	100	116:593\$494	100

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

A composição por espécie de animais apresentada por Marcos Ferreira de Andrade para o município de Campanha difere consideravelmente da encontrada entre a criação de Lavras. Em Campanha, o autor apresenta como a criação mais numerosa a de gado cavalari, representando 32% dos animais encontrados. Em Lavras, esses animais, tratados nesta pesquisa como equinos, representam apenas 5,1% do rebanho total. O gado vacum (bovino), em Campanha, representa 30,1% do total de animais, valor próximo ao número de bovinos encontrados em Lavras. Mas somando os bois de carro, já que o autor os considera junto ao gado vacum, temos em Lavras um percentual de bovinos bastante superior ao encontrado naquele município. Os suínos também apresentam uma importância relativa maior em Lavras do que em Campanha. Eles representam 20,4% dos animais campanhenses enquanto em Lavras a criação de suínos responde por 43,1% dos animais¹⁶⁷. Enfim, a criação de animais é, sem dúvida, de grande importância nos dois municípios, a diferença entre os dois rebanhos é o maior peso dos equinos no rebanho campanhense enquanto em Lavras os suínos predominam numericamente. Mas, como veremos, a superioridade numérica não significa, necessariamente, maior importância econômica.

Como visto, é visível a importância superior dos bovinos e suínos¹⁶⁸. Os bovinos representam 31,3% do número de cabeças e 38,7% do valor total. Embora apresentando uma média de 17 animais por inventário, a tendência entre a criação de animais também é a concentração. Embora estejam presentes em 63 das 97 propriedades inventariadas da amostra, apenas 6 proprietários detêm a propriedade de mais da metade do rebanho bovino. O alto índice de concentração pode ser verificado na tabela 35. O principal criador de bovinos

¹⁶⁷ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação...*, 2008. p 43.

¹⁶⁸ Os números verificados nos inventários acompanham os valores encontrados por Cristiano Restitutti para as exportações da região, que apresenta o gado vacum e gado suíno, exportado em pé e como toucinho, entre os principais produtos de exportação da fronteira sul extremo, representando 36,7% e 21,9% dos totais para o período de 1858 a 1884 (ver tabela 04).

encontrado é o Capitão Manoel Ferreira Martins, falecido em 1879. Ele possuía 178 cabeças de gado em seu rebanho, avaliadas em aproximadamente cinco contos de réis. Esse mesmo capitão possuía ainda 93 suínos, 65 ovinos, 10 equinos e 36 bois de carro. O valor total de seu rebanho ultrapassa a quantia de nove contos de réis mas representa apenas 6,3% do seu monte-mor¹⁶⁹.

Tabela 35 – Número de ocorrências e concentração da propriedade de animais por tipo de criação – Lavras 1870-88

Animais	Ocorrências	%	Índice de Gini
Equinos	72	74,2	0,624
Bovinos	63	64,9	0,798
Bois de Carro	50	51,5	0,691
Muares	40	41,2	0,801
Suínos	58	59,8	0,724
Ovinos	21	21,6	0,887
Asininos	3	3,1	0,968

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Os suínos são em número superior, representam 43,1% dos animais inventariados. Mas devido ao valor unitário inferior, representam apenas 14,6% do valor total. Presente em quase 60% dos inventários, a criação de suínos pode, sem dúvida, ser considerada como essencial à produção pecuária local, mas a média de 25 animais por inventário novamente esconde uma forte acumulação da propriedade desses animais. São três os principais criadores dessa espécie. Com rebanhos maiores que 200 animais estes três personagens detêm 31% do total de suínos da localidade. O principal criador desta espécie é Manoel Antônio Pereira, falecido em 1883. Proprietário de 254 animais avaliados em aproximadamente 850 mil réis, não está entre os inventariados mais ricos. Entre seus bens, avaliados no total de 47 contos de réis, ainda foram listadas a criação de vinte e um bovinos, quatro muares, nove ovinos, dezessete bois de carro e um equino¹⁷⁰.

Os bois de carro aparecem com o terceiro maior rebanho, mas apresentam o segundo maior valor relativo. Chama a atenção aqui a quantidade de animais desta natureza por propriedade. Presente em metade das propriedades inventariadas esse tipo de criação tem uma importância superior, pois se trata de importante meio de transporte de mercadorias ao lado dos muares. Falecido em 1876, José Alves Taveira Pacheco foi o principal criador de bois de

¹⁶⁹ CEMEC. Inventário do Capitão Manoel Ferreira Martins. 1879. Caixa 205.

¹⁷⁰ CEMEC. Inventário de Manoel Antônio Pereira. 1883. Caixa 181.

carro encontrado no município entre os inventários da amostra. Em seu inventário avaliado em 109 contos de réis, possuía 50 bois de carro divididos entre suas três fazendas. Contava ainda com 105 bovinos, 59 suínos, 16 equinos, 9 muares, 4 ovinos e um asinino¹⁷¹. Entre os inventariados da elite há ocorrências de criações ainda maiores de bois de carro. No caso de Antônio Caetano de Andrade, falecido em 1871, são 75 animais dessa qualidade em uma única fazenda¹⁷². Domingos Marcelino dos Reis, falecido em 1873, possuía outros 57 bois de carro divididos em três fazendas¹⁷³.

Os muares, embora não tão numerosos, apresentam um elevado valor em relação às demais criações. Necessários ao trabalho nas unidades produtivas, principalmente no transporte de mercadorias, estão presentes em 41,2% das propriedades inventariadas. Entre os inventariados da amostra, há 40 proprietários de animais dessa espécie, 28 possuem até 5 animais, sendo a moda igual a um. Os maiores criadores desses animais são o Coronel José Antônio de Souza Lima, falecido em 1883, que possuía 37 animais, e o Capitão Silvestre Alves de Azevedo, falecido em 1879, dono de 20 cabeças de muares. Ambos estavam ligados à atividade comercial, mas o referido capitão tem uma característica importante, a de não ser, ao contrário do referido coronel, produtor agropecuarista. Entre seus bens, que somam mais de 500 contos de réis, constam, além desses animais, móveis, imóveis urbanos e dívidas ativas, o que atesta o uso dos animais no transporte de mercadorias das quais o Capitão era apenas intermediário¹⁷⁴.

Entre os inventariados da elite há casos de maiores rebanhos de muares. O coronel Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, falecido em 1873, possuía uma tropa com 43 bestas. No caso do referido coronel Francisco Teodoro, é possível supor que, além do uso desses animais em sua propriedade, para transporte de sua produção, ele os criava para comercialização. É um dos poucos inventariados que possuíam asininos entre seus animais. Nesse caso específico, a ocorrência de seis jumentos e o predomínio de 30 éguas entre os equinos, indica o objetivo de produção local de muares¹⁷⁵. Mas a expressiva quantidade de muares encontrada nos inventários frente às poucas ocorrências de criação de asininos, três ocorrências entre os inventários da amostra e outras 06 entre a elite, nos leva a concluir que a produção local de muares apenas complementava a aquisição junto à mercados externos.

¹⁷¹ CEMEC. Inventário de José Alves Taveira Pacheco. 1876. Caixa 192.

¹⁷² CEMEC. Inventário de Antônio Caetano de Andrade. 1871. Caixa 168.

¹⁷³ CEMEC. Inventário de Domingos Marcelino dos Reis, 1873. Caixa 177.

¹⁷⁴ CEMEC. Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo. 1879. Caixa 206.

¹⁷⁵ CEMEC. Inventário do Coronel Francisco Teodoro de Andrade Mendonça. 1873. Caixa 178.

A criação de equinos é a mais recorrente entre os inventariados, ocorre em 74,2% dos registros e, embora ainda seja bastante concentrada, é a que apresenta o menor índice de Gini (0,624). A explicação para a menor concentração da propriedade dos equinos certamente está ligada à necessidade de transporte pessoal dos inventariados. 80% dos proprietários de equinos possuem apenas um ou dois cavalos entre seus bens. O maior rebanho equino entre os inventários da amostra pertence ao já referido coronel José Antônio de Souza Lima. Ele possui dezoito equinos em sua criação. As ocorrências de rebanhos equinos de maior dimensão se dão entre os inventariados da elite. O já referido coronel Francisco Teodoro de Andrade Mendonça era dono de 58 cabeças de equinos, sendo trinta fêmeas vinte delas com crias¹⁷⁶. Com esses números, torna-se bastante provável que a criação vise a reprodução e comercialização desses animais.

Os ovinos estão presentes apenas em 21,6% dos inventários da amostra e representam menos de 1% do valor total dos animais. É importante dizer que esses animais, segundo Saturnino da Veiga, eram criados com o objetivo de exportação, e não de extração da lã¹⁷⁷. O inventariado com o maior número de ovinos é, mais uma vez o coronel José Antônio de Souza Lima. Foram listados em seu inventário 29 animais desta espécie, avaliados em 58 mil réis. Mas entre a elite local há rebanhos bem maiores dessa espécie. Antônio Caetano de Andrade, falecido em 1871, tinha entre seus animais 113 cabeças de gado lanígero, avaliadas em 226 mil réis¹⁷⁸. É também expressiva a criação de ovinos de Gabriel Flávio da Costa, falecido em 1875. Ele conta com 90 animais dessa espécie, avaliados em 180 mil réis.¹⁷⁹

Apresentada a composição do rebanho por espécie e consideradas algumas características gerais, serão observado agora se há variação nas características do rebanho conforme se aumenta a faixa de riqueza do inventariado. A tabela 36 apresenta essa distribuição.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach ...*, 1874. p. 31.

¹⁷⁸ CEMEC. Inventário de Antônio Caetano de Andrade. 1871. Caixa 168.

¹⁷⁹ CEMEC. Inventário de Gabriel Flávio da Costa. 1875. Caixa 187.

Tabela 36 – Composição por espécie de rebanho e por faixa de riqueza - Lavras 1870- 88

	até 1:000\$000	%	1:000\$001 a 2:000\$000	%	2:000\$001 a 10:000\$000	%	10:000\$001 a 50:000\$000	%	50:000\$001 a 200:000\$000	%	maior que 200:000\$000	%
Equinos	4	7,4	5	7,4	65	9,3	104	4,2	73	4,5	20	3,7
Bovinos	15	27,8	4	5,9	130	18,6	749	30,5	600	36,7	175	32,1
Bois de Carro	4	7,4	4	5,9	116	16,6	282	11,5	179	10,9	48	8,8
Muare s	16	29,6	11	16,2	14	2,0	75	3,1	85	5,2	24	4,4
Suínos	12	22,2	36	52,9	310	44,4	1.160	47,3	615	37,6	248	45,5
Ovinos	3	5,6	8	11,8	62	8,9	85	3,5	82	5,0	29	5,3
Asininos	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1	1	0,2
Total	54	100	68	100	698	100	2.455	100	1.635	100	545	100

Fonte: CEMEC - Inventários post mortem do município de lavras. Anos de 1870 a 1888. Elaboração do autor.

Percebe-se que, independentemente da faixa de riqueza, os bovinos e suínos ocupam um lugar de destaque no conjunto dos animais. As principais variações em relação aos bovinos ocorrem na faixa de riqueza entre um e dois contos de réis. Nesse grupo, apenas 5,9% do rebanho é bovino. Entre os suínos, o destaque é nessa mesma faixa de riqueza, mas é referente ao grande peso relativo desta espécie no total, 52,9%. Em linhas gerais, pode-se afirmar que todos os tipos de criação estavam acessíveis a todas as faixas de riqueza. A grande diferença se dá no número de animais e na capacidade dos proprietários mais abastados terem um rebanho diversificado, criando ao mesmo tempo várias espécies de animais.

4.6- Escravos

Os escravos estão presentes em 77,3% dos inventários da amostra e em 100% dos inventários da elite. Embora o recorte proposto para a seleção da elite privilegiasse a presença de escravos no inventário, não excluía a possibilidade de entrarem na seleção processos pertencentes a não proprietários. No entanto, todos os processos dessa categoria pertenciam a escravistas, o que atesta a importância da propriedade de escravos como característica da sociedade lavrense, em especial de sua elite.

Se tratando da composição da riqueza, os escravos estão entre os três ativos com maior representação percentual. Ao lado das dívidas ativas e dos imóveis rurais, o contingente cativo representa 24,9% do valor do monte-mor da amostra e 25,2% do monte total da elite (vide tabela 30). Foram arrolados 813 escravos nos inventariados da amostra e verificada a média de escravos por propriedade é de 8,4. Se considerados apenas os possuidores de cativos, a média sobe para 10,8 por propriedade, sendo o valor modal igual a 1 e a mediana igual a 6.

Mas a alta concentração da propriedade também se aplica a esse caso. A tabela 37 apresenta essa distribuição.

Tabela 37 – Distribuição da propriedade de cativos e monte-mor da amostra por faixa de escravaria – Lavras 1870-88

Faixa de escravaria ¹⁸⁰	Nº de ocorrências	%	Nº de escravos	%	Monte-mor acumulado	%
0	22	22,7	0	0,0	48:789\$941	1,8
1 a 5	35	36,1	94	11,6	761:404\$332	28,4
6 a 10	19	19,6	144	17,7	278:948\$388	10,4
11 a 20	9	9,3	134	16,5	234:356\$692	8,8
21 a 30	6	6,2	136	16,7	266:740\$526	10,0
31 a 40	3	3,1	117	14,4	335:503\$124	12,5
mais de 40	3	3,1	188	23,1	750:885\$614	28,1
Total	97	100	813	100	2.676.628.617	100

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Marcos Ferreira de Andrade chama atenção para a concentração da propriedade de escravos em Campanha na faixa que ele considera “o topo da pirâmide social escravista, ou seja, os que possuíam 20 cativos ou mais”¹⁸¹. Parece ocorrer algo semelhante em Lavras. Para a distribuição dos cativos foi encontrado o índice de Gini igual a 0,713¹⁸², significa dizer que, além de parte significativa da população, 22,7% da amostra, não possuir escravos, entre os escravistas, a maior parcela contava com escravaria de até cinco indivíduos. São 36,1% dos inventariados donos de 11,6% dos cativos enquanto três proprietários, 3,1% do total, possuem quase um quarto dos escravos arrolados. Se considerados em conjunto os proprietários de mais de 20 cativos, são 12,4% dos inventariados 54,2% dos escravos. Saes e Avelino, em seu já citado trabalho sobre Campanha, também verificaram fenômeno parecido. Em seu estudo, as pequenas escravarias também são frequentes e a concentração é igualmente constatada.

¹⁸⁰ Por todo esse trabalho foram consideradas outras duas faixas de escravaria, uma com número de cativos entre 41 e 70 e outra para os inventariados com mais de 70 escravos. Ocorre que na seleção da amostra, um único inventário, possuidor de 93 cativos, ficou como representante desta última faixa. Para que a estrutura de uma única riqueza não fosse tomada como representante de toda uma parcela da população, entre os inventários da amostra foram considerados em conjunto todos os inventários com mais de 40 cativos. Acredita-se não haver prejuízos devido ao fato de os grandes escravistas estarem representados entre os inventários da elite, sendo tratados em todas as faixas de escravaria.

¹⁸¹ Marcos Ferreira de Andrade. *Elites Regionais e a Formação...*, 2008. p 37.

¹⁸² O alto índice de concentração encontrado em Lavras está dentro do intervalo verificado por Renato Marcondes para algumas localidades do vale do Paraíba paulista entre os anos de 1872/74. Em seu trabalho, o maior índice de concentração informado foi o de Bananal (= 0,758) e a menor concentração foi verificada em São José dos Campos (=0,570). Ver Renato Leite Marcondes. *A Propriedade Escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a Década de 1870*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, Mar. 2002, n.29, pp.51-74.

As pequenas escravarias, concentrando de 1 a 5 escravos, são dominantes no que diz respeito ao número de proprietários com escravos, 53%, mas totalizando apenas 18% dos escravos do município. Em suma, a concentração da propriedade escrava era representativa em Campanha, apesar de ser considerada como típica região produtora de abastecimento.¹⁸³

Seguindo a mesma lógica de concentração, os mesmos três maiores proprietários detinham 28,1% do monte-mor inventariado e, novamente juntos, os proprietários dos maiores planteis detinham 50,6% da riqueza inventariada.

Quando considerados apenas os proprietários de cativos, 72% do total possuíam até 10 escravos em seu inventário. Juntos, detinham a posse de 29,3% de toda a escravaria arrolada nos processos. O monte-mor acumulado por esse grupo de pequenos proprietários de escravos está inflado pelo que nos parece ser um desvio no padrão da riqueza local. O Capitão Silvestre Alves de Azevedo, proprietário de apenas uma cativa, teve sua riqueza avaliada em valor pouco superior a 500 contos de réis. Seus bens eram basicamente imóveis urbanos e dívidas ativas, o que desvia do caráter predominantemente rural verificado no conjunto de processos¹⁸⁴. Se desconsiderado o inventário do referido capitão nessa faixa de escravaria, o valor médio do monte-mor por processo cai para aproximadamente sete contos de réis e o monte-mor acumulado passa a representar 9,7% do total.

Ainda restrito aos escravistas, entre as maiores escravarias, estão 8% dos proprietários de cativos, com planteis superiores a 30 indivíduos. Eles são proprietários de 37,5% dos escravos encontrados nos processos e de 40,6% de toda a riqueza acumulada. Dito isso, salvo a exceção representada pelo capitão, é possível afirmar que a acumulação de riqueza estava diretamente relacionada a propriedade de cativos.

Essa afirmação é corroborada pelo fato de não haver, entre a elite, casos de inventariados não possuidores de escravos. Nessa categoria, foram listados 2.390 cativos e o tamanho médio das escravarias sobe para expressivos 28,8 cativos por propriedade, sendo o valor modal igual a 21 e a mediana igual a 22. O próprio recorte proposto para classificação da elite já determina que a distribuição da propriedade de cativos entre seus membros seja menos desigual. A principal diferença na distribuição da propriedade de cativos quando comparada aos dados da amostra é o maior peso assumido pelas faixas médias de tamanho da escravaria. A tabela 38 apresenta os números da distribuição da propriedade de cativos entre a elite por faixa de escravaria.

¹⁸³ SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. *Campanha da Princesa na última...*, 2012. p 11.

¹⁸⁴ CEMEC – Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, 1879. Caixa 206.

Tabela 38 – Distribuição da propriedade de cativos e monte-mor da elite por faixa de escravaria – Lavras 1870-88

Faixa de escravaria	Nº de ocorrências	%	Nº de escravos	%	Monte-mor acumulado	%
1 a 5	5	6,0	15	0,6	674:824\$713	9,1
6 a 10	4	4,8	24	1,0	155:439\$074	2,1
11 a 20	24	28,9	389	16,3	965:637\$111	13,0
21 a 30	23	27,7	546	22,8	1.412:041\$320	19,0
31 a 40	11	13,3	390	16,3	1.052:731\$129	14,2
41 a 70	9	10,8	462	19,3	1.189:578\$090	16,0
mais de 70	7	8,4	564	23,6	1.966:450\$079	26,5
Total	83	100,0	2390	100,0	7.416:701\$516	100,0

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Embora haja ocorrências de grandes escravarias que se destacam das demais pela dimensão dos planteis, a maior parcela dos proprietários se encontra entre as propriedades com escravaria entre 11 e 30 cativos, são 56,6% das ocorrências e 39,1% dos escravos arrolados. São propriedades como a de Francisco Antônio Ribeiro, comerciante e agropecuarista falecido em 1878. Entre seus bens foram inventariados 25 escravos que representavam 18,6% da sua riqueza. O restante de seus bens se constitui de animais, representando perto de 2% do monte-mor, bens imóveis rurais na importância de 25% e uma expressiva parcela em dívidas ativas somando quase 50% dos seus bens¹⁸⁵. Em alguns casos a importância dos cativos no conjunto da riqueza é maior. Como exemplo temos Clara Paulina de Souza, agropecuarista falecida em 1875. Sua escravaria composta de 17 cativos representava 38,37% do valor de seus bens. O restante de seu monte-mor, avaliado em 35:939\$370, estava em imóveis rurais e animais¹⁸⁶.

Embora a maior escravaria inventariada, os 93 cativos pertencentes ao Coronel José Antônio de Souza Lima¹⁸⁷, esteja no ano de 1883, e exista a ocorrência da escravaria do Major Joaquim Antônio de Abreu que, em 1887, ainda possuía 49 escravos inventariados entre seus bens¹⁸⁸, o padrão para a década de 1880 parece ser a diminuição do tamanho das escravarias e, mais importante, o menor valor relativo dos planteis frente ao monte-mor. Vejamos como exemplo a escravaria do referido Major. Seus 49 cativos representam apenas 8,8% de sua riqueza avaliada em 96:331\$110, ou seja, pouco mais de 8:500\$000¹⁸⁹. Já os 50

¹⁸⁵ CEMEC – Inventário de Francisco Antônio Ribeiro, 1878. Caixa 198.

¹⁸⁶ CEMEC – Inventário de Clara Paulina de Souza, 1875. Caixa 166.

¹⁸⁷ CEMEC – Inventário do Coronel José Antônio de Souza Lima, 1883. Caixa 223.

¹⁸⁸ CEMEC – Inventário do Major Joaquim Antônio de Abreu, 1887. Caixa 247.

¹⁸⁹ Idem.

cativos do Alferes Manoel Correa Afonso, falecido em 1876, somam a expressiva quantia de 46:586\$220, representado 18,12% do seu monte-mor¹⁹⁰.

Essa perda de valor fica evidente quando consideramos a participação dos cativos no conjunto dos inventários ao longo do período analisado nessa pesquisa. As tabelas 39 e 40 trazem a evolução da composição da riqueza da amostra e da elite, respectivamente, nos quinquênios que antecedem a abolição do regime escravista brasileiro.

Tabela 39 – Distribuição percentual da riqueza dos inventários da amostra por tipo de ativo e por período – Lavras 1870-88

Período	1870-74	1875-79	1880-84	1885-88	Total
Bens móveis	4,2	2,3	1,4	8,1	2,5
Animais	7,2	4,3	4,2	8,2	4,7
Escravos	39,2	25,4	22,1	11,1	24,9
Ingênuos	0,0	0,2	0,5	0,0	0,3
Imóveis Rurais	29,8	24,2	25,1	46,4	26,3
Imóveis Urbanos	3,5	5,6	1,3	0,9	3,8
Culturas e Mantimentos	2,4	1,3	8,8	2,2	3,9
Dinheiro	2,6	7,6	1,2	0,5	4,7
Dívidas Ativas	10,9	28,6	34,5	22,3	28,5
Ações	0,0	0,4	0,9	0,3	0,5
Monte-mor	100	100	100	100	100
Dívidas Passivas	19,0	10,7	5,6	5,9	9,6
Monte-menor	81,0	89,3	94,4	94,1	90,4

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Entre os inventariados da amostra, há uma grande perda de valor relativo por parte da escravaria. Representando 39,2% da riqueza nos anos iniciais da década de 1870, passa a representar apenas 11,1% do monte-mor nos últimos quatro anos que antecedem a abolição. Entre os inventariados da elite também é visível a perda de valor relativo das escravarias. Representando 26,8% da riqueza entre 1870 e 1874, chegam ao período de 1885 a 1888 valendo apenas 16,5% do monte-mor total. Essa perda de valor relativo está relacionada diretamente à queda do preço dos cativos nos anos finais do regime escravista. Nesse período, mesmo grandes escravarias como a pertencente ao já citado Major Joaquim Antônio de Abreu têm baixo valor por escravos e consequentemente, baixo valor relativo no conjunto da riqueza.

¹⁹⁰ CEMEC – Inventário do Alferes Manoel Correa Afonso, 1876. Caixa 193.

Tabela 40 – Distribuição percentual da riqueza dos inventários da elite por tipo de ativo e por período – Lavras 1870-88

Período	1870-74	1875-79	1880-84	1885-88	Total
Bens móveis	1,9	2,4	1,9	1,9	2,1
Animais	4,6	5,2	4,9	5,7	5,0
Escravos	26,8	27,1	20,5	16,5	25,2
Ingênuos	0,0	0,2	0,3	0,0	0,1
Imóveis Rurais	33,4	34,5	33,1	55,5	35,0
Imóveis Urbanos	0,7	3,4	1,1	1,3	1,9
Culturas e Mantimentos	1,5	1,2	5,9	1,7	2,2
Dinheiro	2,9	5,8	2,0	3,5	3,9
Dívidas Ativas	28,2	20,0	29,3	13,7	24,4
Ações	0,0	0,2	1,1	0,1	0,3
Monte-mor	100	100	100	100	100
Dívidas Passivas	3,4	11,0	4,9	14,9	7,3
Monte-menor	96,6	89,0	95,1	85,1	92,7

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Essa perda de importância relativa por parte dos escravos parece ser absorvida pelos imóveis rurais, que tem seu valor relativo aumentado de forma expressiva nos anos finais no período. Essa afirmação é possível devido ao fato de que a valorização deste ativo se dar em proporção parecida à da perda sofrida pelos escravos. Os números apresentados na tabela 37, relativos aos inventários da amostra, atestam essa afirmativa. Enquanto os escravos sofreram perda de metade de seu valor relativo, passando de 21,1% para apenas 11,1%, os imóveis rurais praticamente dobraram sua participação no conjunto dos ativos, passando de 25,1% para 46,4%. Os números relativos à elite também apresentam movimento análogo. A leitura de José de Souza Martins é esclarecedora nessa questão. Para esse autor, após a publicação da Lei de Terras, em 1850, esse ativo passa, gradativamente, na medida em que se valoriza, a substituir o escravo como “fator privilegiado de produção e fonte de custeio” já que passa a figurar como garantia de empréstimos.¹⁹¹ Esse autor completa que, “em 1873, o governo estendera o crédito hipotecário a todos os municípios de São Paulo, Paraná e Santa Catarina”¹⁹². Essa possibilidade de uso ampliado da terra aparece então como fator determinante de sua valorização. Há de se considerar ainda que, nos dados apresentados, se houvesse a desvalorização de um ativo específico, como os escravos, sem que outro, nesse caso as terras, estivessem se valorizando, ocorreria um aumento proporcional da participação de todos os demais ativos no conjunto da propriedade. Como só há aumento expressivo da participação dos imóveis rurais, acredita-se ser possível afirmar que ocorre a transferência da importância de um ativo para o outro.

¹⁹¹ José de Souza Martins. *O Cativo da Terra*. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1879. p 29.

¹⁹² Idem, p 30.

A problemática da desvalorização do braço cativo é tratada por José Flávio Motta para as localidades de Areias, Piracicaba e Casa Branca, na província de São Paulo. Nesses municípios, é verificada a intensificação do declínio no valor dos cativos na década de 1880, principalmente devido à eminência da abolição que, percebida pelo mercado, determinou a baixa nos preços¹⁹³. Em levantamento sobre o mercado de São João Del Rei, Afonso Alencastro também apresenta a diminuição do valor médio dos cativos com início na década de 1880. Embora a média no quinquênio de 1881-85 seja inferior em apenas 14% em relação ao quinquênio 1870-75, é possível perceber a intensificação da queda dos preços nos anos de 1884 e 1885, sendo o preço neste último ano, aproximadamente 50% do valor em 1875¹⁹⁴. A evolução do valor dos cativos, que pode ser observada na tabela 39, certamente explica a forte queda na representação dos escravos no conjunto das riquezas inventariadas, bem como o relativo “empobrecimento” dos inventariados da década de 1880. Sem dúvida há um expressivo declínio nos preços de um dos principais ativos que compunham a riqueza local.

¹⁹³ José Flávio Motta. *Derradeiras transações*: O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). Almanack Brasiliense. São Paulo, nº 10, p 147-163, nov 2009.

¹⁹⁴ Afonso Alencastro Graça Filho. *A princesa do oeste e o mito...*, 2002. p 207.

Tabela 41 – Preço dos escravos em Lavras-MG segundo avaliação nos inventários - 1870-88

	Idade	1870-74					1875-79					1880-84					1885-88				
		Quantidade	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Quantidade	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Quantidade	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Quantidade	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão
I n g ê n u o s	Masc	0 a 11 anos	–	–	–	–	60	74\$787	49\$350	49\$150	126\$613	29	97\$612	178\$600	72\$480	69\$856	–	–	–	–	–
		até 05	–	–	–	–	52	67\$716	49\$350	47\$250	133\$628	15	56\$794	17\$840	71\$440	41\$067	–	–	–	–	–
		06 a 11	–	–	–	–	8	120\$750	148\$050	127\$575	47\$258	14	141\$345	178\$600	160\$740	68\$646	–	–	–	–	–
	Fem	0 a 14	–	–	–	–	35	49\$194	19\$660	28\$350	65\$916	26	62\$854	17\$840	20\$222	119\$517	–	–	–	–	–
		até 05	–	–	–	–	31	48\$754	19\$660	28\$350	69\$298	17	23\$130	17\$860	17\$860	14\$732	–	–	–	–	–
		06 a 11	–	–	–	–	4	52\$605	–	53\$025	34\$683	9	137\$888	17\$840	81\$540	185\$789	–	–	–	–	–
C r i a n ç a s	Masc	0 a 14 anos	169	612\$740	292\$500	585\$000	373\$106	1:061\$173	786\$400	1:098\$000	504\$701	26	1:109\$416	1:071\$600	1:093\$925	308\$327	–	–	–	–	–
		até 09	114	429\$631	292\$500	395\$000	260\$430	720\$197	549\$000	710\$050	373\$639	1	743\$750	–	–	–	–	–	–	–	–
		10 a 14	55	992\$275	975\$000	975\$000	271\$419	1:354\$937	1:579\$200	1:381\$800	410\$188	25	1:124\$043	1:071\$600	1:116\$250	305\$340	–	–	–	–	–
	Fem	0 a 14 anos	158	449\$065	195\$000	390\$000	293\$696	627\$046	1:579\$200	1:279\$450	543\$417	25	608\$152	612\$500	612\$500	269\$976	–	–	–	–	–
		até 09	104	305\$092	195\$000	292\$500	155\$274	446\$491	688\$100	493\$500	227\$760	2	316\$080	–	316\$080	295\$457	–	–	–	–	–
		10 a 14	54	726\$347	704\$200	704\$200	299\$421	804\$433	850\$500	812\$000	207\$207	23	633\$550	612\$500	612\$500	259\$068	–	–	–	–	–
A d u l t o s	Masc	15 a 50 anos	319	1:187\$999	975\$000	1:267\$500	407\$967	1:537\$717	1:769\$400	1:647\$000	504\$587	123	1:208\$734	1:750\$000	1:225\$000	422\$617	78	599\$542	749\$700	666\$400	313\$688
		15 a 30	147	1:363\$690	1:365\$000	1:399\$500	309\$695	1:689\$022	1:890\$000	1:769\$400	380\$107	72	1:355\$936	1:750\$000	1:439\$200	370\$686	47	672\$580	749\$700	696\$000	321\$723
		31 a 50	172	1:037\$844	975\$000	1:072\$500	422\$390	1:365\$176	983\$000	1:469\$250	571\$148	51	1:000\$921	1:339\$500	982\$300	406\$725	31	488\$806	666\$400	499\$800	269\$858
	Fem	15 a 50 anos	272	718\$647	585\$000	656\$950	351\$431	786\$816	1:179\$600	789\$600	294\$020	119	592\$523	625\$100	543\$600	271\$182	50	345\$850	499\$800	374\$850	161\$137
		15 a 30	148	838\$031	585\$000	731\$250	323\$105	926\$848	987\$000	945\$000	223\$776	50	755\$735	625\$100	706\$800	270\$473	25	392\$550	499\$800	416\$500	144\$222
		31 a 50	124	576\$157	292\$500	519\$625	331\$247	642\$407	567\$000	650\$225	288\$740	69	474\$255	525\$000	453\$000	202\$776	25	299\$150	208\$250	208\$250	166\$340
I d o s	Masc	Mais de 50 anos	91	382\$426	390\$000	300\$000	358\$317	545\$489	983\$000	418\$500	458\$771	39	362\$910	446\$500	312\$550	339\$907	9	185\$583	166\$600	166\$600	86\$218
		51 a 65	68	476\$817	390\$000	402\$400	348\$726	563\$863	294\$900	472\$500	444\$832	31	431\$740	446\$500	350\$000	346\$611	8	204\$431	166\$600	166\$600	69\$581
		mais de 65	23	103\$357	9\$750	19\$500	214\$289	405\$566	–	98\$300	553\$969	8	96\$193	–	65\$725	100\$167	1	34\$800	–	–	–
	Fem	Mais de 50 anos	42	141\$870	48\$750	97\$500	119\$622	187\$124	394\$800	94\$900	206\$927	12	129\$392	86\$800	86\$800	92\$810	8	125\$643	41\$650	127\$725	66817,40277
		51 a 65	35	161\$687	201\$200	130\$000	121\$188	189\$966	394\$800	98\$300	208\$356	9	123\$928	86\$800	86\$800	93\$424	8	125\$643	41\$650	127\$725	66\$817
		mais de 65	7	42\$785	–	39\$000	28\$489	59\$220	–	–	–	3	145\$783	–	86\$800	109\$207	0	–	–	–	–

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Temos que enfatizar aqui que foram desconsideradas do cálculo do preço dos cativos todas as ocorrências em que o escravo estava doente ou foi listado como “aleijado” ou “defeituoso”. No caso das mães listadas juntamente com seus filhos ingênuos, em que estes não foram avaliados, o valor da mãe também foi desconsiderado pelo fato da mesma poder estar sendo avaliada em conjunto com os serviços futuros devidos pelos ingênuos, o que aumentaria seu preço¹⁹⁵. O gráfico 07 ajuda a melhor visualizar os dados apresentados na tabela 41.

Gráfico 07 - Preço Médio dos escravos nos inventários de Lavras por quinquênio - 1870-88

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

Há uma tendência de queda no valor de todos os escravos, com exceção das crianças tanto masculinas quanto femininas. Isso se explica, em grande medida, pelos efeitos da Lei de 1871, a Lei do Ventre Livre. Como as crianças nascidas a partir de 1871 seriam consideradas livres, a tendência lógica ao longo da década de 1870 é um conjunto de crianças cada vez mais velhas, na faixa de preço que mais se aproxima do valor dos escravos adultos. A partir da tabela 41 é possível perceber que as crianças escravas com idade entre 09 e 14 anos tendem a ter o valor próximo ao preço médio do escravo adulto.

¹⁹⁵ No referido trabalho de José Flávio Motta sobre o comércio de escravos essas exclusões também são feitas visando não influenciar o cálculo dos valores dos cativos.

Entre os cativos, o grupo dos masculinos adultos, em especial os com idade entre 15 e 30 anos, foram os que apresentaram a maior desvalorização chegando no quadriênio final do regime escravista representando menos de 40% do seu valor em 1875-79. Mas é necessário se pensar qual o impacto da desvalorização e, muito em breve, da inexistência desse ativo no conjunto dos bens dos inventariados.

A perda de valor de um dos ativos significa o empobrecimento relativo da população lavrense em relação à década anterior. O valor médio das propriedades nos mesmos períodos considerados para os preços dos cativos acompanha os mesmos movimentos, tanto entre a amostra quanto entre a elite. O gráfico 08 apresenta essa variação.

Fonte: CEMEC – Inventários post-mortem do município de Lavras. 1870 – 1888. Elaboração do autor.

A diminuição do valor médio dos processos é expressiva e, como dito, segue o mesmo padrão da desvalorização apresentada pelos escravos. Em alguns casos foi possível saber exatamente o custo do desaparecimento do ativo “escravos” do conjunto dos bens do inventário. São processos abertos em 1887 e 1888 e que, antes de encerrarem seus trabalhos, tiveram que deduzir o valor dos escravos obedecendo às determinações da lei de maio de 1888. É o caso de Davi de Pontes Fonseca, agropecuarista falecido em 1877, que tinha 10 cativos entre seus bens. Avaliados em 1:948\$833, eles representavam 18,6% do monte-mor avaliado em 10:594\$099. Ocorreu que, no momento da partilha, realizada apenas em 31 de agosto de 1888, por determinação legal, o valor dos cativos foi deduzido do monte, reduzindo substancialmente o valor a ser partilhado¹⁹⁶. O mesmo processo ocorreu com Antônio José de

¹⁹⁶ CEMEC – Inventário de Davi Pontes Fonseca, 1887. Caixa 245.

Souza Maria, falecido também em 1887, dono de um único escravo avaliado em 360\$000 que representava 26,7% do valor total de seus bens, avaliados em apenas 1:369\$045¹⁹⁷.

Embora tenhamos apenas o registro destes dois casos, é possível, a partir de um exercício relativamente simples, pensar o impacto da abolição no conjunto da riqueza lavrense. O mesmo processo verificado nos exemplos citados, nos quais ocorre a perda do valor representado pelos cativos, veio a acontecer com a maior parte dos herdeiros das riquezas deixadas pelos inventariados da década de 1880.

¹⁹⁷ CEMEC – Inventário de Thomaz Alves da Costa, 1887. Caixa 251.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram abordadas algumas questões relativas à história do município de Lavras que, acreditamos, servem de subsídio para afirmações sobre o conjunto da província de Minas Gerais.

Quanto às interpretações para a economia mineira do século dezenove, os números encontrados para o município de Lavras contribuem para fortalecer a ideia de que, mesmo com a decadência da mineração, Minas Gerais manteve um nível de atividade econômica capaz de conservar em solo mineiro o grande contingente cativo encontrado na província até as vésperas da abolição. A ideia de decadência deve, portanto, ser relativizada.

A importância dos cativos no município foi verificada ao apresentar as características da população local com base no Censo de 1872 e nos inventários. Verificou-se a partir dos escravos inventariados que a reprodução natural foi tida como forma complementar na manutenção do grande contingente cativo, associada a aquisição de novos escravos.

A manutenção desse grande plantel, ao mesmo tempo em que simboliza certa importância econômica do município, por ter gerado riqueza suficiente para comprar e manter os escravos, tornou a economia local mais sensível aos efeitos da abolição, haja vista a expressiva desvalorização das propriedades, ocasionada pela queda no valor dos cativos e sua posterior extinção.

A grande concentração da riqueza no município determinou a importância de uma análise mais detida na composição da riqueza da elite local, o que acabou por demonstrar algumas particularidades que vão desde a óbvia maior ocorrência de objetos de luxo, que demonstram a diferenciação no padrão de consumo, até a maior capacidade de diversificação dos investimentos.

Esta maior capacidade de diversificação se manifesta na recorrente ligação dos grandes proprietários tanto à produção quanto ao comércio de gêneros de abastecimento. Estando ligados diretamente à todas as etapas do processo, essa elite consegue, ao mesmo tempo, maximizar os ganhos com sua produção e absorver parte dos ganhos dos produtores menores, que não acessam diretamente o comércio e dependem dos grandes comerciantes como intermediários.

O caráter rural da economia, apresentado no primeiro capítulo como característico de Minas Gerais no século XIX, ficou demonstrado tanto na estrutura da ocupação da população local, onde predominaram as profissões agrícolas, como na estrutura da riqueza inventariada, que demonstrou a propriedade rural como predominante.

Nesse universo rural, a ideia de diversificação da economia mineira sai fortalecida. A grande ocorrência de unidades produtivas ligadas à criação de animais e a cultura de variados gêneros de abastecimento contribuem para o reforço desta tese. Da mesma forma, foi verificado o vínculo com a produção de gêneros de exportação tanto na produção direta do café, principal gênero nacional de exportação no período, quanto no abastecimento das regiões produtoras com uma variada gama de produtos.

Em um momento em que a cultura do café está começando a se desenvolver no município entre gêneros agrícolas variados como milho, feijão, arroz, cana, mandioca e amendoim, os principais cultivos parecem ser o milho e a cana. O arroz, o feijão e a mandioca aparentam ser cultivados com o objetivo de abastecer a própria unidade produtiva, embora não seja possível descartar a hipótese de comercialização dos excedentes. A cana e o milho estão ligados a uma lógica maior.

A recorrente produção de cana, associada a grande ocorrência de engenhos e alambiques denota a importância da produção de açúcar e aguardente no município, o que é corroborado pelos estoques encontrados. Esses produtos são, sem dúvida, exemplos de produção voltada para comercialização seja no interior da província ou no exterior, neste caso, tendo como principal mercado a corte.

Entre as culturas encontradas na localidade, a produção de milho se reveste de importância maior devido a sua ligação com o que acreditamos ser o principal produto da economia local: os animais. Presentes na grande maioria das unidades produtivas, a criação de animais representa uma parcela importante da riqueza inventariada, tanto entre os inventariados mais pobres quanto entre os mais abastados. Entre as espécies de criação, destacam-se os bovinos e os suínos, embora tenham sido encontradas grandes quantidades de animais de trabalho e carga como bois de carro e muares. Enquanto os primeiros estão ligados à criação para abate, estes últimos se relacionam mais de perto com as atividades comerciais desenvolvidas no município, sendo utilizados no transporte de mercadorias.

Como foi encontrado um expressivo valor alocado em dívidas ativas e considerando que a parcela predominante no valor dos inventários é a propriedade rural, com grande número de mão de obra cativa e expressiva criação de gado, parece razoável afirmar que às vésperas do fim da escravidão no Brasil, as principais fortunas da localidade não sofreram mudanças em sua estrutura, o caráter rural e escravista atribuído à economia mineira permaneceu forte. Neste contexto de lentas transformações, a elite lavrense acumulou sua riqueza com atividades ligadas à produção e ao comércio de gêneros de abastecimento.

Considerando as características demonstradas no trabalho, é possível afirmar que a

elite lavrense conseguiu acumular, e manter, até às vésperas do fim da escravidão no país, um nível de riqueza que garantia seu *status* de “elite escravista”. Mas, justamente essa característica, potencializou o impacto causado pelo fim do regime escravista nas grandes propriedades do município. Considerando o peso da escravaria na riqueza local, a extinção desse ativo significou a desvalorização dos patrimônios, que perderam também um dos principais instrumentos que possuíam para garantia de crédito. Dito isso, pode-se afirmar que os herdeiros da elite escravista do município de Lavras passaram pela transição do século XIX para o XX relativamente empobrecidos.

6- REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Processos de Inventário post-mortem do município de Lavras-MG, dos anos de 1870-88, disponíveis no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC, Campanha-MG.

Fontes Impressas

BRASIL. Collecção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, typ. Nacional, 1869. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimp/cd-06/leis1871/pdf17.pdf>, acesso em 09/09/2014.

COSTA, Firmino. *História de Lavras*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte. Vol. 16/p.125-160, 1911.

PAIVA, Clotilde Andrade, et all. *Publicação crítica do recenseamento geral do império do Brasil de 1872*. CEDEPLAR, 2012. (Relatório provisório)

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

_____. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

Livros, Teses e Artigos

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *Historia da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Historia da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.

BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. *Transportes, região e desenvolvimento econômico: a dinâmica da expansão da infraestrutura viária na província de Minas Gerais, 1840-1889*. In: X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas. Juiz de Fora, ABPHE, 2013.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL. 1977.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. *Regionalismo Político no Sul de Minas Gerais: notas sobre o movimento separatista de 1892*. In SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). *Sul de Minas em Transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

CATÃO, Luis A. V. A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913. *Revista Brasileira de Economia*, v. 46, nº 4, out./dez. 1992, p. 519-533.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a História Social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COUTINHO, Maurício Chalfin. *Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado*. Nova Economia: Belo Horizonte. 18(3) 361- 378, set. - dez. de 2008.

CUNHA, Alexandre Mendes Cunha e GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro*. Freguesia de Itajubá, 1785-1850. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR-UFMG, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole: 1808-1853*. In. Carlos Guilherme Mota(org.). 1822. Dimensões. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FLORENTINO, Manolo & GOES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1997.

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2012.

_____. *Rompendo Fronteiras: a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista (Casa Branca no meio do século 19)*. In. Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins (orgs) *Sul de Minas em Transição – A formação do capitalismo na passagem do século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: Maria Yeda Linhares (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

_____. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça comercial do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1996.

_____. *O primado do mercado interno: A proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 815-848, out.-dez. 2008.

GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 4. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1885. (Ensaio, 29).

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

LANNA, Ana Lúcia D. *A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920*. Comunicação apresentada no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1986. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A05.pdf>

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Campinas: UNICAMP. 1977. (dissertação de Mestrado).

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14riqueza.pdf>, acesso em 02/04/2012.

LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. *Economia Escravista em Minas Gerais*. 1. ed. Campinas: Cadernos IFCH-UNICAMP, 1983. v. 1.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org). *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

MARCONDES, Renato Leite. *A Propriedade Escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a Década de 1870*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, Mar. 2002, n.29, pp.51-74.

MARCONDES, Renato Leite; GARAVAZO, Juliana. *A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875)*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto-MG, 2002.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

MARTINS, Marcos Lobato. *Regionalidade e História: reflexões sobre regionalização nos*

estudos historiográficos mineiros. *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 15, p. 135-153, 2010.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais*. In: V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Texto para discussão N° 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

_____. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century: Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980.

_____. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 1994. Texto para discussão n° 70.

_____. *Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora*”. *Estudos Econômicos*, Volume 13, Número 1, p. 181-209, Jan/Abr 1983.

MATOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp: Annablume, 1999.

_____. *Derradeiras transações: O comércio de escravos nos anos de 1880* (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n° 10, p 147-163, nov 2009.

MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo ; COSTA, Iraci Del Nero da. *Quando os deveres eram muitos: distribuição e concentração da riqueza a partir de inventários post-mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu : Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

OLIVEIRA, Jane Souto de. *“Brasil mostra a tua cara”*: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000”. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Textos para discussão, n. 6. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Ao Lado do Café: produção de exportação e de abastecimento em Franca – 1890-1920*. FFLCH/USP. 2003. (Tese de doutorado).

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo. FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).

_____; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2002, Diamantina. *Anais*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo:

Brasiliense/Publifolha, 2000.

_____. *História Econômica do Brasil*. 30ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Araraquara, 2006. (Dissertação de mestrado).

SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. *Campanha da Princesa na última década do escravismo*. VII Seminário Nacional do Centro de Memória UNICAMP – CMU. Campinas, 2012.

_____; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)*. Saeculum (UFPB), v. 29, 2013.

_____; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida*. In SAES, Alexandre Macchione e MARTINS, Marcos Lobato (Orgs). *Sul de Minas em Transição: a formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: Edusc. 2012. p 13-36.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos (IPE/USP), São Paulo, v. 18:3, p. 449-195, 1988.

_____. *Senhores e escravos no Oeste Paulista*. In: In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *Historia da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *The Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado. Stanford University, mimeografado, 1976.

SILVA, Marcel Pereira da. *De Gado a Café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)*. FFLCH/USP, 2012. (Dissertação de mestrado).

VERSIANI, Flávio Rabelo; VEGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1877 – 1887*. Estudos Econômicos. São Paulo. V. 33. P 353 – 393, abril – junho de 2003.

VIEIRA, Eduardo José. *A Riqueza do Município de Lavras-MG nas décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)*. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

7- APÊNDICE

Inventários da década de 1870 – Valores expressos em réis				
Elite	Amostra	Ano	Inventariado	Monte-mor
		1874	CARLOS JOSE DA CRUZ	73.991
		1873	RITA VIEIRA	97.500
		1871	RITA VIEIRA DE TAL	100.298
		1874	ADAO FERREIRA DE CARVALHO	168.103
	X	1873	LUISA ANTONIA DE JESUS	257.186
		1877	FRANCISCA DA CHAGAS DE JESUS	319.075
		1872	JOAO RODRIGUES FERREIRA	334.757
		1870	ANTONIO RODRIGUES DA COSTA	368.380
		1876	MARIA EFIGENIA DA SILVA	379.438
	X	1874	JOAO CANDIDO DA SILVA E SUA MULHER ANA ANTONIA DE JESUS	426.383
		1874	JOAO ANTONIO DA SILVA	429.562
		1871	MARIA DO ROSARIO	485.188
		1870	GONÇALO CORREA RIBEIRO	500.047
		1876	JOAQUIM DIAS DOS SANTOS	619.290
	X	1872	JOAQUIM JOSÉ PEREIRA	645.718
		1875	ANA UMBELINA DE JESUS	652.395
		1875	ANTONIO GOMES BATISTA	690.459
		1874	CRISTIANO ANTONIO DE CARVALHO	690.518
		1873	SEVERIANA CANDIDA DE OLIVEIRA	708.825
	X	1876	JOAQUIM GONÇALVES CORREA	714.297
		1870	FRANCISCA SILVEIRA DO NASCIMENTO	726.120
		1871	BENEDITO CAETANO DE OLIVEIRA	808.743
		1871	JOAQUIM FERREIRA DA SILVA	851.642
		1871	MANOEL ALVES DUARTE	891.220
	X	1870	JOSE BERNARDO DE FREITAS	919.400
		1876	FIRMINO DIAS DOS SANTOS	922.880
		1873	ESMERIA PEREIRA DE JESUS	964.236
		1876	ANTONIO JOAQUIM PEREIRA	998.274
		1873	FRANCISCO SILVERIO DE ASSIS	1.042.811
	X	1872	SEVERINO DA SILVA GUEDES	1.045.472
		1879	MARIANA VILELA E SILVA	1.150.254
		1873	PRUDENCIANA CONSTANÇA DE SOUSA	1.194.830
		1879	MANOEL ANTONIO RIBEIRO	1.204.875
		1876	ANTONIO JOSE FELIPE	1.206.583
	X	1876	MANOEL ANTONIO DE OLIVEIRA	1.216.856
		1871	FIRMIANO ANTONIO DA SILVEIRA	1.220.289
		1871	MIGUEL JOSE ALVES	1.269.720
		1874	FERMIANO ANTONIO DA SILVEIRA	1.315.788
		1875	ANTONIO JOAQUIM PEDROSO	1.374.330
	X	1873	CANDIDO JOSE DA SILVA	1.386.538
		1877	JOAO SEBASTIAO TOSTES	1.410.870
		1871	FRANCISCA DE JESUS	1.503.343
		1875	MARIANA ZEFERINA DE OLIVEIRA	1.521.755
		1872	JOSE DE ABREU VILAS BOAS	1.641.740
	X	1870	VITALINA TERESA DE JESUS	1.643.700
		1873	MIQUELINA FIDELIS DE AGUIAR	1.761.221

		1871	PETRONILIA MARIA DE JESUS	1.804.637
		1876	FILELINO JOSE DE OLIVEIRA	1.853.348
		1871	SILVERIO BARBOSA VILAR	1.903.320
	X	1879	MARIA RITA DO NAZARE	1.909.967
		1870	MARIA DO CARMO LUDOVINA	1.914.250
		1874	JOSE FERNANDES LIMA	2.010.109
		1872	JOAQUIM JOSE DA COSTA	2.052.966
		1876	CALIXTO JOSE MARTINS	2.060.663
	X	1878	MARIA MAXIMIANA DA SILVA	2.071.693
		1871	JOSE FERREIRA DA SILVA	2.072.375
		1876	MARIA RITA PROFETISA	2.206.835
		1873	FELICIANA MARIA DE JESUS	2.245.910
		1871	ZEFERINA MARIA DA CONCEIÇÃO	2.364.222
	X	1877	CANDIDA BALDUINA DE MAZARE	2.385.250
		1871	JOAQUIM JOSE D' ESPINDOLA E GERTRUDES DE TAL	2.400.143
		1871	JOAO FRANCISCO DE CASTRO	2.409.573
		1870	AFONSO CLIMACO DE CASTRO TOSTES	2.526.220
		1874	MARCOLINA AUGUSTA DO NASCIMENTO	2.603.327
	X	1877	FRANCISCO RODRIGUES DE AZEVEDO E SUA MULHER EMERENCIANA MARIA DE JESUS	2.627.449
		1875	GABRIELA DE AZEVEDO E COSTA	2.680.328
		1870	FRANCISCO JOSE DE BARROS	2.735.930
		1870	ANA DA SILVA CHAVES	2.754.340
		1875	FRANCISCA MARIA DE JESUS	2.804.896
	X	1871	ANA JACINTA DA BOA MORTE	2.827.900
		1877	EMERENCIANO BATISTA PASSOS	2.879.657
		1871	RITA CANDIDA DA CRUZ	2.911.147
		1876	MARIANA AUGUSTA DE SANTA RITA	2.916.561
		1872	MANOEL ANTONIO DE ABREU	2.926.342
	X	1878	HERCULANO ANTONIO DE SOUSA	2.935.141
		1873	JULIANA GONÇALVES	2.988.902
		1870	FRANCISCO ANTONIO DE FREITAS	3.060.600
		1875	LEONOR PEREIRA DE JESUS	3.084.062
		1870	FRANCISCO ALVES RIBEIRO	3.204.062
	X	1872	JACINTO EUSEBIO DE FARIA	3.220.382
		1873	HELEODORA CANDIDA DOS SERAFINS	3.246.510
		1874	ANTONIO PEREIRA DA SILVA	3.268.243
		1875	FRANCISCA MARIA DE JESUS	3.380.925
		1874	ANA CUSTODIA DE OLIVEIRA	3.475.489
	X	1873	MANOEL INACIO DUTRA	3.502.902
		1877	FRANCISCO TOMAS DA COSTA	3.503.273
		1875	ANA FELISBINA DE MESQUITA	3.585.418
		1870	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	3.596.080
		1874	JACINTA ROSAURA DO AMARAL	3.700.068
	X	1872	INACIA RUFINA DE LARA (INTESTADA)	3.715.673
		1870	MARIA ZEFERINA DO BOMFIM	3.799.200
		1872	SILVESTRE DE ABREU VILAS BOAS	3.822.485
		1873	PEDRO JOSE VILELA	3.837.483
		1875	JOAQUIM GUALBERTO RIBEIRO	3.926.302
	X	1875	JOAO ANTONIO CORREA	3.971.009
		1877	CAMILO DE LELES VIANA (PADRE)	4.110.239
		1870	MARIA RITA DO ESPIRITO SANTO	4.461.760

		1873	JOSE MANOEL DE OLIVEIRA	4.479.638
		1873	MARIA RITA RIBEIRO	4.483.050
	X	1870	VICENTE GONÇALVES MONTIGIO E SUA MULHER MIQUELINA MARIA DE JESUS	4.550.940
		1870	JOSE AFONSO CORREA	4.554.640
		1870	MARIA JERONIMA DA FRAGA	4.782.000
		1873	GRACIANA EUFRASINA DE RESENDE	4.827.293
		1870	ROSA MARIA DE JESUS	4.862.520
	X	1878	JUSTINA MARTIR DE SAO PEDRO	4.945.204
		1871	FRANCISCA HONORIA VILAS BOAS	5.047.713
		1874	JOAQUIM TOMAS VILELA CASTRO	5.053.107
		1874	JOAQUIM JOSE DA COSTA	5.073.582
		1872	ISABEL DA ASSUNÇÃO E CASTRO	5.189.372
	X	1871	LUISA PIMENTA DE ALVARENGA	5.458.881
		1872	MARIANA CAROLINA DA FONSECA	5.531.582
		1875	JOAQUIM TEODORO DE SOUSA	5.622.272
		1871	FRANCISCO CHAVES DA SILVA	5.712.330
		1876	ANTONIO DOMINGUES LIMA	6.024.483
	X	1877	FRANCISCA PIMENTA NEVES	6.040.154
		1875	ANTONIO GOMES SALGADO	6.065.425
		1872	FRANCISCA DE PAULA GUIMARAES	6.117.519
		1872	CUSTODIO JOAQUIM PEREIRA	6.141.294
		1878	JOSE BERNARDINO DE CARVALHO	6.203.591
	X	1874	BELMIRA ROSA DE MELO	6.223.697
		1878	FRANCISCO JOAQUIM DE CARVALHO	6.329.120
		1871	(NÃO CONSTA)	6.624.300
		1871	FRANCISCA ANTONIA DE JESUS	6.624.396
		1871	JOSE PAULINO MAFRA	6.715.585
	X	1873	CONSTANÇA PROFETIZA DE MORAES	6.808.971
		1870	ESMERIA CARLOTA DE SOUSA	6.829.113
		1879	ANTONIA UMBELINA DE SOUSA	6.870.812
		1875	JOAQUIM FRANCISCO RIOS	6.939.177
		1874	MARIA CANDIDA NAVES	7.018.500
	X	1872	JOSE PEDRO DA SILVA RAMOS	7.042.867
		1877	FRANCISCA PEREIRA DE JESUS	7.078.224
		1870	MARIA ANTONIA DA CONCEIÇÃO	7.081.000
		1871	ANTONIO GUALBERTO RIBEIRO	7.255.941
		1873	JOSE CAETANO RODRIGUES	7.367.702
	X	1876	LEONARDA MARIA BARBOSA	7.397.075
		1870	ANA CANDIDA DE ABREU	7.493.293
		1879	FRANCISCO CAETANO PEREIRA	7.523.807
		1879	SEVERINA VILHENA DE ANDRADE GOULART	7.756.088
		1873	FRANCISCO DE PAULA ABREU	7.834.876
	X	1873	ANA JOAQUINA PEDROSA	7.853.430
		1873	FIRMIANO ANTONIO DA SILVEIRA	7.860.411
		1875	JOSE BERNARDES DA SILVA	7.927.194
		1875	MARIA INACIA FERREIRA	7.995.270
		1871	ISABEL CANDIDA DA CONCEIÇÃO	8.182.503
	X	1874	ANTONIO JOAQUIM VILAS BOAS	8.187.834
		1879	JOSE INACIO DA COSTA	8.383.095
		1872	AMELIA CAROLINA DE ABREU	8.498.465
		1872	ANA SILVEIRA DE SAO JOSE	8.648.192

		1878	JOSE CAETANO PEREIRA	8.783.002
	X	1874	TEOTONIO MOREIRA RAMOS	8.808.536
		1870	MESSIAS MARIA DE JESUS	9.322.400
		1875	JOSE CASSEMIRO CUSTODIO DA VEIGA	9.335.745
		1876	CAROLINA CANDIDA DE JESUS	9.443.248
		1878	FIRMIANO ALVES DO NASCIMENTO	9.694.492
	X	1875	ANTONIO FRANCISCO VAS	9.779.264
		1871	FRANCISCA DE PAULA E OLIVEIRA	9.967.239
		1870	DOMINGOS ANTONIO PEREIRA	10.104.660
		1875	MANOEL JOAQUIM DE FREITAS	10.168.052
		1877	JOAO PEDRO DA SILVA	10.220.137
	X	1875	MARIA FLORENTINA DE ALVARENGA	10.375.331
		1872	BELMIRA CANDIDA DA FONSECA	10.536.153
		1871	GUILHERMINA DE PAULA CASTRO	10.727.704
		1871	FRANCISCA SILVERIA DA COSTA	10.782.539
		1871	MARIA CANDIDA DE JESUS	10.863.526
	X	1874	JOSE FERNANDES PENA	11.046.318
		1879	ANGELICA BARBOSA VILAR E PEDRO BERNARDES FREIRE	11.198.609
		1871	JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA	11.290.672
		1878	MAFALDA MARIA DE JESUS	11.345.861
		1870	FIRMIANO ALVES DO NASCIMENTO	11.703.940
	X	1876	AMBROSINA PORFIRIA DE ANDRADE	12.025.039
		1878	FRANCISCA PIMENTA NEVES	12.330.932
		1879	UMBELINA CANDIDA DE JESUS	12.577.289
		1872	ANA JOSINA DE ANDRADE	12.761.957
		1879	DOMINGOS FERREIRA RIBEIRO	12.763.850
	X	1871	ANA CANDIDA DE OLIVEIRA	12.836.214
		1878	VICENTE FERREIRA DA COSTA	12.860.822
		1871	MARIA TERESA VILELA	13.377.988
		1873	MARIA CANDIDA DA COSTA	13.425.009
		1872	JOAQUINA CANDIDA DE JESUS	13.581.347
	X	1870	ANA CANDIDA DOS ANJOS	13.610.432
		1877	EMILIA JUSTINIANA DA FONSECA	15.167.330
		1873	FRANCISCO JOSE PINHEIRO	15.484.102
		1873	MANOEL SIMOES DO PRADO	15.821.583
		1876	JOAO GONÇALVES MONTES	16.399.466
	X	1873	ANTONIO TOMAS DE CARVALHO	17.057.270
		1878	FRANCISCO DE ASSIS PAES	17.348.795
		1877	LUCINDA CANDIDA FREIRE	17.611.468
		1876	ANTONIO MARQUES DE CARVALHO E SUA MULHER MARIA DO CARMO E SILVA	17.831.900
		1876	CARLOTA VENANCIA DINIS	18.330.384
	X	1877	MARIA JOSE DO NASCIMENTO	18.635.806
		1875	JOAQUIM TOMAS DE AQUINO	18.766.074
		1874	ANTONIO JOSE GARCIA	18.962.828
		1877	MARIA INES FERREIRA DE MESQUITA	19.238.284
		1877	POLICENA PROFETISA DE MORAES GOMES	19.588.911
	X	1875	JOAQUIM BOENO GOULART BRUM	19.694.918
		1876	MARIA INACIA DE JESUS	19.783.743
		1877	JOSE ANTONIO PEREIRA	19.921.131
		1871	JOAO GUALBERTO RIBEIRO	19.992.137
		1871	CANDIDA ESMERALDINA DE CARVALHO	20.961.785

	X	1873	JOÃO CANDIDO ALVES DA COSTA E SUA MULHER ANA CLAUDINA DINIS	21.492.869
		1875	FRANCISCA DE PAULA DE ANUNCIAÇÃO	21.664.164
		1878	AMELIA MARIA DE JESUS	21.874.486
		1873	MARIA ANTONIA DE JESUS	22.261.590
		1870	ANTONIO MANOEL DA VEIGA	22.311.421
	X	1870	PEDRO FERREIRA CARDOSO	22.644.000
		1875	PEDRO BERNARDES DA SILVA	22.653.405
		1877	MARIA FLORA DE OCHECIANA	22.829.009
		1874	RITA MARIA CANDIDA	22.910.735
X		1874	FRANCISCA PLACIDINA DE SOUSA	22.661.960
	X	1877	BARBARA FREIRE DE JESUS	24.031.749
X		1875	RITA CANDIDA DE JESUS	22.352.179
		1878	JOAQUIM JOSE DE CARVALHO FERRO (CAPITAO)	25.818.638
		1871	JOSE BENTO DE FARIA	26.108.961
X		1870	JOAO DINIS JUNQUEIRA	27.103.520
X	X	1875	JOAO PIMENTA DE MELO	27.239.165
X		1873	JOAO LUIS CARDOSO (ALFERES)	27.980.121
		1874	FRANCISCO ISIDORO PEREIRA	27.423.761
X		1874	JOAO ANTONIO PEREIRA (TENENTE)	27.772.642
		1876	ANTONIO CUSTODIO PEREIRA	28.582.258
X	X	1879	VICENCIA CANDIDA CESARINO	29.534.864
		1870	MANOEL MOREIRA DA SILVA	30.605.200
X		1879	JOAO JOSE FREIRE (CAPITAO)	30.715.936
X		1872	MARIA CAETANA DE JESUS	31.385.875
X		1879	JOAQUIM JOSE DA COSTA	32.552.405
	X	1878	MARIA DOS SANTOS DA FONSECA	33.799.223
X		1876	ANA RITA DE JESUS	34.689.696
		1872	ANA ANTONIA PROFETISA	34.709.588
X		1876	CIDALIA FRANCELINA DE OLIVEIRA	35.253.537
X		1876	JOSE ANTONIO BARBOSA	34.766.022
X	X	1879	ANGELO PIMENTA GARCIA	32.321.903
X		1875	CLARA PAULINA DE SOUSA	35.939.370
X		1874	MARIA FRANCISCA DO CARMO	36.787.428
		1873	BERNARDO ANTONIO RODRIGUES	37.238.212
X		1877	LEANDRO RODRIGUES DA SILVA	38.371.506
X	X	1874	JOAO CAETANO DE ABREU (ALFERES)	38.927.431
X		1870	INACIO JOSE ALVES	39.265.880
X		1874	MARIA CUSTODIA DE OLIVEIRA	39.584.540
X		1874	JOAQUIM CORREA AFONSO	39.902.114
X		1878	JOAQUIM CUSTODIO PEREIRA (CAPITAO)	40.078.062
X	X	1873	MANOEL ANTONIO PEREIRA	47.055.960
X		1873	FRANCISCA CANDIDA DE OLIVEIRA	46.265.037
X		1879	FRANCISCA MARIA DE JESUS	46.822.576
X		1875	FRANCISCO ANTONIO PEREIRA	52.618.163
X		1878	JOSE FERNANDES AVELINO	46.147.211
X	X	1876	MARIA UMBELINA DE SOUSA	51.728.143
X		1876	MARIA DO CARMO DE JESUS	55.965.876
X		1873	JOAO PEDRO FERREIRA	58.255.957
X		1878	FRANCISCO ANTONIO RIBEIRO	69.944.733
X		1873	ANA MOREIRA DE ALVARENGA	52.652.096
X	X	1877	MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	81.386.773

X		1878	FORTUNATO ANTONIO DE SALES	88.545.822
X		1870	JOSE ANTONIO DE ABREU (CAPITAO)	79.454.222
X		1873	FLAVIO ANTONIO DA SILVA	88.291.164
X		1876	RAFAEL DOS REIS SILVA E MARIA FRANCELINA DE RESENDE	80.976.600
X	X	1876	MARIA CLARA UMBELINA	99.396.801
X		1874	MANOEL ANTONIO DA COSTA LIMA	96.118.652
X		1879	MARCIANA JESUINA DE ANDRADE	76.890.189
X		1878	MARIA RIBEIRO DOS ANJOS	99.136.844
X		1874	MANOEL DOS REIS SILVA	109.350.892
X	X	1876	JOSE ALVES TAVEIRA PACHECO	109.543.655
X		1873	FRANCISCO TEODORO DE ANDRADE MENDONÇA (CORONEL)	121.323.696
X		1870	MARIA CONSTANÇA DE ABREU	131.693.021
X		1875	GABRIEL FLAVIO DA COSTA	134.661.648
X		1871	ANTONIA ESCOLASTICA DE JESUS	136.983.818
X	X	1878	GABRIEL JOSE JUNQUEIRA JUNIOR	137.587.543
X		1877	FRANCISCA DE PAULA DE ANDRADE	148.985.942
X		1871	ISABEL MARIA DE JESUS	127.962.442
X		1879	MARIA DO ROSARIO DA CONCEIÇÃO	139.236.282
X		1870	MARCELINO ALVES FERREIRA	147.690.043
X	X	1879	MANOEL FERREIRA MARTINS (CAPITAO)	144.572.696
X		1872	MARIA JOSE DO NASCIMENTO	145.146.711
X		1873	MARIA CANDIDA RIBEIRO	149.514.982
X		1876	MANOEL CORREA AFONSO (ALFERES)	240.478.957
X		1873	DOMINGOS MARCELINO DOS REIS	361.689.159
X	X	1879	SILVESTRE ALVES DE AZEVEDO (CAPITAO)	501.512.067
X		1871	ANTONIO CAETANO DE ANDRADE	600.036.786

Inventários da década de 1880 – Valores expressos em réis				
Elite	Amostra	Ano	Inventariado	Monte-mor
		1.881	FRANCISCA CLAUDIANA	55.845
		1.886	RITA FRANCISCA GENEROSA	255.731
		1886	ANTONIO DA SILVA GUEDES	269.892
		1885	GERTRUDES JUSTINIANA DA SILVA	358.440
	X	1884	JOSE MARCIANO DE SOUSA	397.978
		1883	MARIANA CANDIDA DE JESUS	420.782
		1885	MARIA BARBOSA DO NASCIMENTO	423.690
		1882	MARIA BARBARA DO NASCIMENTO	441.222
		1881	ISABEL DELGADA	490.600
	X	1882	FELISBERTO PIMENTA DE OLIVEIRA	524.991
		1881	FRANCISCA CLAUDINA DE ALPIS	558.740
		1888	PEDRO ANTONIO JOAQUIM DUARTE	605.275
		1881	JOAO BATISTA PENA	607.006
		1885	MALAQUIAS PEREIRA DA SILVA	654.327
	X	1887	TOMAS ALVES DA COSTA	665.231
		1881	JOSE DELGADO FERREIRA	730.548
		1886	FRANCISCA SABINA DE BARROS	795.765
		1880	JOSE VENTURA DA FONSECA	812.875
		1887	ELISEU CARLOS DE OLIVEIRA	859.585
	X	1888	ANA CANDIDA GUIMARAES	866.129
		1882	MARIA JOAQUINA DE JESUS	896.215
		1883	SEVERINO PEREIRA DOS SANTOS	897.465

		1885	AMARO JOSE ALVES E SUA MULHER	923.662
		1886	ANA CLAUDINA DOS REIS	987.022
	X	1887	ANTONIO JOSE DE SOUSA MARIA	989.315
		1888	MARIA ISABEL DE JESUS	1.041.073
		1882	ALEXANDRINA ROSA SA	1.049.838
		1882	CLAUDINA TERESA DE JESUS	1.087.200
		1888	JOSE MARTINIANO DE SOUSA	1.093.400
	X	1886	FRANCISCA CANDIDA DE JESUS	1.100.745
		1885	LINA MARIA DE JESUS	1.131.000
		1888	JOAQUIM PEDRO DA SILVA	1.149.580
		1881	ANA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO	1.163.168
		1882	CANDIDA ROSARIO DE SA	1.177.528
	X	1888	MARIA MADALENA DE JESUS	1.189.463
		1882	JOAQUIM VICENTE FERREIRA DA COSTA	1.197.054
		1887	JOSE BASILIO DE OLIVEIRA	1.208.517
		1884	FRANCISCA TOMAS DE AQUINO	1.229.609
		1880	MARIA RITA DE JESUS	1.275.575
	X	1885	JOAO BATISTA DE ANDRADE	1.298.910
		1881	ISABEL ANGELICA DE MORAES	1.329.258
		1882	MARIA CANDIDA DE MELO	1.343.333
		1880	MARIA RITA DE JESUS	1.368.675
		1882	ANA ISABEL DE MORAES	1.388.264
	X	1882	FRANCISCO DA COSTA RIBEIRO SOBRINHO	1.417.338
		1885	AUGUSTO AMERICO DE MIRANDA	1.447.442
		1885	JOAQUIM JOSE DE CARVALHO	1.463.340
		1887	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	1.476.916
		1886	MANOEL CORREA DA SILVA	1.527.722
	X	1886	JOSE VELOSO DA SILVA	1.547.747
		1880	ANA SILVERIA DOS REIS	1.571.500
		1884	MARIA (IRMA DE JOSE CARLOS DE ALVARENGA)	1.576.865
		1883	FRANCISCA CANDIDA DE JESUS	1.601.149
		1881	EMILIA MARIA DA CONCEIÇÃO	1.605.600
	X	1886	JOAO ANTONIO DE ABREU	1.801.363
		1886	JOAO CRISOSTOMO SIMOES	2.014.919
		1886	JOAQUIM JOSE CORREA	2.019.225
		1886	LOURENÇA MARIA DE JESUS	2.019.359
		1888	MARIA CUSTODIA DA CONCEIÇÃO	2.069.845
	X	1885	MARIA FRANCISCA DE JESUS	2.156.513
		1886	TOMASIA MARIA DE SANTA ANA	2.166.983
		1886	MARIA CONSTANÇA DO NAZARE	2.179.611
		1886	BELISANDRA BRAULINA DE AZEVEDO	2.191.591
		1886	MANOEL FERREIRA DE CARVALHO	2.353.725
	X	1888	FRANCISCO PIMENTA DE OLIVEIRA	2.400.247
		1885	ALMINDA ANTONIA DE SOUSA	2.657.015
		1885	JOSE CUSTODIO PINTO DE ALMEIDA	2.666.879
		1883	MARIA GUILHERMINA DE OLIVEIRA	2.693.288
		1885	INACIA CANDIDA DE JESUS	2.697.000
	X	1883	QUERINO JOSE DE CARVALHO	2.746.154
		1885	JOSE GOMES DO NASCIMENTO	2.914.517
		1883	VICENTE FERREIRA DE SALES	2.947.525
		1886	LUDIMILA AMELIA DO AMOR DIVINO	3.011.412
		1885	MANOEL LUIS TEIXEIRA	3.035.430

	X	1881	FRANCISCO TOMAS DA COSTA	3.078.738
		1887	JOAO CRISOSTOMO DE AGUIAR	3.203.567
		1885	JOAO JOSE PEREIRA COELHO	3.226.047
		1882	JOAQUIM JOSE MACHADO	3.248.644
		1888	JOAO VALERIANO CECILIO DE CASTRO (VIGARIO)	3.251.227
	X	1883	RITA ISABEL DE SANTA ANA	3.325.800
		1881	MARIA CONSTANÇA DE JESUS	3.335.143
		1888	MARIA LINA DE FARIA	3.420.163
		1883	JOSE FERREIRA MAFRA	3.455.731
		1882	ANA LUDOVINA DE SALES	3.647.012
	X	1888	FRANCISCO JOSE DE AGUIAR E SUA MULHER GENEROSA MARIA DE JESUS	3.635.422
		1884	JOAO MOREIRA DE SOUSA	3.686.396
		1883	ANA	3.688.090
		1883	JOAO MOREIRA DE SOUSA	3.792.571
		1886	TOMAS TEODORO DE SOUSA	3.982.990
	X	1883	FRANCISCA DEOLINDA DE JESUS	3.998.943
		1887	JOAO DE DEUS VILAS BOAS	4.399.220
		1882	ANA ESMERIA DE RESENDE	4.664.858
		1887	ANA SILVERIA DE JESUS	4.694.821
		1884	FRANCISCA DE PAULA E OLIVEIRA	4.752.747
	X	1884	JACINTO PINTO DE OLIVEIRA NOVAES	4.961.106
		1888	JOSE TEODORO DE SOUSA	5.297.945
		1886	JOAQUIM BARBOSA DE SOUSA	5.313.364
		1883	CAROLINA CANDIDA DO NASCIMENTO	5.329.067
		1883	GENEROSA SEMIANA DE AGUIAR	5.547.441
	X	1884	MARIA INOCENCIA DO NASCIMENTO	5.554.572
		1884	JANUARIA CANDIDA DE JESUS	5.648.944
		1881	HELEODORA EUFRASIA DE MORAES	5.670.845
		1888	JOSE FELIPE DE CARVALHO	5.724.496
		1888	JOSE ALVES TAVEIRA	6.313.604
	X	1886	JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA	6.374.895
		1884	AFONSINA AUGUSTA LOPES	6.470.332
		1882	MARIA CANDIDA DE ANDRADE	6.579.463
		1885	ANA CONSTANCIA DO NASCIMENTO	6.616.002
		1880	RITA ANTONIA DE JESUS	6.630.435
	X	1888	JOAO RODRIGUES DA COSTA CARVALHO	6.668.412
		1880	JACINTO ANTONIO DE ABREU	6.791.761
		1880	FRANCISCA MARIA DE JESUS	6.960.118
		1888	BERTOLINA NAVES TEIXEIRA	7.233.036
		1885	FRANCISCA DE PAULA OLIVEIRA LIMA	7.390.794
	X	1887	DAVI DE PONTES FONSECA	7.687.714
		1883	MARIA LUCIANA DAS DORES	7.754.812
		1883	MARIA UMBELINA DA FONSECA	8.038.991
		1887	JOAQUIM ANTONIO PEREIRA	8.536.465
		1881	ANA CARLOTA DE JESUS	8.571.843
	X	1888	MARIA CANDIDA DA BOA MORTE	9.059.522
		1881	ANA ESMERIA DE JESUS	9.126.971
		1881	MARIANA ANTONIA DE JESUS	9.202.347
		1885	BALTASAR ANTONIO BRANDAO	9.310.514
		1881	JOAQUINA MARIA DE JESUS	9.569.533
	X	1884	GABRIEL JOSE DA SILVA (ALFERES)	9.621.954

		1882	MARIA RITA DO NASCIMENTO	9.704.710
		1886	FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA PINTO	9.855.215
		1885	PERCILIANA ALVES DE GOUVEA	10.050.537
		1884	MARIA CANDIDA DA ASSUNÇÃO	10.130.428
	X	1885	JOAO BOTELHO DE SIQUEIRA	10.146.634
		1880	FRANCISCA MICAELA DE RESENDE MESQUITA	10.218.900
		1881	FRANCISCO INACIO DE TOLEDO	10.586.594
		1881	ANTONIO JOAQUIM PEREIRA	10.652.086
		1882	ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.880.897
	X	1888	AZARIAS FERREIRA DE ARAUJO LEITE	11.113.083
		1883	ANTONIO CARLOS DE ALVARENGA	11.227.308
		1881	FRANCISCO DE ASSIS VIANA	11.238.124
		1884	JESUINA EUFRASIA DE MESQUITA	11.339.552
		1882	JOSE ANTONIO DE PADUA SALES	11.698.725
	X	1882	JOAQUIM CORREA PEREIRA	11.773.808
		1886	MARIA PAULINA DOS REIS	11.901.862
		1884	ANA FRANCISCA DE CARVALHO	12.031.001
		1885	TERESA MARIA DE JESUS	12.148.623
		1881	JOSE LOURENÇO PEREIRA (TENENTE)	12.286.854
	X	1885	MARIA CONSTANÇA DE OLIVEIRA	12.466.665
		1887	ANA JACINTA DA COSTA	12.492.140
		1881	MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA	12.763.737
		1882	ELISA MARIA DE JESUS	12.782.573
		1888	ANTONIO CORREA DE SOUSA CARVALHO	13.133.843
	X	1886	TOME MOREIRA DE ALVARENGA	13.247.486
		1881	MARIA RITA DO NASCIMENTO	13.393.148
		1884	FRANCISCO MOREIRA DE ANDRADE	13.445.216
		1885	MANOEL JOSE DE LIMA	13.521.830
		1884	JOANA MARIA DE JESUS	13.766.480
	X	1884	MANOEL JOSE PINTO	13.794.690
		1885	JOSE FERNANDES DE OLIVEIRA	13.847.831
		1887	MARIANA EUDOCIA VILELA	13.906.779
		1884	EMERENCIANA CONSTANÇA DE NAZARE	13.953.100
		1888	MARIA BERNARDINA DOS REIS	14.075.088
	X	1882	JOAQUIM JOSE CLAUDINO	14.163.226
		1887	MARIANA CANDIDA GUIMARAES	14.455.064
		1882	MARIA RITA JOAQUINA DO ROSARIO	15.752.531
		1887	MARIANA CANDIDA DE PAULA	15.870.197
		1882	JOAO EVANGELISTA DE MENESES (CONEGO)	16.355.746
	X	1886	JOAQUIM JOSE DE AZEVEDO COSTA (CAPITAO)	16.402.312
		1886	ANTONIO AFONSO CORREA E MARIA INOCENCIA VILELA RESENDE	17.280.752
		1888	MARIA TERESA DE JESUS	17.516.268
		1886	SABINA ALEXANDRINA DO AMOR DIVINO	19.595.029
		1884	MARIA CAROLINA DOS REIS	19.631.523
	X	1883	BARBARA MARIA DE JESUS	19.755.000
		1881	JOSE TOMAS DE MENDONÇA	20.905.251
		1886	MAFALDA MARIA DE ABREU	20.912.773
		1882	GERALDA ANTONIA DE SOUSA	21.214.996
		1885	ERNESTINA AMELIA DE SOUSA ANDRADE	21.868.320
	X	1880	MIGUEL RODRIGUES MONTEIRO	22.471.313
		1883	MARIA ESMERIA DE JESUS	23.215.313

		1882	JOSE RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR	25.081.342
		1884	GASPAR ANTONIO DE ABREU	25.805.629
		1884	MESSIAS BERNARDINA DE SOUSA	26.361.594
	X	1881	FRANCISCO ANTONIO VILAS BOAS	27.078.554
X		1882	DOMINGOS FERNANDES DE LIMA	27.682.195
		1886	EMERECIANA BARBARA DE OLIVEIRA	28.335.697
		1881	ANTONIO JOAQUIM DA COSTA	28.405.651
		1880	JOAO JOSE FREIRE (CAPITAO)	28.639.219
	X	1885	MARIA ELISA DA COSTA LIMA	29.900.738
X		1883	JOAO ANTONIO CORREA	30.108.785
X		1886	LAUDUENA MARIA DE JESUS	30.858.938
X		1886	JOSE AUGUSTO DO AMARAL (CORONEL)	33.217.875
X		1882	ANA DELMINDA DE OLIVEIRA	33.912.486
X	X	1883	MARIA RITA DE JESUS	44.494.364
X		1886	MANOEL MARTINS GUIMARAES	37.883.507
X		1882	MANOEL MOREIRA DE ANDRADE	34.456.629
X		1886	ANA JOAQUINA DO ROSARIO	40.121.445
X		1886	LUCIANA ANTONIA DE JESUS E JOSE RIBEIRO DE CARVALHO	40.975.270
X	X	1881	JOSE TOMAS MOREIRA	47.460.018
X		1880	FRANCISCA DE PAULA FERREIRA LEITE	48.279.000
X		1884	JOSE JORGE DA SILVA E JOANA MIQUELINA FIDELIS BONFIM	49.719.908
X		1880	MARIA PORFIRIA DOS REIS	54.054.822
X		1880	UMBELINA HONORIA DE ANDRADE	54.120.091
X	X	1880	FRANCISCO INACIO DE MELO E SOUSA (TENENTE CORONEL)	54.722.500
X		1880	DOMICIANO FERREIRA DE OLIVEIRA	74.682.135
X		1886	JOSE ANTONIO PEREIRA DA SILVA	74.801.342
X		1880	JOAQUIM TAVARES COIMBRA (TENENTE)	72.556.732
X		1886	RITA DE CASSIA ANDRADE	81.655.249
X	X	1882	FRANCISCO AFONSO CORREA (TENENTE)	88.534.735
X		1887	JOAQUIM ANTONIO DE ABREU (MAJOR)	96.331.109
X		1884	MARIA VITORIA DE RESENDE	138.824.423
X		1880	FELICIA CONSTANÇA DE FIGUEIREDO	137.219.521
X		1883	JOANA MARIA DE JESUS	281.391.212
X	X	1883	JOSE ANTONIO DE SOUSA LIMA (CORONEL)	513.901.269